



Secretaria Executiva de Contratações Públicas - SECOP
Gerência Geral de Governança em Licitações do Estado - GGGOL
Gerência Geral de Material Médico e Hospitalar – GGMMH
Agente de Contratação n. 47 da Central de Licitações do Estado

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2994.2024.AC-47.PE.0604.SAD.HGV
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 0604.2024.SAD.HGV

LICITAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA E RESERVA DE COTA DE ATÉ 5% PARA MICRO EMPRESA - ME, EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP E MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI

PREÂMBULO

O Estado de Pernambuco, por intermédio da **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, neste ato representado pelo **HOSPITAL GETÚLIO VARGAS**, através da **Agente de Contratação - 47, Jacilene Eustáquio da Silva**, designada por meio da **Portaria**, publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, em atendimento ao **Memorando s/nº (Doc. SEI 46658524)**, e com a respectiva **Autorização da Diretora Geral, Dra. THAIS CAVALCANTI DE ALMEIDA (Doc. SEI 55312581)**, estabelece as condições para a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, a Lei Complementar nº 123/2006 e os Decretos Estaduais nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, e respectivas alterações, aplicando-se subsidiariamente as demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a **formação de Ata de Registro de Preços para o fornecimento eventual de OPME(s) do tipo insumos para o serviço de urologia, com cessão de equipamentos cirúrgicos em regime de comodato**, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), visando atender às demandas dos seguintes órgãos participantes **Hospital Getúlio Vargas, Hospital Otávio de Freitas e do Hospital Regional do Agreste**.

1.2. A utilização da Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades não participantes da presente licitação obedecerá aos quantitativos estimados, prazos, limites e demais condições estabelecidas na minuta da Ata de Registro de Preços, constante do Anexo III deste Edital.

1.3. O objeto desta licitação está agrupado em lotes, com itens aglutinados, conforme tabela constante do Termo de Referência (Anexo I), facultando-se à licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

1.4. O lote 08 é de participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, sendo vedada a subcontratação.

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 9.613.853,4282 (nove milhões, seiscentos e treze mil, oitocentos e cinquenta e três reais e quarenta e três centavos)**, distribuídos em lotes, na forma indicada no Termo de Referência.

2.2. As despesas decorrentes desta licitação estão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, nas classificações abaixo:

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 HOSPITAL GETULIO VARGAS

Elemento de Despesa: 3.3.90.30 e 3.3.90.32 HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE

Elemento de Despesa : 3.3.90.00.00 HOSPITAL GERAL OTAVIO DE FREITAS

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. A licitante interessada em participar desta licitação deverá estar previamente cadastrado no sistema PE-Integrado, adotando as seguintes providências:

3.1.1. A interessada deverá realizar o cadastramento junto ao sistema PE-INTEGRADO, no endereço www.peintegrado.pe.gov.br, através do link "Cadastre-se no sistema";

3.1.2. Após a conclusão do cadastro online, a interessada deverá entrar em contato com o suporte por meio do e-mail suporte.peintegrado@sad.pe.gov.br, para dar continuidade ao processo de credenciamento com envio eletrônico dos documentos comprobatórios descritos na página eletrônica citada, e recebimento do login pessoal de acesso ao sistema;

3.1.3. O login e a senha poderão ser utilizados em qualquer modalidade de licitação sob a forma eletrônica, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Governo do Estado, devidamente justificada;

3.1.4. Para fins de credenciamento e operacionalização do sistema PE-INTEGRADO, indica-se que as licitantes utilizem o navegador "Google Chrome", responsabilizando-se por eventual ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância desta disposição;

3.1.5. Em caso de dificuldade durante o credenciamento ou na operacionalização do sistema, as licitantes deverão entrar em contato com a Gerência de Sistemas Integrados de Gestão - GESIG pelo telefone (81) 3183-7721 ou através do e-mail: suporte.peintegrado@sad.pe.gov.br.

3.2. A participação nesta licitação dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado.

3.2.1. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, diretamente ou por seu representante, não cabendo à Administração

a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que por terceiros;

3.2.2. O credenciamento da licitante e de seu representante implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame eletrônico.

3.2.3. Na hipótese de a licitante possuir mais de um login cadastrado no PE-INTEGRADO, o sistema não permitirá que sejam utilizados simultaneamente, na mesma licitação.

3.2.3.1. Caso haja usuário “ativo” no processo, a conexão de outro usuário desconectará o anterior automaticamente, a fim de que não existam usuários simultâneos no mesmo processo.

3.3. Não poderão participar desta licitação:

3.3.1. Pessoa física ou jurídica impedida de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos termos do art. 156, III e § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.3.2. Pessoa física ou jurídica suspensa temporariamente de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos termos do art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/1993;

3.3.3. Pessoa física ou jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV e §5º, da Lei Federal 14.133/2021, e do art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666/1993, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.3.4. Pessoa física ou jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

3.3.5. Licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.3.6. Pessoa física ou jurídica enquadrada nas vedações previstas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

3.3.7. Pessoa jurídica cujo ramo de atividade previsto em estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

3.3.8. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal n.º 14.133/2021;

3.3.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.3.10. Agricultor familiar e produtor rural.

4. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

4.1. Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

4.2. As sessões serão iniciadas em dias úteis.

4.2.1. Serão considerados como dias não úteis os sábados, domingos, feriados nacionais, estaduais e demais feriados e pontos facultativos publicados em Diário Oficial que influam no horário de funcionamento do órgão licitante.

4.2.2. Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao Agente de Contratação informar, através do Sistema, a data e horário para retomada do pregão.

4.2.3. Os prazos para encaminhamento da proposta e dos documentos de habilitação digitalizados serão computados em horas corridas.

4.2.4. Em caso de suspensão, quando da retomada da sessão, os prazos concedidos serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

4.3. Havendo calamidade pública, fato relevante devidamente justificado ou necessidade de adequação de horário por motivos de administração interna, os horários previstos no item 4.2 poderão ser alterados, cabendo ao Agente de Contratação informar previamente às licitantes a alteração e a nova data e horário para retomada do pregão, através do Sistema.

5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido, por meio eletrônico, via Sistema, em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

5.2. As respostas aos pedidos de esclarecimento ou às impugnações vincularão os participantes e a Administração e serão divulgadas no Sistema pelo agente de contratação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

5.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo Agente de Contratação.

5.4. Acolhida a impugnação, será republicado o Edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para realização do certame.

5.5. Não serão conhecidas impugnações apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL

6.1. A licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta não identificada, com o preço expresso em moeda nacional até a data e horário marcados na folha de rosto anexa a este Edital, quando então se encerrará automaticamente a fase de recebimento das propostas iniciais.

6.2. A licitante deverá especificar os PREÇOS UNITÁRIOS do(s) item(ns) que compõe(m) o(s) lote(s) nos quais pretende concorrer, os quais serão totalizados automaticamente pelo sistema, resultando no preço final.

6.3. No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas;

6.3.2. A proposta apresentada compreende a integralidade dos custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos, encargos trabalhistas e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, transporte, frete e demais despesas correlatas.

6.4. A licitante enquadrada como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP Microempreendedor Individual (MEI), ou, ainda, como Produtor Rural Pessoa Física e Agricultor Familiar ou Sociedade Cooperativa com tratamento equiparado, nos termos do art. 3º-A, da Lei Complementar nº 123/2006, e do art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema eletrônico, informando que cumpre os requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006 e os requisitos de habilitação deste edital, mesmo que tenha restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal e trabalhista.

6.4.1. Ao declarar o enquadramento previsto no item 7.4, a licitante também declara que atende aos limites de compromissos contratuais fixados no art. 4º, §§ 2º e 3º da Lei Federal 14.133/2021, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006 e neste Edital, cujo tratamento favorecido aplica-se uniformemente às microempresas, às empresas de pequeno porte e às entidades equiparadas.

6.4.2. Ao declarar o enquadramento como sociedade cooperativa, a licitante também declara que atende os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.5. Nos lotes de ampla concorrência, a ausência da declaração prevista no item 6.4 não impedirá a participação das licitantes enquadradas ou equiparadas a Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual (MEI) no processo licitatório, porém indicará que abdicou do direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

6.6. A falsidade das declarações previstas nos itens 6.3 e 6.4 sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei Federal 14.133/2021, e neste Edital.

6.7. A licitante beneficiária da isenção de ICMS de que trata o art. 9º da Lei Estadual nº 15.730/2016 c/c o art. 63 do Anexo 7 do Decreto Estadual nº 44.650/2017 (Convênio ICMS 73/04) deverá apresentar sua proposta desonerada do tributo, discriminando, expressa e obrigatoriamente, o percentual de dedução da isenção fiscal.

6.8. As propostas terão validade de, no mínimo, **120 (cento e vinte) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida na folha de rosto anexa a este Edital, independente de declaração da licitante.

6.8.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico, sendo facultado à licitante retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada até a abertura da sessão pública.

7. DA ABERTURA E DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

7.1. A licitação será realizada em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

7.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável por eventuais ônus decorrentes da perda de negócios causada pela inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por motivo de desconexão.

7.4. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e horário indicados na folha de rosto anexa a este Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas, na forma prevista neste instrumento convocatório.

7.5. O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

7.5.1. O Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública para a análise dos documentos relativos às garantias de proposta apresentadas pelas licitantes.

7.6. Será desclassificada a proposta que contenha elementos que permitam a sua identificação.

7.7. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.8. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

8. DA FASE DE LANCES

8.1. Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes classificadas deverão estar conectados ao sistema eletrônico e poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.2. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.3. O sistema eletrônico não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

8.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

8.5. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

8.6. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais provenientes de licitantes distintas, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.7. Salvo se houver evidente erro material, não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

8.8. Durante a fase de lances, o Agente de Contratação poderá, justificadamente e mediante comunicação via sistema, excluir lance oriundo de evidente erro material alegado pela respectiva licitante ou lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do certame, implicando, nesta última hipótese, exclusão da licitante da disputa.

8.9. Se ocorrer a desconexão do Agente de Contratação no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.10. No caso de a desconexão do Agente de Contratação persistir por tempo superior a 15 (quinze) minuto, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no endereço www.peintegrado.pe.gov.br, salvo na situação prevista no item 8.9.

8.10.1. Na situação acima, o reinício deve acontecer no turno seguinte ao da sessão suspensa, salvo em caso de impossibilidade, hipótese na qual a comunicação aos participantes deve ocorrer com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

8.11. O procedimento da etapa de lances seguirá de acordo com o **modo de disputa aberto**.

8.12. A etapa de lances públicos e sucessivos terá duração de 15 (quinze) minutos e, após esse prazo, será prorrogada automaticamente pelo sistema se houver oferta de lance nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração.

8.12.1. A prorrogação automática de que trata o item 8.12 será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

8.13. Na hipótese de não haver novos lances na forma prevista nos itens 8.12.1, a sessão pública será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação.

8.14. Encerrada a etapa de que trata o item 8.13, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**.

9. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1. Encerrada a fase de disputa, havendo eventual empate entre propostas ou lances, deverão ser aplicados os critérios estabelecidos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.1.1. Na utilização do critério de disputa final, as licitantes empatadas poderão apresentar um novo lance fechado no prazo improrrogável de 05 (cinco) minutos.

9.1.2. Persistindo o empate, o Agente de Contratação questionará às licitantes empatadas sobre o atendimento dos critérios previstos no inciso IV e no §1º do art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, assinalando prazo para que a licitante que julgue ser beneficiária do critério de preferência apresente os documentos necessários à comprovação do requisito.

9.1.3. Na hipótese de nenhuma das licitantes manifestar-se na forma prevista no item 9.1.2, ou se não for devidamente comprovado o seu direito, o Agente de Contratação realizará sorteio para definir a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar.

9.2. Não havendo empate ou desempatadas as propostas/lances nos termos do item 9.1, o Sistema procederá à verificação automática da existência de empate ficto, considerando o porte das entidades empresariais participantes.

9.2.1. Se a licitante classificada em primeiro lugar for empresa de maior porte e houver lance de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual (MEI) que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, considera-se a ocorrência de empate ficto, devendo ser adotadas as seguintes providências:

a) A Microempresa, a Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual (MEI) ou equiparada mais bem classificado poderá, no prazo de 05 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema eletrônico, apresentar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que será classificada provisoriamente em primeiro lugar.

b) A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

c) Caso a Microempresa, a Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual (MEI) ou equiparada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes enquadradas como microempresa, empresa de pequeno porte, Microempreendedor Individual (MEI) ou equiparadas e que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

d) Havendo mais de uma microempresa, empresa de pequeno porte, Microempreendedor Individual (MEI) ou equiparada com proposta de mesmo valor, o sistema realizará sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer o direito de apresentar melhor oferta.

9.2.2. Na hipótese de não ocorrência do previsto no item 9.2.1, a licitação prossegue com as demais licitantes.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Após o encerramento da fase de disputa, o Agente de Contratação deverá negociar os preços apresentados pelas licitantes, podendo encaminhar contraproposta diretamente àquela que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor máximo estimado para a contratação.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.2.1. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e divulgado a todos os licitantes.

10.3. Se, após a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar não oferecer proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado, será desclassificada da licitação, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível.

10.4. Os preços finais, unitários e totais, propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e global estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

10.4.1. No critério de julgamento pelo maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar o valor máximo do orçamento estimado.

10.5. No caso previsto no item 10.3, o Agente de Contratação buscará negociar com as licitantes subsequentes, na ordem de classificação, buscando obter proposta com valor, no mínimo, igual ao previsto no orçamento estimado.

10.6. O sistema eletrônico informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação promovida pelo Agente de Contratação.

11. DA CONVOCAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA PROVISORIAMENTE EM PRIMEIRO LUGAR

11.1. Após a negociação e antes da convocação da licitante para apresentar a proposta adequada ao último lance, o Agente de Contratação verificará se ela se enquadra em uma das vedações previstas no item 3.3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame, mediante consulta ao e-fisco, PE-Integrado, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

11.1.1. A inscrição da licitante no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações do Estado de Pernambuco.

11.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, nos termos do art.12 da Lei Federal nº 8.429/1992.

11.1.3. Caso reste configurada a ocorrência de alguma das vedações elencadas no item 3.3 deste edital, será declarado o impedimento de sua participação na presente licitação, devendo o Agente de Contratação repetir este procedimento, convocando as licitantes subsequentes, de acordo com a ordem de classificação.

11.2. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada para apresentar a PROPOSTA DE PREÇO ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE, devidamente preenchida na forma do Modelo de Proposta de Preços (Anexo I do TR), bem como os DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A HABILITAÇÃO DIGITALIZADOS, para fins de exame de aceitabilidade do preço e de sua habilitação.

11.3. Os documentos deverão ser incluídos no Sistema no prazo de 02 (duas) horas corridas, contado a partir da convocação do Agente de Contratação.

11.4. O prazo de que trata o item 11.3 poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação da licitante ou de ofício, a critério do Agente de Contratação.

11.5. Recomenda-se que as licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados.

11.6. A licitante responsabilizar-se-á pela documentação encaminhada, assumindo como verdadeiras suas propostas, declarações e atestados.

11.7. Os arquivos encaminhados deverão estar legíveis.

11.8. Caberá à licitante confirmar o recebimento pelo Agente de Contratação dos documentos encaminhados pelo sistema, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios causada pela inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Agente de Contratação no sistema.

11.9. A licitante que abandonar o certame, deixando de encaminhar a proposta e/ou documentos de habilitação DIGITALIZADOS, no todo ou em parte, no prazo previsto no item 11.3, será desclassificada ou inabilitada do certame, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

11.10. A sessão será suspensa para aguardo da proposta de preços e dos documentos de habilitação, cabendo o Agente de Contratação informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta e do resultado da habilitação.

12. DA ANÁLISE DA PROPOSTA

12.1. O Agente de Contratação examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital.

12.1.1. O Agente de Contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Estado de Pernambuco ou de pessoas físicas ou jurídicas com a expertise necessária, contratados para este fim.

12.2. Eventuais falhas formais ou materiais da proposta, como erros no preenchimento da planilha ou outros que não impedem a caracterização do objeto e o fornecimento dos bens nos termos desta licitação, não constituem motivo para a desclassificação da proposta e deverão ser corrigidos pela licitante.

12.2.1. Os ajustes da proposta não poderão implicar alteração de sua substância nem aumento do seu valor global.

12.2.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

12.2.3. O Agente de Contratação poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta ajustada quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitarem de ajustes para adequação aos valores estimados.

12.2.4. No caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

12.2.5. No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo-se inalterados o preço unitário e a quantidade.

12.2.6. No caso de erro de somatório, a adição será retificada, mantendo-se inalteradas as parcelas.

12.2.7. No caso de erros de transcrição das quantidades previstas para o fornecimento, o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e se corrigindo a quantidade e o preço total.

12.3. Para a análise da compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital, a licitante deverá anexar à proposta folders, catálogos e/ou prospectos do produto objeto da licitação, na forma e no prazo estipulado no item 11.3 deste edital

12.3.1. A não apresentação dos documentos referidos no item 12.3 será causa de desclassificação da proposta do licitante, se não houver o saneamento hábil em sede de diligência na forma do item 12.5, e).

12.4. Na análise da proposta não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

12.5. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não obedeçam às especificações técnicas previstas neste Edital;
- b) permaneçam com valores unitários ou global superiores aos estimados, após a negociação de que trata o item 10;
- c) contenham preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- d) apresentem vício ou desconformidade insanável com quaisquer outras exigências deste Edital;
- e) contenham falhas, apontadas pelo Agente de Contratação, não corrigidas nem justificadas, mesmo após a oportunidade de saneamento de que trata o item 15 deste Edital;
- f) tenham a amostra reprovada, na forma do item 12.17 deste Edital.;
- g) apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

12.6. Considerar-se-á indício de inexequibilidade de proposta valores inferiores a 50% do valor estimado para contratação.

12.6.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o Agente de Contratação deverá, por meio de diligência, conferir à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

12.6.2. A inexequibilidade só ficará comprovada quando, cumulativamente, o custo da licitante ultrapassar o valor da proposta e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o valor proposto.

12.6.3. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pela licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

12.7. Não se admitirá proposta que não observe a desoneração do ICMS quando se tratar de hipótese enquadrada na isenção prevista no Decreto Estadual nº 44.650/2017 (Convênio ICMS 73/2004).

12.8. Na proposta, não poderão ser incluídos pagamentos antecipados de quaisquer etapas ou serviços.

12.9. Se a proposta da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar não for aceita, o Agente de Contratação retomará a sessão pública para convocar as licitantes subsequentes, obedecida a ordem de classificação, a fim de apresentarem proposta de preços e documentos de habilitação, no mesmo prazo e condições do item 11.3, e realizarem a negociação de que trata o item 10, até a apuração de uma que atenda às condições editalícias.

12.10. Quando todas as licitantes forem desclassificadas, o Agente de Contratação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação.

12.11. Para análise conclusiva da conformidade da proposta, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar AMOSTRA do(s) produto(s) objeto da licitação, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à convocação, sem possibilidade de prorrogação, sob pena de desclassificação.

12.11.1. Antes da análise da amostra, o Agente de Contratação analisará, de forma preliminar, os documentos de habilitação elencados no item 13.1 deste Edital, com vistas a verificar sua regularidade formal e a viabilidade de dar prosseguimento à etapa de amostras.

12.11.2. Caso os documentos de habilitação contenham vício insanável, a licitante será inabilitada sem análise da amostra.

12.12. As amostras deverão ser entregues no prazo e no endereço especificados no Termo de Referência, com observância das demais regras ali previstas.

12.13. As amostras serão objetivamente avaliadas pela área técnica do órgão licitante de acordo com a disciplina prevista no Termo de Referência.

12.14. Se a(s) amostra(s) for(em) aprovada(s), o agente de contratação dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante análise conclusiva da documentação exigida neste Edital.

12.15. Se a(s) amostra(s) for(em) reprovada(s), ou não entregue(s) no prazo estabelecido, a proposta será desclassificada e o agente de contratação retomará a sessão pública para convocar a licitante detentora da melhor oferta subsequente a apresentar as suas amostras, observado o mesmo prazo e as mesmas condições previstas nos itens 12.5 e 12.12.

12.16. A decisão que aprovar ou reprová a amostra será formalizada por despacho fundamentado em parecer técnico e disponibilizada no sistema PE- Integrado.

12.17. Classificada a proposta, o Agente de Contratação dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante a verificação da documentação exigida neste

Edital.

13. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

13.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar os seguintes documentos, nos termos e prazo previstos neste Edital:

13.2. Habilitação Jurídica:

13.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.2.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

13.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.2.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME nº 77/2020](#).

13.2.4.1. Sociedades estrangeiras que não funcionem no País devem apresentar documentos de habilitação equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal, inicialmente em tradução livre.

13.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

13.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

13.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, através da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

13.3.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;

13.3.4. Prova de inscrição no **cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital]** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.3.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

13.3.6. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal – CRF, emitida pela Secretaria da Fazenda do domicílio ou sede da licitante.

13.3.6.1. Caso a licitante tenha filial no Estado de Pernambuco, deverá apresentar também a CRF de Pernambuco;

13.3.7. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT** ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei Federal nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

13.3.8. As microempresas, as empresas de pequeno porte e o Microempreendedor Individual (MEI) deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição, sendo a comprovação efetiva exigível somente para efeito de contratação, nos termos dos arts. 42 e 43 da Lei Complementar n. 123/2006 e art. 4º do Decreto Federal 8.538/2015.

13.3.9. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte ou do Microempreendedor Individual, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.3.10. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.3.11. Caso a licitante esteja em recuperação judicial, estará dispensada da apresentação dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, com exceção da certidão de regularidade perante a Previdência Social, desde que apresente decisão judicial em vigor que autorize o processamento do pedido e dispense expressamente as certidões negativas, nos termos do artigo 52, inciso II, da Lei Federal nº 11.101/2005.

13.4. Qualificação Técnica:

13.4.1. Comprovação de experiência prévia no fornecimento de bens similares ou compatíveis, com características, quantitativos, complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores ao objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

13.4.2. Será considerado compatível em características o fornecimento de materiais técnicos de usos hospitalares.

13.4.3. Será considerado compatível com a quantidade o(s) atestado(s) que apresentar(em), no mínimo, 40% (quarenta por cento) das quantidades estimadas na licitação para o Lote e, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um Lote;

13.4.4. Para fins de aferição do percentual mínimo de 40% (quarenta por cento) relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro menor número inteiro;

13.4.5. Justifica-se o percentual fixado para fins de qualificação técnica, no que se refere à comprovação das quantidades a serem indicadas em atestados, por garantir que a proponente de fato será capaz de fornecer a tempo os materiais conforme especificidade e em quantidades contratadas.

13.4.6. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

13.4.7. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

13.4.8. Não serão aceitos atestados emitidos pela licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do Edital.

13.4.9. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

13.4.10. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência relativa ao registro ou inscrição na entidade profissional competente no Brasil, quando for o caso, por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a respectiva entidade profissional.

13.4.11. Licença de funcionamento do estabelecimento, para o exercício da atividade de comércio Atacadista ou de distribuição de Produtos para Saúde (correlatos), emitida pelo órgão sanitário competente da unidade federativa em que se localize, nos termos da Lei Federal nº 6.360/1976 e do Decreto Federal nº 8.077/2013.

13.4.12. Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados no Edital, salvo em relação às licenças sanitárias de renovação, se houver, ficando a aceitação do protocolo condicionada à consulta prévia aos órgãos competentes.

13.4.13. Ato de Autorização de Funcionamento para o exercício da atividade de comércio atacadista ou de distribuição de Produtos para Saúde (correlatos), expedido pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) nos termos da Lei Federal nº 6.360/1976, e da Resolução da Diretoria Colegiada da RDC/Anvisa nº 16/2014.

13.5. Qualificação Econômico-Financeira:

13.5.1. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede ou domicílio da licitante;

13.5.1.1. Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos) da sede ou domicílio da licitante;

13.5.1.2. A certidão descrita no item 13.5.1.1 somente é exigível quando a certidão negativa de Falência da sede ou do domicílio da licitante contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.

13.5.1.3. No caso de Certidão Positiva de Falência, a licitante será inabilitada, salvo se restar comprovado que não houve decisão judicial válida e eficaz decretando a falência da empresa.

13.6. Declarações complementares:

13.6.1. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

13.6.2. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

13.6.3. Declaração de que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei Federal 14.133/2021, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

13.6.4. Declaração de que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei Federal 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

13.6.5. Declaração de que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), conforme determinação da Lei Estadual nº 18.671/2024, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

13.7. Das regras gerais relativas aos documentos de habilitação:

13.7.1. A documentação poderá ser apresentada em original ou por cópia simples, por meio do sistema PE-Integrado.

13.7.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

13.7.3. Quando da convocação da licitante para apresentação dos documentos de habilitação, a qualquer tempo, os documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira deverão remontar à data da sessão de abertura do certame, demonstrando-se que, à época da licitação, a licitante reunia as condições de habilitação.

13.7.3.1. Se os documentos indicados no item 13.7.3, na data da convocação, encontrarem-se com prazo de validade expirado, ou tenham sofrido alterações, devem ser também apresentados novos documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação;

13.7.4. Os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, previstos no item 13.3, devem encontrar-se válidos na data da convocação.

13.7.5. Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência, que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias da sua expedição.

13.7.5.1. Caso haja previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal municipal, de outros estados da federação ou internacional, a licitante ficará responsável por juntar a respectiva comprovação.

13.7.6. Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados neste Edital.

13.7.7. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo Certificado de Registro de Fornecedor emitido pelo CADFOR-PE, desde que os documentos contemplados estejam dentro do prazo de validade, ou pelo certificado de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, nos termos do regulamento próprio.

13.7.8. Para fins de habilitação, a verificação dos documentos pelo Agente de Contratação nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

13.7.9. Caso a licitante não logre comprovar o atendimento cumulativo dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira para todos os itens em que seja classificada provisoriamente em primeiro lugar, caberá a Administração especificar, considerando a maior economia obtida em valores absolutos de cada lote, os respectivos itens para os quais a licitante será habilitada.

13.7.10. Em caso de participação de licitantes estrangeiras que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante a apresentação de documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

13.7.10.1. Caso seja vencedora a licitante estrangeira que não funcione no país, será exigido, como condição para assinatura do contrato, que os documentos apresentados sejam traduzidos por tradutor juramentado e consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

13.7.10.2. A autenticação consular ou em embaixada será dispensada quando se tratar de documento público e o respectivo país for signatário da Convenção de Haia, sendo, neste caso, necessário apenas o apostilamento do documento em cartório, nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/2016.

13.7.11. Será inabilitada a licitante que apresentar declaração ou documentação falsa, que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital, ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais ou equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e o disposto no subitem 13.7.7.

13.7.12. Em caso de participação de cooperativas, as regras de habilitação serão as seguintes:

13.7.12.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

13.7.12.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

13.7.12.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

13.7.12.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

13.7.12.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

13.7.12.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

13.7.12.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

14. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

14.1. Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste Edital, a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s) em sessão pública.

14.2. Na hipótese de a licitante não atender às exigências de habilitação, o Agente de Contratação retornará o processo à fase de negociação para exame das ofertas subsequentes e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

14.3. Após análise de todas as propostas, na hipótese de não haver licitante classificada que atenda às exigências de habilitação, o Agente de Contratação poderá conceder o prazo de 8 (oito)

dias úteis para que as licitantes classificadas apresentem nova documentação escoimada das causas da inabilitação, observada a ordem de classificação.

15. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

15.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o Agente de Contratação, mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação, devendo registrá-las em ata acessível aos licitantes.

15.2. Fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado;
- c) comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

15.2.1. Para os fins do disposto na alínea “c”, é lícita a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente a condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

15.2.2. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração da licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ela firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

15.3. A realização de diligências não confere à licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autoriza o Agente de Contratação a fazer exigências novas não previstas no edital.

15.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema PE-Integrado, no prazo de 01 (um) dia útil.

15.5. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema PE- Integrado, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

16. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

16.1. Após a declaração do(s) vencedor(es), qualquer licitante inconformada com o resultado poderá manifestar, ao final da sessão pública, a intenção de recorrer contra o julgamento das propostas ou a habilitação ou inabilitação de licitantes, através de campo próprio do sistema eletrônico, sendo-lhes então concedido o prazo de **03 (três) dias úteis para anexar no sistema eletrônico memoriais** contendo as razões recursais.

16.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada no sistema em **até 10 (dez) minutos** após a declaração do vencedor.

16.1.2. A falta de manifestação imediata da intenção recursal importará preclusão e a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

16.2. Os demais interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, que começarão a correr após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

16.3. As razões do recurso e das contrarrazões deverão ser anexadas em campo próprio do sistema eletrônico.

16.4. O recurso terá efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.5. As razões do recurso serão dirigidas o Agente de Contratação, que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso à autoridade superior, devidamente motivado, para decisão final no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

16.6. A decisão dos recursos deverá ser divulgada no sistema PE-Integrado.

16.7. Não serão conhecidos recursos apresentados em desacordo com as regras estabelecidas neste item ou fora do prazo e horário legal ou, ainda, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

16.8. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

16.9. Verificada a regularidade dos procedimentos, o Agente de Contratação encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação.

17. DO CADASTRO DE RESERVA

17.1. Após a adjudicação, as demais licitantes que concordem em reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante vencedora poderão integrar cadastro de reserva, obedecida a ordem de classificação no certame.

17.2. O cadastro de reserva será incluído como anexo da ata e poderá ser acionado quando:

17.2.1. houver recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata;

17.2.2. houver o cancelamento parcial ou integral da ata, nos termos do caput do art. 38 do Decreto Estadual nº 54.700/2023.

17.3. A análise dos documentos de habilitação das licitantes que integram o cadastro de reserva será efetuada apenas na eventualidade de serem convocadas para assinatura da ata.

17.4. A aceitação de eventual convocação é facultativa e a recusa em assinar a ata não gera para os integrantes do cadastro de reserva a aplicação de qualquer sanção administrativa.

18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. Após a homologação do resultado desta licitação, a adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços (Anexo III), **no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

18.2. O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que haja solicitação da adjudicatária antes do decurso do prazo assinalado e ocorra motivo justo, aceito pelo Órgão Gerenciador.

18.3. No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária, se for o caso, deverá apresentar documento de procuração, devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o instrumento em nome da empresa.

18.4. A recusa injustificada em assinar a Ata dentro do prazo estabelecido enseja a aplicação das penalidades estabelecidas neste Edital, a perda da garantia de proposta, quando houver, e autoriza a Administração a acionar o cadastro de reserva, se houver.

18.5. Poderá ser acrescentada à Ata de Registro de Preços vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital, que não represente quaisquer ônus para a Administração e que a respectiva aceitação esteja devidamente fundamentada.

19. DO CONTRATO

19.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante a emissão de Ordem de Fornecimento, conforme modelo constante do Anexo IV, e correspondente Nota de Empenho, ficando dispensada a celebração de instrumento contratual.

20. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, a licitante ou a adjudicatária que:

20.1.1. convocada dentro do prazo de validade da proposta, não comparecer para assinar o instrumento contratual ou para retirar a Ordem de Fornecimento e respectiva nota de empenho;

20.1.2. deixar de entregar documentação exigida durante a licitação ou para fins de assinatura da Ata ou do contrato, inclusive a garantia da proposta ou de execução contratual;

20.1.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

20.1.3.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

20.1.3.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

20.1.3.3. desistir dos lances ofertados, a menos que haja erro material reconhecido;

20.1.3.4. desistir da proposta após encerrada a etapa competitiva ou der causa à sua desclassificação ao não oferecer, mesmo após negociação, proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado;

20.1.3.5. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

20.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

20.1.5. fraudar a licitação;

20.1.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

20.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

20.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

20.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.

20.1.8. cometer fraude de qualquer natureza;

20.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013](#);

20.2. As licitantes ou adjudicatárias que incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

20.2.1. Multa;

20.2.2. Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de até 03 (três) anos;

20.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos.

20.3. As sanções previstas nos itens 20.2.2 e 20.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

20.4. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

20.4.1. Multa de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o **valor estimado para o lote** do qual participou, observado o valor mínimo de 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 20.1.1 deste edital;

20.4.2. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) até 1% (um por cento) sobre o **valor total do lote** do qual participou, observado o valor mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada a quem cometer as infrações previstas nos itens 20.1.2 e 20.1.3. deste edital;

20.4.3. Multa de 10% (dez por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o **valor estimado para o lote** do qual participou nos casos das infrações previstas nos itens 20.1.4, 20.1.5., 20.1.6., 20.1.7, 20.1.8 e 20.1.9 deste edital.

20.5. Além da multa, aplicada, conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:

20.5.1. No cometimento da infração prevista no item 20.1.1: de 6 a 12 meses;

20.5.2. No cometimento das infrações previstas nos itens 20.1.2 e 20.1.3: até 6 meses;

20.6. Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos e descredenciamento no CADFOR-PE, no cometimento das infrações previstas nos itens 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7, 20.1.8 e 20.1.9: de 03 a 6 anos.

20.7. Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos nos itens 20.5 e 20.6. deverão ser observadas:

20.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

20.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

20.7.3. Circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração;

20.7.4. Os danos para a Administração Pública resultantes da infração;

20.7.5. A vantagem auferida em virtude da infração;

20.7.6. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.8. Em caso de cometimento de mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (doze) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste Edital poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

20.9. As penalidades deverão ser registradas no sistema E-fisco, no PE-integrado, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

20.10. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, disciplinado em Decreto Estadual.

20.11. Havendo indícios de cometimento das condutas previstas na Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a documentação pertinente será encaminhada às autoridades competentes para apuração da conduta típica em questão.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata, sem prejuízo das demais formas de publicidade.

21.2. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o seu recebimento ou, ainda, mediante publicação no sistema PE-Integrado ou no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

21.3. A presente licitação poderá ser revogada, por motivo de conveniência e oportunidade, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou será anulada, por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.4. Constatado vício insanável na licitação, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, nos termos do art. 147 da Lei Federal nº 14.133/2021

21.5. Após a adjudicação do objeto, a revogação ou a anulação da licitação somente será efetivada depois de concedido à adjudicatária do prazo de 3 (três) dias úteis para exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

21.5.1. Da decisão da autoridade de anular ou revogar o certame caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis para a autoridade máxima do órgão ou entidade responsável.

21.6. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação, cabendo, em caso de anulação, o dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável.

21.7. A participação das licitantes nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

21.8. Em caso de divergência entre o Termo de Referência e o Edital de Licitação, prevalece o Edital.

21.9. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto a ser licitado descritas no PE-INTEGRADO e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

21.10. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I - Termo de Referência (com seus respectivos anexos, inclusive Modelo de Proposta);
- b) Anexo II – Declarações complementares;
- c) Anexo III – Modelo de folha de roto;
- d) Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços.
- e) Anexo V – Minuta do Contrato (com seus respectivos anexos) e da Ordem de Fornecimento.

21.11. Os casos omissos neste Edital serão decididos com base na Lei Federal nº 14.133/2021, e demais normas que regem a matéria.

21.12. A data de abertura da sessão pública poderá ser adiada por conveniência do órgão licitante, sem prejuízo do disposto no art. 55, I, “a”, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Recife, data da assinatura eletrônica.

Jacilene Eustáquio da Silva
Pregoeira/Agente de Contratação - 47
Matrícula nº 459397-9

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Formação de Registro de Preços para o fornecimento de OPME(s) do **tipo insumos para o serviço de urologia, com cessão de equipamentos cirúrgicos em regime de comodato**, visando atender as necessidades do **Hospital Getúlio Vargas, Hospital Otávio de Freitas e do Hospital Regional do Agreste**, conforme as condições, especificações, quantidades e exigências contidas neste Termo de Referência.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme definição do art. 8º do Decreto Estadual nº 51.652/2021.

1.3. As especificações e os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos por lotes e descritos conforme quadros disponíveis abaixo:

1.4. As empresas contratadas para os lotes nº 02, 03, 04 e 05 deverão observar a necessidade de cessão gratuita, a título de comodato, para execução do objeto, conforme descrição e quantidades contidas no item “**Das Especificações do Objeto**” deste termo de referência.

1 - Lote 1 TODAS AS CIRURGIAS									
Item	Código	Descrição	Natureza de despesa	Quantidade	Unidade de medida	Valor de referência unitário	Quantidade de tempo	Unidade de tempo	Valor estimado
1	1188437	(1188437) - CATETER URETRAL DUPLO J - POLIURETANO, ,, EXTREMIDADE EM DUPLO J, 6,0CH X 25CM, COM GUIA, ESTERIL E APIROGENICO,	33903036	1.932,00	UN	R\$ 164,3900			R\$ 317.601,4800

		ROTULAGEM RESPEITANDO O DECR.LEI 79094/77 COMBINADO COM O ART.31 L.8078/90, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO E PROCEDENCIA, APRESENTACAO CONFORME DECR. LEI 79094/77 ART.31 L.8078/90 PORT.CONJ.N.1 DE 23/1/96-M.SAUDE, CONTENDO DADOS DE VALIDADE, LOTE E REGISTRO DO MS							
2	1503880	(1503880) - FIO GUIA - EM ZEBRA EM NITINOL, REVESTIDO EM PTFE, HIDROFILICO E RADIOPACO, COMPRIMENTO DE DIAMETRO DE 0,035 E COMPRIMENTO DE 150 CM, ROTULAGEM RESPEITANDO O DECRETO LEI 79094/77 ROTULAGEM RESPEITANDO O DECRETO LEI N- 79094/77, APRESENTACAO CONFORME DECRETO LEI 79094/77 EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRURGICO.	33903036	2.200,00	UN	R\$ 187,4320			R\$ 412.350,4000
							Valor estimado do lote:		R\$ 729.951,8800
2 - Lote 2 CIRURGIA DE VIDEOLAPAROSCOPIA									
Item	Código	Descrição	Natureza de despesa	Quantidade	Unidade de medida	Valor de referência unitário	Quantidade de tempo	Unidade de tempo	Valor estimado
1	1970453	(1970453) - TESOURA - ULTRA-SONICA P/CIR.VIDEO,CURVA,CONTROLE MANUAL MIN/MAX,36CM COMP.5MM DIAMETRO DA HASTE,P/VASOS 5MM.	33903036	322,00	UN	R\$ 2.224,5100			R\$ 716.292,2200
2	3900134	(3900134) - TROCARTER PARA VIDEOSCOPIA - DESCARTAVEL, DE POLICARBONATO DIAMETRO DE 12MM E COMPRIMENTO 100 MM, COM REDUTOR INTEGRADO DE 5/12 MM,POSSUI PONTA DILATADORA E PLANA DE ACO INOXIDAVEL AISI 304, CANULA TRANSPARENTE COM RANHURAS E TORNEIRA DE INSUFLACO DE ACRILICO,COM PONTA DILATADORA E SISTEMA DE ESTABILIDADE 5MM, SISTEMA EXCLUSIVO DE RETENCAO E ESTABILIDADE,CANULA COM ROSCA ESTABILIZADORA EMBUTIDA, LAMINA EM FILETE, QUE ELIMINE A NECESSIDADE DE DISPOSITIVOS PARA FIXACAO DO TROCATER,EMBALAGEM INDIVIDUAL,COM DADOS DE IDENTIFICACAO E PROCEDENCIA. REGISTRO - MINISTERIO DA SAUDE	33903036	680,00	UN	R\$ 254,6900			R\$ 173.189,2000
3	3900118	(3900118) - TROCARTER PARA VIDEOSCOPIA - DESCARTAVEL, DE POLICARBONATO DIAMETRO DE 5MM E COMPRIMENTO 100 MM,POSSUI PONTA DILATADORA E PLANA DE ACO INOXIDAVEL AISI 304, CANULA TRANSPARENTE COM RANHURAS E TORNEIRA DE INSUFLACO DE ACRILICO,COM PONTA DILATADORA E SISTEMA DE ESTABILIDADE 5MM, SISTEMA EXCLUSIVO DE RETENCAO E ESTABILIDADE,CANULA COM ROSCA ESTABILIZADORA EMBUTIDA, LAMINA EM FILETE, QUE ELIMINE A NECESSIDADE DE DISPOSITIVOS PARA FIXACAO DO TROCATER,EMBALAGEM INDIVIDUAL,COM DADOS DE IDENTIFICACAO E PROCEDENCIA. REGISTRO - MINISTERIO DA SAUDE	33903036	236,00	UN	R\$ 206,5900			R\$ 48.755,2400
4	4024966	(4024966) - SACO - COLETOR PARA PROCEDIMENTO CIRURGICO ENDOSCOPICOS, TAMANHO DO SACO DE 15MM DE DIAMETRO,COM FINALIDADE PARA RETIRADA DE ESPECIMES ATRAVES DE TROCATER. CONFORME LEGISLACAO VIGENTE DO MINISTRIO DA SAUDE	33903036	149,00	UN	R\$ 613,4750			R\$ 91.407,7750
5	4160002	(4160002) - FIO DE SUTURA POLIDIOXANONA - MONOFILAMENTAR,ABSORVIVEL, SINTETICO, FARPADO, ESPIRAL, BIDIRECIONAL, VIOLETA,MEDINDO: 14X14CM,CALIBRE 2-0,COM 2 AGULHAS CILINDRICA DE 26MM COM CURVATURA 1/2,INVOLUCRO INDIVIDUAL,ROTULO N. LOTE, DATA FABRICACAO/VALIDADE E PROCEDENCIA	33903036	148,00	UN	R\$ 233,4840			R\$ 34.555,6320
							Valor estimado do lote:		R\$ 1.064.200,0670

3 - Lote 3 PERCUTANEA									
Item	Código	Descrição	Natureza de despesa	Quantidade	Unidade de medida	Valor de referência unitário	Quantidade de tempo	Unidade de tempo	Valor estimado
1	2715198	(2715198) - DILATADOR - DILATADOR TIPO AMPLATZ,COMPONETES DILATADORES POLIURETANO COM CALIBRES DE 6 A 30 FR, APLICACAO CAMISA AMPLATZ,EM POLIURETANO,GARANTIA DE NO MINIMO 10 ANOS, REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE, CERTIFICADO DE BOAS PRATICAS DE FABRICACAO DA ANVISA.	33903036	297,00	UN	R\$ 868,4500			R\$ 257.929,6500
2	2755041	(2755041) - AGULHA DE CHIBA - AGULHA ESTERELIZADA A OXIDO DE ETILENO, PARA ASPIRACAO,18G X 25CM	33903036	405,00	UN	R\$ 95,0000			R\$ 38.475,0000
3	1510029	(1510029) - CATETER URETERAL - EM POLIURETANO, PONTA COM PONTA ABERTA, COM ADAPTADOR LUER LOCK, DE 6 FR, MEDINDO 70 CM, MARCACAO RADIOPACA, SEM GRADUACAO, PARA PROCEDIMENTOS UROLOGICOS, RADIOPACO, ESTERIL, EMBALADO INDIVIDUAL, APRESENTACAO RESPEITANDO DECRETO LEI 79094/77 ART. 31 DA LEI 8078/98	33903036	427,00	UN	R\$ 100,0000			R\$ 42.700,0000
							Valor estimado do lote:		R\$ 339.104,6500

4 - Lote 4 URETERORRENO									
Item	Código	Descrição	Natureza de despesa	Quantidade	Unidade de medida	Valor de referência unitário	Quantidade de tempo	Unidade de tempo	Valor estimado
1	1198602	(1198602) - PINCA BASKET - EM ACO INOX, DESMONTAVEL, PARA RETIRADA DE CALCULO URETERAL,, COM 04 FIOS LAMINADOS DE 16MM DE DIAMETRO, PONTA "0",90CM DE COMPRIMENTO, 3.0 FR, COM STORZ, EM AUTOCLAVE OU OXIDO DE ETILENO	33903035	2.088,00	UN	R\$ 654,0475			R\$ 1.365.651,1800
2	2717115	(2717115) - BASKETS - EM NITINOL,COM 115CM DE COMPRIMENTO E 1,5 A 2,2 FR DE DIAMETRO,NAO TRAUMATICO SEM PONTAS E COM HASTE FLEXIVEL,COMPATIVEL COM URETEROSCOPIO FLEXIVEL	33903036	510,00	UN	R\$ 734,9167			R\$ 374.807,5170
3	2715058	(2715058) - FIBRA OPTICA - SONDAS DE FIBRA OPTICA COM FILAMENTOS FLEXIVEIS COMPOSTO DE QUARTZO QUE CONDUZEM A ENERGIA GERADA PELO LASER ATE A AREA CIRURGICA DESEJADA (TECIDO, TUMOR, CALCULO), SAO APLICAVEIS TANTO EM ENDOSCOPIOS FLEXIVEIS QUANTO EM SEMI-RIGIDOS, PERMITINDO ALCANCAR ESTRUTURAS OU CALCULOS VIRTUALMENTE EM QUALQUER PARTE DO SISTEMA URINARIO,HOMIUM LASER ODYSSEY 30,FIBRA DE USO UNICO (DESCARTAVEL),TAMANHO 365 MICROMETROS	33903036	1.026,00	UN	R\$ 1.466,6667			R\$ 1.504.800,0342
4	2715023	(2715023) - FIBRA OPTICA - SONDAS DE FIBRA OPTICA COM FILAMENTOS FLEXIVEIS COMPOSTO DE QUARTZO QUE CONDUZEM A ENERGIA GERADA PELO LASER ATE A AREA CIRURGICA DESEJADA (TECIDO, TUMOR, CALCULO), SAO APLICAVEIS TANTO EM ENDOSCOPIOS FLEXIVEIS QUANTO EM SEMI-RIGIDOS, PERMITINDO ALCANCAR ESTRUTURAS OU CALCULOS VIRTUALMENTE EM QUALQUER PARTE DO SISTEMA URINARIO,HOMIUM LASER ODYSSEY 30,FIBRA DE USO UNICO (DESCARTAVEL),NO DIAMETRO 273 MICROMETROS.	33903036	208,00	UN	R\$ 1.331,2900			R\$ 276.908,3200
5	2527421	(2527421) - CATETER DUPLO J - TAMANHO 4.8 FR.EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO,, PROCEDENCIA, LOTE, VALIDADE,DATA DEESTERILIZACAO E REGISTRO NO MS.	33903207	800,00	UN	R\$ 136,5467			R\$ 109.237,3600
6	2715120	(2715120) - BAINHA PARA ENDOSCOPIO - BAINHA PARA ACESSO URETRAL PARA FACILITAR A DILATACAO DA URETRA, SENDO INTERNAMENTE DE ACO E EXTERNAMENTE DE NYLON COM COBERTURA HIDROFILICA PARA FACILITAR SUA INTRODUCAO, COM DILATADOR DE POLIURETANO, COM SISTEMA DE TRAVAMENTO, DE 35 A 55CM DE COMPRIMENTO E DE 09 A 16FR.,COMPATIVEL COM ENDOSCOPIOS E INSTRUMENTAIS	33903036	362,00	UN	R\$ 801,1000			R\$ 289.998,2000
							Valor estimado do lote:		R\$ 3.921.402,6112

5 - Lote 5 RTU									
Item	Código	Descrição	Natureza de despesa	Quantidade	Unidade de medida	Valor de referência unitário	Quantidade de tempo	Unidade de tempo	Valor estimado
1	4166728	(4166728) - ELETRODO - ALCA DE RESSECCAO BIPOLAR, TIPO BOLA (COAGULACAO), UMA ENTRADA DE 24,00CH,,PARA USO EM RESSECCOES TRANSURETRAIS COM SOLUCAO SALINA	33903036	106,00	UN	R\$ 1.111,9200			R\$ 117.863,5200
2	1034022	(1034022) - EVACUADOR DE ELLIK - DE PVC, COMPOSTO DE BOMBA DE SUCCAO E FRASCO COLETOR, MANUAL, PARA SUCCAO DE MATERIAL PROSTATICO	33903036	650,00	UN	R\$ 150,0000			R\$ 97.500,0000
3	3691632	(3691632) - ELETRODO - TIPO ALCA DE RESECCAO BIPOLAR, PARA USO EM CIRURGIAS - CORTE ECOAGULACAO,PARA LAPAROSCOPIO, COM ENTRADA DE 24,00 CH, PARA USO EM RESECCOES TRANSURETRAIS COM SOLUCAO SALINA,ADAPTADO A RESECTOSCOPIO DE MARCA STORZ	33903036	590,00	UN	R\$ 1.240,1980			R\$ 731.716,8200
4	2527472	(2527472) - ALCA DE RESSECCAO DE PROSTATA - EM ACO TUNGSTENIO, COM CALIBRE - 26 FR COM 01 (UM) FILAMENTO	33903036	180,00	UN	R\$ 626,0375			R\$ 112.686,7500
							Valor estimado do lote:		R\$ 1.059.767,0900

6 - Lote 6 PROTESES									
Item	Código	Descrição	Natureza de despesa	Quantidade	Unidade de medida	Valor de referência unitário	Quantidade de tempo	Unidade de tempo	Valor estimado
1	3145751	(3145751) - PROTESE DE SILICONE PARA TESTICULO - CONSTITUIDA EM GEL SOLIDIFICADO DE SILICONE ENCAPSULADO,NO TAMANHO PEQUENO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 31,00MM X 23,00MM, ESTERIL	33903207	22,00	UN	R\$ 1.924,2000			R\$ 42.332,4000
2	4667395	(4667395) - PROTESE PENIANA - CONFECCIONADA EM SILICONE,DIAMETRO: 9,0MM / 10MM / 11MM,COMPRIMENTO A SER DEFINIDO NO ATO CIRURGICO,ESTERIL	33903207	52,00	UN	R\$ 2.419,7700			R\$ 125.828,0400

3	3145603	(3145603) - SISTEMA DE SUSPENSAO URETRAL SINTETICO - EM TELA DE POLIPROPILENO MONOFILAMENTAR, COM COLUNA DE SILICONE CIRURGICO,SISTEMA DE CORRECAO PARA INCONTINENCIA URINARIA, APRESENTADO NA FORMA DE SLING TRANSOBTURATORIO FEMININO,TELA ESPECIFICA PARA USO EM CAVIDADE VAGINAL, DE APLICACAO REAJUSTAVEL, COM TROCATER DESCARTAVEL E ESTERIL	33903207	52,00	UN	R\$ 1.780,5700			R\$ 92.589,6400
4	3145760	(3145760) - PROTESE DE SILICONE PARA TESTICULO - CONSTITUIDA EM GEL SOLIDIFICADO DE SILICONE ENCAPSULADO,NO TAMANHO MEDIO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 37,00MM X 28,00MM, ESTERIL	33903207	42,00	UN	R\$ 1.500,0000			R\$ 63.000,0000
5	3145778	(3145778) - PROTESE DE SILICONE PARA TESTICULO - CONSTITUIDA EM GEL SOLIDIFICADO DE SILICONE ENCAPSULADO,NO TAMANHO GRANDE, MEDINDO APROXIMADAMENTE 42,00MM X 32,00MM, ESTERIL	33903207	42,00	UN	R\$ 1.365,7800			R\$ 57.362,7600
Valor estimado do lote:							R\$ 381.112,8400		

7 - Lote 7 INCONTINENCIA URINARIA									
Item	Código	Descrição	Natureza de despesa	Quantidade	Unidade de medida	Valor de referência unitário	Quantidade de tempo	Unidade de tempo	Valor estimado
1	5308488	(5308488) - KIT DE PROCEDIMENTO - SISTEMA PARA CORRECAO DE INCONTINENCIA URINARIA, MASCULINO,ACOMPANHA FAIXA EM POLIPROPILENO MONOFILAMENTAR,MODELO SUPORTE SUBURETRAL, ESTERIL,USO UNICO	33903036	16,00	UN	R\$ 9.951,6425			R\$ 159.226,2800
2	4043065	(4043065) - KIT ESFINCTER URINARIO - ESFINCTER URINARIO ARTIFICIAL AMS 800,.....	33903207	22,00	UN	R\$ 86.023,8050			R\$ 1.892.523,7100
Valor estimado do lote:							R\$ 2.051.749,9900		

8 - Lote 8 TELA PARA PROLAPSO									
Item	Código	Descrição	Natureza de despesa	Quantidade	Unidade de medida	Valor de referência unitário	Quantidade de tempo	Unidade de tempo	Valor estimado
1	5272262	(5272262) - CONJUNTO DE IMPLANTE - EM POLIPROPILENO, COMPOSTO DE 01 AGULHA DE SUTURA COM ILHOS, 03 ANCORAGENS COM SUTURA DE POLIPROPILENO E 01 GUIA DE INSERCAO,PARA FIXACAO AO LIGAMENTO SACROESPINHOSO (LS) POR VIA VAGINAL,UTILIZADO EM CIRURGIA MINIMAMENTE INVASIVA COM ACESSO PROLAPSO APICAL ANTERIOR E POSTERIOR	33903036	10,00	UN	R\$ 6.656,4300			R\$ 66.564,3000
Valor estimado do lote:									R\$ 66.564,3000
Valor global: R\$ 9.613.853,4282									

2. DAS JUSTIFICATIVAS

2.1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. A Constituição Federal de 1988 prevê, em seu art. 196, que “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. Nessa perspectiva, os **OPME(s) do tipo insumos para o serviço de urologia, com cessão de equipamentos cirúrgicos em regime de comodato**, são estratégicos de suporte às ações de saúde, problemas em seus fornecimentos podem implicar interrupções em tratamentos de saúde, afetando a qualidade de vida da população e a credibilidade do sistema de saúde com um todo.

2.1.2. Para cumprir desse dever constitucional, a demandante presta atendimento à população visando atender as necessidades da população, garantindo assistência terapêutica efetiva e integral aos pacientes de acordo com as especificações e quantidades constantes neste Termo de Referência.

2.1.3. A presente contratação deriva da **Solicitação de Compra nº 530406000232024000258** (Doc. SEI nº 57025498), emitida pelo Setor de Compras do Hospital Getúlio Vargas e da Manifestação de Interesse a Intenção de Registro de Preços referente a IRP. 0014.2024, emitida pela Superintendência de Suprimentos do Hospital Getúlio Vargas.

2.1.4. Em suma, tal contratação merece guarida visando o atendimento ao interesse público, sendo imprescindível a aquisição de tais suprimentos para execução das políticas de saúde pública. Os objetos elencados no presente documento são essenciais para a execução das atividades, rotinas, intervenções e procedimentos desenvolvidos neste hospital e atendem de forma direta as necessidades dos pacientes usuários da saúde, sendo essenciais para a execução com qualidade, eficiência e rapidez, dos serviços. A descontinuidade no seu fornecimento pode ocasionar casos de emergências públicas sanitárias relacionadas a realização de cirurgias eletivas e emergenciais e com isso grande prejuízo na recuperação da saúde do paciente.

2.2. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

2.2.1. Os quantitativos previstos no presente Termo de Referência foram definidos na Solicitação de Compra nº SC 530406000232024000258, fundamentada no resultado repassado pelo Setor de Órtese, Prótese e Materiais Especiais - OPME (Doc. SEI 51103985).

2.2.2. O Hospital realiza uma média de 100 (cem) cirurgias e/ou procedimentos de **urologia** por mês. Os cálculos para obtenção das quantidades de **OPMEs do tipo insumos para o serviço de urologia** solicitadas foram realizados com base no histórico de consumo médio mensal obtido através de média aritmética em anos anteriores (Doc. SEI 54608521). É importante destacar que existe uma variabilidade deste consumo médio, pois depende da demanda de pacientes atendidos no mês e de possíveis variações no quantitativo de leitos no Hospital.

2.2.3. Os quantitativos previstos no presente Termo de Referência foram definidos com base nos processos anteriores: Processo nº 1677.2021.CPL.HGV.PE.0122.HGV (Doc SEI 54760406). Importante, esclarecer que o quantitativo do objeto deve ser suficiente para ter saldo disponível quando for necessário atender às intercorrências acima da média histórica de consumo do objeto. A partir desta premissa, entende-se que o quantitativo do objeto requerido traz segurança para o devido atendimento à população.

2.2.4. Portanto, o quantitativo aqui estabelecido neste Termo de Referência busca observar o consumo anterior, mas levando em consideração algumas variáveis, as quais não é possível dimensionar ou quantificar, tais como: eventos climáticos, pandemias, desastres naturais, guerras, mudança de protocolo, etc.

2.2.5. O Hospital Otávio de Freitas possui cerca de 600 (seiscentos) leitos, entre internamentos e urgência, é a única referência do Estado de Pernambuco em cirurgias urológicas de urgência, atendendo pacientes de todo estado encaminhado de diversas unidades de saúde. Atualmente realiza, mensalmente, 200 (duzentos) procedimentos com 98% (noventa e oito por cento) de taxa de internamento.

2.2.6. O Hospital Regional do Agreste possui cerca de 220 (duzentos e vinte) leitos operacionais entre urgências e internamentos, é referência em atendimento emergencial, atendeu mais de 1.120 (um mil, cento e vinte) pacientes na emergência, no ano de 2023, com doenças no sistema geniturinário, com implantação do serviço de urologia cirúrgica.

2.2.7. Os quantitativos previstos no presente Termo de Referência foram definidos fundamentado através de uma análise prévia da Gerência do Setor de Urologia para atender aos pacientes que estão internados neste hospital e com relação à demanda de pacientes reprimida numa fila de espera aguardando por cirurgia deste serviço. Estimamos um quantitativo adequado para atender as necessidades dos que procuram esta Unidade Hospitalar, o consumo mensal/anual destes itens, visto que, varia muito de acordo com a demanda de procedimentos/pacientes que necessitam de tais procedimentos cirúrgicos com os devidos itens do objeto deste Termo de Referência. Utilizamos margem de segurança de 25% (vinte e cinco por cento) a fim de evitar o desabastecimento dos mesmos.

2.2.8. A Urologia é uma especialidade cirúrgica que tem como foco de atuação o aparelho urinário e o sistema reprodutor masculino. O Hospital Getúlio Vargas - HGV, dispõe de Serviço de Urologia eletivo cujo foco é o atendimento ambulatorial (consultas, internamentos e cirurgias programadas), da especialidade nos permitem tratar a maioria das patologias de forma minimamente invasiva, seja por procedimentos endourológicos, seja por vídeolaparoscopia, o que possibilita uma recuperação mais célere do paciente e um menor custo financeiro para a Instituição. Os procedimentos variam de acordo com a patologia e para sua realização são necessários materiais de uso permanente (Nefroscópio, Ureterorrenoscópio semirrígido e flexível, Ressectoscópio bipolar/monopolar, etc.) e também materiais descartáveis de uso único (fio guia hidrofílico, sonda extratora "tipo Basket", cateter duplo, fibra laser, bainha ureteral, cateter ureteral, dilatadores de Amplatz, etc.). Visando diminuir custos com a aquisição e manutenção de equipamentos permanentes, tornou-se prática habitual na esfera privada e pública condicionar a venda dos insumos descartáveis à cessão em comodato dos equipamentos permanentes por parte das empresas fornecedoras desses insumos, respeitando as peculiaridades inerentes às regras de aquisição de cada setor. Atualmente a média de cirurgias realizadas pela clínica urológica (eletiva) é de 1.221 cirurgias/ano; +- 101 cirurgias/mês), sendo assim o parque de material permanente do Hospital Getúlio Vargas não contempla esses equipamentos em quantitativo suficiente para sua demanda de uso, tornando-se necessário o seu uso na modalidade de comodato.

2.2.9. Didaticamente optou-se por separar os insumos descartáveis e seus respectivos equipamentos em "lotes/kits" conforme a patologia e o procedimento a ser realizado, pois é necessário que haja compatibilidade técnica entre os insumos e os equipamentos. Baseado no exposto retro fica explícito a necessidade que o edital do processo licitatório contemple tanto a aquisição de insumos descartáveis quanto o uso em comodato dos equipamentos permanentes e que deve necessariamente haver compatibilidade técnica entre ambos.

2.3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

2.3.1. Visando atender à necessidade pública da demandante, a Administração Pública optou por contratar o fornecimento do objeto em tela, por meio de sistema de registro de preços, uma vez que se mostra como essencial para o desenvolvimento de suas atividades, considerando ainda que não existiam Atas vigentes com saldos suficientes que permitissem a aquisição do quantitativo necessário para o Hospital Getúlio Vargas.

2.4. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

2.4.1. Neste caso em concreto, a opção pelo agrupamento dos itens em lotes é a mais vantajosa para a Administração, uma vez que as razões técnicas para a preservação do objeto parcelado por lote independentes com vistas à ampliação da competitividade – princípio básico da licitação – propiciando, assim, que os licitantes apresentem propostas individualizadas para cada um deles, de acordo com suas condições, e, igualmente, que o julgamento seja feito em relação a cada qual, o que usualmente resulta em preços mais vantajosos.

2.4.2. Os materiais contidos nos lotes deverão ser fornecidos pela mesma empresa, pois as diversidades dos desenhos podem interferir na forma de fixação, ocasionando complicações durante a realização do procedimento. A ausência de determinado produto ou outro material necessário tornaria inviável a atividade cirúrgica almejada e consequentemente poderia ocasionar comprometimento do desfecho clínico.

2.4.3. Os produtos deverão ser compatíveis entre si, de modo a favorecer o uso conjunto durante o procedimento. Ressalta-se que a utilização é necessariamente combinada;

2.4.4. Em determinados procedimentos cirúrgicos, utiliza-se, na maioria dos casos, materiais com modelos e tamanhos variados em suas respectivas caixas. O

fornecimento dos produtos por uma única empresa, viabilizará uma adequada logística de abastecimento e direcionamento ao centro cirúrgico para sua efetiva utilização, permitindo dessa forma o devido controle do material, essencial para o acompanhamento e o atesto final de uso pela equipe médica responsável.

2.4.5. Considere-se que os itens ora pertencentes a esses conjuntos devem, obrigatoriamente, ser compatíveis, pois caso os itens fossem licitados separadamente, a presente aquisição poderia resultar em itens incompatíveis, ocasionando prejuízo tanto para os pacientes quanto para a Administração, que necessitaria iniciar novo certame para a aquisição dos itens corretos.

2.4.6. A necessidade de se agrupar os itens em vários lotes se deve também devido à necessidade dos materiais utilizados nos mesmos procedimentos serem obrigatoriamente compatíveis e intercambiáveis, de forma que se fornecidos por marcas diferentes, e, consequentemente, incompatíveis, inviabilizariam os procedimentos cirúrgicos, pois colocariam em risco a segurança e o sucesso do resultado dos procedimentos, possivelmente causando danos ao paciente. Além disso, há a necessidade imperiosa de se contar com todos os itens à disposição para a realização do procedimento cirúrgico ou atendimento ao paciente.

2.4.7. Conclui-se, portanto, que o modelo definido para esta contratação é o mais apropriado tanto técnica quanto economicamente, sem restringir ou prejudicar a competitividade do certame e, consequentemente, o mais adequado para promover a maior vantagem para o Estado.

2.5. DA PREVISÃO DA VEDAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

2.5.1. De acordo com o art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.

2.5.2. Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação dos presentes fornecimentos.

2.5.3. Além disso, no caso vertente, não se faz presente a premissa da complexidade do objeto, uma vez que se trata de fornecimento de **OPMEs do tipo insumos para o serviço de urologia, com cessão de equipamentos cirúrgicos em regime de comodato**, comumente fornecidos por qualquer empresa especializada no ramo, sem necessidade de conjugação de esforços em consórcio a fim de viabilizar o fornecimento.

2.5.4. Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é a medida que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

2.6. DA PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS EM COOPERATIVA NA LICITAÇÃO

2.6.1. É permitida a participação de profissionais organizados em cooperativas, na forma do disposto no art. 16, da Lei Federal nº 14.133/2021, na presente licitação.

2.7. DA VEDAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO

2.7.1. É vedada a participação de pessoas físicas na presente licitação, uma vez que se faz necessária a apresentação da autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e esta é reservada à Pessoa Jurídica nos termos da Lei Federal nº 6.360/1976. Tal vedação parte do princípio de que pessoas físicas não podem cumprir os requisitos técnicos e administrativos constantes da RDC nº 16/2014. Portanto, não poderão realizar atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humanos, produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais, sendo permitidas essas atividades somente a empresas e que são reguladas em seu funcionamento pela ANVISA, através do documento Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) que confere que o estabelecimento está cumprindo a Legislação Sanitária, de acordo os termos da Lei Federal nº 6.360/1976.

2.8. DA VEDAÇÃO DE AGRICULTOR FAMILIAR/PRODUTOR RURAL NA LICITAÇÃO

2.8.1. É vedada a participação de agricultor familiar E/OU produtor rural na presente licitação, uma vez que as condições técnicas e físicas necessárias ao fornecimento do objeto pretendido, são avaliadas objetivamente por meio de requisitos que não são compatíveis com a capacidade jurídica do agricultor familiar e produtor rural.

2.8.2. O agricultor familiar e o empreendedor familiar rural são aqueles que praticam atividades no meio rural (em conformidade com a Lei Federal nº 11.366/2006), não guardando correlação com o cumprimento dos requisitos técnicos e administrativos constantes da RDC nº 16/2014. Portanto, não podendo realizar atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humanos, produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais, sendo permitidas essas atividades somente a empresas e que são reguladas em seu funcionamento pela ANVISA, através do documento Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) que confere que o estabelecimento está cumprindo a Legislação Sanitária, de acordo os termos da Lei Federal nº 6.360/1976.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. DESCRIÇÃO DO FORNECIMENTO/DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1.1. Além da descrição apresentada nas tabelas do item 1 deste Termo de Referência, para a aquisição do objeto deve-se observar as seguintes características:

a) A marca do produto no ato da entrega deverá ser correspondente à marca constante na proposta da empresa, quando indicado;

b) Substituições de marcas de produtos apenas serão aceitas por produto de qualidade igual ou superior, em caso de descontinuidade do produto no mercado junto à ANVISA, bem como na falta de matéria-prima que comprometa a fabricação ou por inviabilidade mercadológica e/ou fato superveniente para o fornecimento, certificada pelo respectivo fabricante e mediante aprovação do setor técnico competente do órgão gerenciador;

c) As empresas contratadas para os Lotes nº 02, 03, 04 e 05, deverão fornecer, em cessão gratuita, a título de comodato, garantindo assim o adequado funcionamento, qualidade e segurança do fornecimento do presente objeto, no quantitativo constante no Anexo C deste Termo de Referência;

d) Os implantes e materiais devem ser fornecidos perfeitamente acondicionados em caixas metálicas fenestradas, apropriadas e específicas. Os artigos implantáveis deverão apresentar-se acondicionados de forma a permitir o registro de sua procedência no prontuário médico e permitir a sua rastreabilidade em caso de eventos adversos. Preferencialmente, as placas e hastes, onde couber, deverão ser fornecidas em embalagens que estejam de acordo com a legislação sanitária vigente;

e) O rótulo deve conter as seguintes informações:

e.1) marca;

e.2) código;

e.3) número do lote e série;

e.4) número de registro na ANVISA;

e.5) método de esterilização;

e.6) validade da esterilização;

e.7) nome do responsável técnico ou possuir na ficha técnica que acompanha a caixa, etiquetas adesivas destacáveis que permitam o registro destes elementos diretamente no prontuário médico;

f) Os materiais e artigos implantados, independente da duração do contato com o corpo humano, deverão ser biocompatíveis. Devem manter, ao longo do tempo de duração do contato com o corpo humano, suas propriedades físico-químicas inalteradas e sem a presença de poros, trincas ou outras imperfeições;

g) Os implantes, onde couber, deverão ser acompanhados de instrumental, todos de acordo com a necessidade própria para implantação, específicos para cada modelo de implante;

3.2. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

3.2.1. A entrega do(s) bem(ns) será realizada de **forma imediata**, em remessa única, no prazo de até 08 (oito) dias corridos, contados da notificação da emissão da Ordem de Fornecimento acompanhada da Nota de Empenho.

3.2.2. O quantitativo licitado será solicitado de acordo com a necessidade de fornecimento dos hospitais Getúlio Vargas, Hospital Geral Otávio de Freitas e Hospital Regional do Agreste, devendo ser efetuado através de uma ordem de fornecimento para entrega imediata.

3.2.3. Os produtos serão entregues nas unidades abaixo indicadas, no horário das 08:00 às 12:00 e 14:00 às 17:00, de segunda a sexta-feira, onde serão conferidos e recebidos mediante agendamento prévio:

UNIDADE	ENDEREÇO
HGV - Hospital Getúlio Vargas	Av. San Martin S/N, Cordeiro, Recife, PE
HOF - Hospital Geral Otávio de Freitas	Rua Aprígio Guimarães S/N, Sancho, Recife, PE
HRA- Hospital Regional do Agreste	Rodovia BR-232, Km 130, s/n – Indianópolis, Caruaru, PE

3.2.4. Para a entrega do objeto, é imprescindível anexar DANFE a Nota Fiscal Eletrônica e a cópia da nota de empenho;

3.2.5. O objeto será recebido:

a) Provisoriamente, de forma sumária, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens recebidos com as especificações exigidas;

b) Definitivamente, após a verificação da compatibilidade dos bens com as especificações técnicas, a conformidade dos documentos de registro na ANVISA, e dos laudos de controles de qualidade, no prazo de 08 (oito) dias corridos, a contar do recebimento provisório.

3.2.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem **3.2.5.b** não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

3.2.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade ético-profissional da contratada pelo perfeito fornecimento do objeto, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes do incorreto fornecimento.

3.2.8. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com os termos e condições desta contratação. A contratada deve substituir às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 08 (oito) dias corridos, contados da notificação feita pelo fiscal, os produtos que apresentarem qualquer irregularidade;

3.2.9. Em hipótese alguma a equipe médica do hospital poderá retirar material para uso externo sem a autorização por escrito deste setor responsável pelos OPMEs.

3.2.10. As solicitações médicas só serão aceitas se provindas do setor responsável pelos OPMEs. Cabe à empresa contratada atender solicitações médicas por telefone ou mensagem apenas se for o caso de tratativas acerca de acertos de tamanho de OPMEs.

3.2.11. No ato da entrega, os produtos deverão ser acompanhados de formulários com duas vias (uma para o Hospital e outra para o fornecedor), que permitam a conferência de cada item individualmente, de acordo com a nomenclatura adotada no Edital para cada item licitado;

3.2.12. Durante a validade do produto, se for constatada qualquer alteração na sua qualidade ou composição, a contratada se compromete a trocá-lo sem ônus para o Hospital, devendo especificar as condições adequadas de armazenamento.

3.2.13. **CIRURGIAS EXCLUSIVAMENTE ELETIVAS** a entrega deverá ocorrer no prazo máximo de 24hs que antecedam a data da cirurgia, mediante aviso prévio da confirmação do procedimento previamente programado em mapa cirúrgico, salvo exceções que poderão acontecer que irão ser avisadas com antecedência. **PARA DISPONIBILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTAIS**, visto que os equipamentos já se encontram na unidade.

3.2.14. **CIRURGIAS DE URGENCIAS** Quanto ao uso no horário **noturno, fins de semana, feriados e feriados prolongados**, estabelece-se um prazo de comunicação da equipe de urologia com a empresa contratada/vencedora para o referido LOTE 04, relacionado ao procedimento ao menos 12(doze) horas de antecedência para que o serviço seja realizado. **PARA DISPONIBILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTAIS**, visto que os equipamentos já se encontram na unidade.

3.2.15. A empresa disponibilizará um **ORIENTADOR CAPACITADO**, com função exclusivamente técnica, desde que solicitado previamente(24 horas antes do procedimento), que deverá se apresentar ao centro cirúrgico em até 30 minutos antes de cada procedimento para realizar a conferência dos **INSTRUMENTAIS E IMPLANTES** que serão utilizados na cirurgia, devendo permanecer na sala cirúrgica até o término do procedimento, onde obrigatoriamente deverá assinar o controle de OPME após a conferência do (s) material(s) utilizado (s).

4. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA E DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

4.1. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

4.1.1 O valor estimado global da contratação é de R\$ 9.613.853,42(nove milhões, seiscentos e treze mil,oitocentos e cinquenta e três reais e quarenta e dois centavos) distribuído nos seguinte(s) lote(s):

- a) Lote I (ampla concorrência) – Valor estimado total - R\$ 729.951,88 (setecentos e vinte e nove mil,novecentos e cinquenta e um reais e oitenta e oito centavos).
- b) Lote II (ampla concorrência) – Valor estimado total - R\$ 1.064.200,06 (um milhão, sessenta e quatro mil,duzentos reais e seis centavos)
- c) Lote III (ampla concorrência) – Valor estimado total - R\$ 339.104,65 (trezentos e trinta e nove mil, cento e quatro reais e sessenta e cinco centavos)
- d) Lote IV (ampla concorrência) - Valor estimado total –R\$ 3.921.402,61 (três milhões, novecentos e vinte e um mil,quatrocentos e dois reais e sessenta e um centavos)
- e) Lote V (ampla concorrência) - Valor estimado total –R\$ 1.059.767,09 (um milhão, cinquenta e nove mil,setecentos e sessenta e sete reais e nove centavos)
- f) Lote VI (ampla concorrência) - Valor estimado total –R\$ 381.112,84 (trezentos e oitenta e um mil,cento e doze reais e oitenta e quatro centavos)
- g) Lote VII (ampla concorrência) - Valor estimado total –R\$ 2.051.749,99 (dois milhões, cinquenta e um mil,setecentos e quarenta e nove reais e noventa e nove centavos)
- h) Lote VIII (exclusivo para Micro e Pequenas Empresas) - Valor estimado total –R\$ 66.564,30 (sessenta e seis mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e trinta centavos)

4.1.2 . No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem.

4.1.3 . Os preços finais unitários e totais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e total estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta

4.2. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

4.2.1. As despesas decorrentes desta licitação serão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 HOSPITAL GETULIO VARGAS

Elemento de Despesa: 3.3.90.30 e 3.3.90.32 HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE

Elemento de Despesa : 3.3.90.00.00 HOSPITAL GERAL OTAVIO DE FREITAS

4.3. JUSTIFICATIVA PARA APLICAÇÃO DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

4.3.1. No caso de aquisições de bens, em regra, devem ser objeto de licitações exclusivas para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), quando os itens de contratação possuírem valor estimado de até 80 mil reais ou devem ser reservadas cotas de até 25% do quantitativo para essas empresas caso os valores estimados dos lotes forem superiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e a natureza dos bens a serem adquiridos seja divisível, nos termos do art. 48, I e III, da LC nº 123/2006.

COTA EXCLUSIVA:

4.3.2. Considerando que o lote VIII desta licitação possui valor igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), será este considerado de participação exclusiva de microempresa, empresa de pequeno porte ou Microempreendedor Individual (MEI).

COTA RESERVADA:

4.3.3. Excepcionalmente, o tratamento privilegiado destinado às ME, EPP e MEI pode ser afastado, diante de particularidades do caso concreto que impeçam a aplicação dos referidos benefícios, nas hipóteses elencadas nos incisos do art. 49 da citada Lei Complementar nº 123/2006 e art. 9º do Decreto nº 45.140/2017.

4.3.4. O presente processo se enquadra nos incisos III do art. 49 Lei Complementar nº 123/ 2006 e II do art. 9º do Decreto nº 45.140/2017 citado acima, uma vez que o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, pois se trata da aquisição em Lotes como descrito no item 2.4 deste Termo de Referência, para não comprometer o fornecimento que compõe o objeto do certame.

5. DA LICITAÇÃO**5.1. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODOS DE DISPUTA**

5.1.1. A licitação será processada na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO UNITÁRIO/POR LOTE.

5.1.2. O modo de disputa a ser utilizado no certame é o aberto

5.1.3. A combinação dos parâmetros modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa descritos neste Termo de Referência se mostram adequadas e eficientes para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que o **modo de disputa aberto** é o que, após o início da sessão e a publicização de todas as propostas iniciais, os licitantes devem apresentar novas propostas por meio de **lances públicos e sucessivos**, crescentes ou decrescentes, tornando-se o vencedor aquele que apresentar a melhor proposta ao fim da etapa competitiva. Trata-se do modelo tradicional do pregão, que agora será aplicado também às concorrências e que admite, ainda, a estipulação de regras específicas no edital de licitação para a etapa competitiva de lances, deste modo:

- a) assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;
- b) assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;
- c) evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;
- d) incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

5.2. PROPOSTA**5.2.1. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA**

5.2.1.1. As propostas deverão ter validade de, no mínimo 120 (cento e vinte) dias, contados da data de abertura da sessão pública a ser estabelecida no preâmbulo do Edital, independente de declaração da licitante.

5.2.2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA

5.2.2.1. As propostas enviadas deverão ser acompanhadas dos seguintes documentos:

5.2.2.1.1. Comprovação de registro do(s) materiais(s) ofertado(s) na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, conforme estabelece a Lei Federal nº 6.360/1976 e a RDC Nº 751/2022 ou sua publicação no Diário Oficial da União;

5.2.2.1.2. Caso os itens cotados sejam dispensados do Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, o licitante deverá apresentar cópias dos atos que os isenta dos registros;

5.2.2.1.3. O licitante vencedor deverá informar, o fabricante e a marca sob a qual o(s) é(são) comercializado(s). No caso de serem importado(s), também deverá informar o país de origem do mesmo;

5.2.2.1.4. A Licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá entregar, os catálogos/folders para todos os lotes, identificando-o com as seguintes informações: catálogo/folder, número do processo e do pregão eletrônico, data e objeto da licitação, nome, telefone e e-mail da licitante e de seu representante.

5.2.2.1.5. O pregoeiro solicitará à área técnica a emissão de parecer técnico com a finalidade de atestar sua conformidade acerca das especificações do objeto, tendo a área o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar seu parecer.

5.2.3. DA AMOSTRA

5.2.3.1. Visando realizar análise conclusiva da adequação e conformidade do material ofertado para o atendimento da necessidade pública, será exigida amostra em virtude de melhor análise do material ofertado pela licitante.

5.2.3.2. O prazo definido para sua apresentação, conforme definido no subitem abaixo, é reputado razoável para a entrega da amostra pelo licitante detentora da ata de registro de preços.

5.2.3.3. Havendo o aceite da proposta, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, no prazo de 03(três) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à convocação realizada pelo agente de contratação, sem hipótese de prorrogação, sob pena de desclassificação.

5.2.3.4. Caso os prazos definidos acima não sejam cumpridos pelo LICITANTE, será feita a convocação do licitante classificado em segundo lugar e assim sucessivamente.

5.2.3.5. A amostra deverá ser apresentada no endereço HOSPITAL GETULIO VARGAS, Avenida Gal San Martim, S/N Cordeiro, Recife/PE - CEP 50.630.060, no horário de 8 às 17 horas, mediante agendamento através do número(81)3184-5879 e e-mail : **centralopme.hgv@gmail.com**.

5.2.3.6. A amostra, deverá obrigatoriamente estar identificada com os seguintes dados:

1. Número do Processo Licitatório;
2. Número correspondente ao lote da licitação para o qual foi exigida a amostra, com sua(s) respectiva(s) descrição(ões);
3. Razão social, endereço completo e número do telefone do licitante;
4. Nome Completo e número do telefone do representante do licitante.

5.2.3.7. A amostra consistirá em:

1. As licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
2. Compatibilidade da amostra com o produto exigido;
3. Qualidade do produto;
4. Prazo de validade;
5. Se a amostra está de acordo com as normas técnicas pertinentes.

5.2.3.8. Deverão ser apresentadas amostras para os lotes relacionados acima, devendo ser observados os seguintes critérios objetivos na análise, respectivamente:

1. Matéria Prima do Produto – será averiguado se está de acordo com as especificações técnicas exigidas no item 1 do deste Termo de Referência;
2. Componentes do Produto - será averiguado se está de acordo com as especificações técnicas exigidas no item 1 do Termo Referência;
3. Medidas do Produto - será averiguado se está de acordo com as especificações técnicas exigidas no item 1 do Termo Referência quanto as suas dimensões, tamanhos, volumes, etc. As medidas Apresentadas devem ser entendidas como referência, sendo admitidas variações aproximadas para mais ou para menos em até 2% (dois por cento), desde que, sejam tecnicamente viáveis. Tal situação será encaminhada para avaliação técnica pelo especialista, afim de ser considerado ou não a aceitabilidade do material;
4. Esterilidade do produto será averiguado se é estéril ou não estéril;
5. Características do Produto será averiguado se está de acordo com o especificado, conforme item 1 deste Termo Referência;
6. Embalagem do Produto será averiguado se está de acordo com a legislação vigente. Os materiais de origem estrangeira deverão apresentar na embalagem informações em língua portuguesa suficiente para análise técnica do material (para amostras do produto, quando solicitadas);
7. Descrição do material contida no rótulo - será averiguada se a descrição nele contida está de acordo com a descrição estabelecida no Termo de Referência (para amostras do produto, quando solicitadas).

5.2.3.9. O(s) produto(s) apresentados como amostras serão abertos e submetidos aos testes necessários e servirão como referência para o momento do recebimento do objeto.

5.2.3.10. Será admitida a presença dos demais licitantes na apresentação da amostra, sendo vedada a manifestação escrita ou oral dos licitantes durante este procedimento.

5.2.3.11. Os produtos que servirem de AMOSTRAS não poderão ser computados no quantitativo a ser entregue.

5.2.3.12. A amostra será examinada e avaliada pela área técnica do Hospital Getúlio Vargas, sendo de sua exclusiva responsabilidade a análise e APROVAÇÃO OU REPROVAÇÃO, garantida a publicidade de todos os atos a quaisquer interessados.

5.2.3.13. Após a entrega, o Setor técnico do Hospital Getúlio Vargas responsável pela análise, no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos ,emitirá parecer técnico de conformidade com o objeto solicitado informando expressamente se APROVA OU REPROVA a amostra apresentada.

5.2.3.14. No caso da APROVAÇÃO OU REPROVAÇÃO, o parecer técnico deverá apresentar as justificativas que fundamentaram a decisão, em conformidade com as especificações e os critérios objetivos para análise definidos no Termo de Referência, identificando, em caso de reprovação, as exigências não atendidas.

5.2.3.15. Depois de vencido o prazo de apresentação da amostra, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência e seus Anexos, não será permitida nova apresentação por parte do licitante.

5.2.3.16. No caso de eliminação do licitante, será chamado o segundo colocado e, assim sucessivamente, até que seja encontrado licitante aprovado ou não haja mais licitantes a serem avaliados.

5.2.3.17. Os custos com a amostra serão de responsabilidade exclusiva do licitante.

5.2.3.18. A APROVAÇÃO ou REPROVAÇÃO é de responsabilidade exclusiva do Setor Requisitante do Hospital Getúlio Vargas.

5.2.3.19. Após a conclusão do certame, a licitante terá um prazo de 30(trinta) dias úteis para fazer a retirada das amostras, sem ônus para a Administração, que serão devolvidas no estado que se encontrem. Caso não sejam recolhidas, o Hospital Getúlio Vargas isenta-se da guarda do objeto, ficando este sujeito à destinação a que a Administração Pública entender adequada, conforme art. 20,§ 3º, do Decreto Estadual nº 53.384/2022.

5.3.REQUISITOS ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO

5.3.1.HABILITAÇÃO JURÍDICA

5.3.1.1.O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar no certame deverá apresentar:

5.3.1.1.2. Licença de funcionamento do estabelecimento, para o exercício da atividade de comércio Atacadista ou de distribuição de Produtos para Saúde (correlatos), emitida pelo órgão sanitário competente da unidade federativa em que se localize, nos termos da Lei Federal nº 6.360/1976 e do Decreto Federal nº 8.077/2013.

5.3.1.1.3.Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados no Edital, salvo em relação às licenças sanitárias de renovação, se houver, ficando a aceitação do protocolo condicionada à consulta prévia aos órgãos competentes.

5.3.1.1.4.Ato de Autorização de Funcionamento para o exercício da atividade de comércio atacadista ou de distribuição de Produtos para Saúde (correlatos), expedido pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) nos termos da Lei Federal nº 6.360/1976, e da Resolução da Diretoria Colegiada da RDC/Anvisa nº 16, de 1º de abril de 2014.

5.3.2.REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.3.2.1.Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência relativa ao registro ou inscrição na entidade profissional competente no Brasil, quando for o caso, por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a respectiva entidade profissional.

5.3.2.2.Comprovação de experiência prévia no fornecimento de bens similares ou compatíveis, com características, quantitativos, complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores ao objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

5.3.2.3.Será considerado compatível em características o fornecimento de **insumos para o serviço de urologia**.

5.3.2.4.Será considerado compatível com a quantidade o(s) atestado(s) que apresentar (em), no mínimo, 10% (dez por cento) das quantidades estimadas na licitação para cada lote , exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um lote;

5.3.2.5.Para fins de aferição do percentual mínimo de 10% (dez por cento) relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro menor número inteiro.

5.3.2.6.Justifica-se o percentual fixado para fins de qualificação técnica, no que se refere à comprovação das quantidades a serem indicadas em atestados, por garantir que a proponente de fato será capaz de fornecer a tempo os materiais conforme especificidade e em quantidades contratadas.

5.3.3.REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.3.3.1.Os requisitos de qualificação econômico-financeira serão descritos no Edital da presente contratação.

6. DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1.1. A opção pelo sistema de registro de preços para a contratação do objeto constante deste Termo de Referência tem fundamentação art. 3º, incisos I, III, IV e V do Decreto Estadual nº 54.700/2023, visto que as contratações serão frequentes e feitas por todas as unidades descritas no quadro do item 3.2.3.. Além disso, o agrupamento das demandas dos órgãos em uma única aquisição proporciona sua padronização e uniformização, ao mesmo tempo em que possibilita obtenção de um maior ganho em escala.

6.2. ÓRGÃO OU ENTIDADE GERENCIADOR(A)

6.2.1. O **Hospital Getúlio Vargas** é o órgão gerenciador deste Registro de Preços;

6.3. ÓRGÃOS OU ENTIDADES PARTICIPANTES

6.3.1. Figuram como **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** da presente Ata de Registro de Preços o **Hospital Getúlio Vargas, Hospital Regional do Agreste e o Hospital Otávio de Freitas**.

6.4. PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.4.1. Após a homologação do resultado desta licitação, a adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

6.5. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E SUA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

6.5.1. O prazo de vigência da ata será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, facultada a renovação dos quantitativos previstos, inclusive para fins de adesão por não participantes, desde que seja comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

6.6. PREVISÃO E JUSTIFICATIVA DA POSSIBILIDADE DE ADESÃO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES E CONDIÇÕES DE ADESÃO

6.6.1. Será permitida a adesão por órgãos não participantes à Ata de Registro de preços oriunda deste Termo de Referência.

6.6.2. As possíveis solicitações de adesão deverão ser encaminhadas à gerenciadora da ata de registro de preços, para a(s) respectiva(s) autorização, através dos seguintes meios:

- Telefone: (81) 3184-5820

- E-mail: hgvcontratos@gmail.com

- Sistema PE-INTEGRADO.

6.6.3. As condições para utilização da ata de registro de preços por órgãos não participantes serão dispostas em item específico da minuta da ata de registro de preços do presente processo.

6.7. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA GERENCIADORA DA ATA

6.7.1. As obrigações do órgão gerenciador da ata de registro de preços serão dispostas em item específico da minuta da ata de registro de preços do presente processo.

6.8. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA

6.8.1. As obrigações da detentora da ata de registro de preços serão dispostas em item específico da minuta da ata de registro de preços do presente processo.

7. DO CONTRATO

7.1. Uma vez que o presente termo de referência objetiva a compra com entrega imediata e integral dos materiais dos quais não resultam em obrigações futuras, quanto os equipamentos que serão fornecidos em regime de comodato inclusive com assistência técnica, (CONTRATO), a contratação decorrente desta licitação será formalizada por meio de Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho de despesa, por se caracterizar como instrumento hábil a substituir o contrato formal, em conformidade com o art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2. PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO E PRORROGAÇÃO

7.2.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura.

7.3. PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO OU RETIRADA DO INSTRUMENTO EQUIVALENTE

7.3.1. O Detentor da Ata será convocado para a assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

7.3.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

7.4. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

7.4.1. É dever da **CONTRATANTE** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, em especial:

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, através de servidor designado para este fim;
- c) Informar à **CONTRATADA** as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para entrega dos bens;
- d) Verificar a conformidade dos bens entregues com as especificações e quantidades exigidas, inclusive quanto à marca indicada na proposta;
- e) Promover o recebimento provisório e definitivo do objeto, cumpridas as condições estabelecidas no item 3 deste Termo de Referência;
- f) Comunicar por escrito à **CONTRATADA** qualquer vício, defeito ou irregularidade no objeto fornecido, solicitando a substituição, o reparo ou complementação do bem entregue, às suas expensas, no prazo fixado para o cumprimento da determinação;
- g) Recusar o recebimento do bem que não atenda aos requisitos elencados nas especificações indicadas se, após o prazo fixado para substituição, reparo ou complementação, não for sanada a irregularidade verificada, comunicando à **CONTRATADA** o fato por escrito;
- h) Analisar e atestar as Faturas e Notas Fiscais emitidas e efetuar os respectivos pagamentos nas condições e nos prazos estabelecidos;
- i) Liberar o pagamento da parcela incontroversa da execução do objeto contratado, quando houver controvérsia sobre a dimensão, qualidade e quantidade do objeto executado;
- j) Comunicar à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;
- k) Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA** relacionados à execução contratual;
- l) Aplicar as penalidades previstas na lei;
- m) Proferir, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período, decisão explícita sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente contratação, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- n) Responder a pedidos de reajustamento no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa dos respectivos requerimentos;
- o) Cumprir a Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

7.5. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.5.1. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital, de seus anexos e da proposta apresentada na licitação e, ainda:

- a) Fornecer os bens nas quantidades e especificações exigidas, salvo se obtiver por escrito prévia anuência da CONTRATANTE para alteração nas condições do fornecimento;
- b) Fornecer os bens acondicionados de forma adequada, de modo a garantir seu perfeito estado de conservação;
- c) Cumprir o prazo de entrega estabelecido neste Termo de Referência;
- d) Substituir, corrigir, reparar ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado da respectiva notificação, ou no prazo assinalado pelo fiscal da contratação, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou qualquer irregularidade;
- e) Programar, com a necessária antecedência, data e hora para entrega do objeto contratado, inclusive quando esta ocorrer através de empresa transportadora, comunicando à CONTRATANTE, até 02 (dois) dias antes, qualquer impedimento à entrega, devidamente comprovado;
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- g) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação;
- h) Comunicar à CONTRATANTE, em tempo hábil e por escrito, a superveniência de fatos que venham a prejudicar o adequado fornecimento dos medicamentos, de modo a se viabilizar a correção da situação apresentada;
- i) Designar preposto para representá-la perante a CONTRATANTE sempre que for necessário, indicando o respectivo telefone e e-mail para futuras contratações;
- j) Prestar os necessários esclarecimentos sobre o fornecimento solicitados pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação;
- k) Enviar sem ônus, no prazo assinalado pelo fiscal, amostra para análise de aceitabilidade dos produtos quanto à satisfação de uso por parte do seu corpo funcional, se houver solicitação da CONTRATANTE;
- l) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto da contratação, sendo que eventual pessoal alocado ao contrato (ou instrumento equivalente) não terá qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- m) Emitir documento fiscal com a discriminação expressa do percentual de isenção do ICMS, quando se tratar de operação abrangida pelo art. 63 do Anexo 7 do Decreto Estadual nº 44.650/2017 (Convênio ICMS 73/04);
- n) Manter, durante o prazo de vigência do contrato (ou instrumento equivalente), todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;
- o) Comprovar, quando for o caso, no início da execução contratual e sempre que solicitado pelo fiscal, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, durante toda a vigência do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- p) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da contratação e cumprir a Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;
- q) Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, qualquer alteração no Contrato Social ou no endereço comercial;
- r) A CONTRATADA deverá fornecer e utilizar, na execução do objeto contratual, mão de obra, instrumentais, equipamentos, insumos e materiais adequados e de boa qualidade, necessários à perfeita e integral execução dos fornecimentos, discriminados neste Termo que deverão satisfazer os padrões aconselhados pela técnica moderna e atender a todas as exigências das normas Brasileiras ABNT e INMETRO vigentes, bem como especificações dos fabricantes.
- s) A CONTRATADA ficará responsável pelo treinamento dos funcionários do hospital que utilizarão os equipamentos e treinamento dos profissionais que realizarão a

limpeza e esterilização dos materiais e instrumentais de apoio.

t) A CONTRATADA, durante o fornecimento cederá os equipamentos e instrumentais cirúrgicos específicos para implantação, modelagem e extração dos mesmos em quantidades necessárias para o procedimento.

u) Atender aos chamados para reposição imediata dos produtos utilizados;

v) O orientador técnico não terá vínculo empregatício com o órgão contratante, respondendo a CONTRATADA por todos os direitos trabalhistas e previdenciários.

7.6. JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO

7.6.1. Não será permitida a subcontratação de qualquer parcela do objeto da presente licitação, uma vez que foi constatado que o fornecimento do bem pretendido no certame pode ser prestado na sua integralidade por qualquer empresa do ramo, sem que se demande especialização, concentração de mercado ou racionalização de atividades que inviabilizem tal execução. Ademais, neste caso, a subcontratação não se mostra vantajosa técnica e economicamente para a Administração Pública.

7.7. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

7.7.1. As obrigações dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização da presente contratação estão detalhadas no Decreto Estadual nº 51.651/2021, bem como, serão dispostas abaixo.

7.7.2. A comunicação entre a Contratante e a Contratada se dará por meio de telefone e/ou correio eletrônico, sem prejuízo de outros meios disponíveis.

7.7.3. A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal ou fatura para atesto da Administração no endereço definido no contrato.

7.7.4. A Fiscalização da contratação ficará a cargo da **Central de OPME do Hospital Getúlio Vargas**, que, dentre outras, terá as seguintes atribuições:

- a) Fiscalizar a regularidade e adequação do fornecimento;
- b) Disponibilizar toda a infraestrutura necessária à entrega do objeto, conforme o caso, nas condições e prazos estabelecidos;
- c) Verificar a conformidade dos bens fornecidos com as especificações contidas no Edital e seus anexos, recusando o fornecimento de objeto diverso, salvo quando de qualidade superior e devidamente aceito pela CONTRATANTE;
- d) Receber o objeto contratual e atestar as respectivas faturas e notas fiscais, encaminhando-as ao gestor da contratação para pagamento;
- e) Registrar no histórico de execução da contratação todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da contratação, notificando a CONTRATADA para determinar as medidas e os prazos necessários à regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- f) Comunicar por escrito ao gestor da contratação a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou a modificação da forma de sua execução, em razão de fato superveniente, bem como eventuais irregularidades cometidas pela CONTRATADA que exijam decisão ou providências que ultrapassem a sua competência;
- g) Comunicar imediatamente ao gestor da contratação as ocorrências que possam inviabilizar a execução nas datas pactuadas, com vistas à atualização do cronograma;
- h) Verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- i) Comunicar por escrito ao gestor da contratação as faltas cometidas pela CONTRATADA que sejam passíveis de aplicação de penalidade.

7.7.5. A Gestão da contratação ficará a cargo da **Superintendência de Suprimentos do Hospital Getúlio Vargas**, que, dentre outras, terá as seguintes atribuições:

- a) Coordenar e atualizar o processo de acompanhamento e fiscalização, elaborando relatórios, quando for o caso, e promovendo os registros formais no histórico de gerenciamento da contratação de todas as ocorrências relacionadas a alterações e prorrogações contratuais;
- b) Acompanhar e observar o cumprimento dos itens da contratação, bem como os registros realizados pelo fiscal acerca de todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência;
- c) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à CONTRATADA;
- d) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas da contratação apontadas pelos fiscais do CONTRATO;
- e) Providenciar o pagamento das notas fiscais/faturas emitidas pela CONTRATADA, mediante a observância das exigências da contratação e legais;
- f) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor da contratação não seja ultrapassado.

7.7.6. A ciência da designação deverá ser assinada pelos servidores indicados para atuar como fiscal e gestor do CONTRATO, conforme termo de ciência anexo.

7.7.7. A substituição do fiscal e do gestor designados, por razões de conveniência ou interesse público, será realizada mediante simples apostilamento ao presente CONTRATO, devendo o substituto assinar novo termo de ciência.

8. DOS CRITÉRIOS E PRAZOS PARA PAGAMENTO

8.1. O pagamento será feito diretamente pela **CONTRATANTE**, no prazo de até 30 (trinta) dias, por meio de ordem bancária para crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, à vista de termo de recebimento definitivo dos bens acompanhado dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista e da apresentação da fatura e da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente atestados pelo fiscal da contratação.

8.2. A **CONTRATADA** deverá emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção de imposto de renda estabelecidas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, de acordo com as alíquotas constantes do Anexo I da referida norma, ou em observância à norma que venha a substituí-la, sob pena de devolução do documento para as correções cabíveis ou de retenção no valor total do documento fiscal, caso não realizadas as correções, nos termos do art. 4º do

Decreto Estadual nº 55.069/2023.

8.3. Quando não for possível verificar diretamente no CADFOR-PE, a regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA** será comprovada mediante a apresentação das seguintes certidões:

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da **CONTRATADA**;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.4. Caso não seja(m) apresentado(s) quaisquer dos documentos de regularidade ou os documentos encaminhados contenham pendências, a **CONTRATADA** terá 10 (dez) dias para sanar a ausência identificada, prazo em que o pagamento correspondente ao mês em referência ficará suspenso.

8.5. Caso não seja sanada a pendência no prazo estipulado, estará configurada a não manutenção das condições de habilitação pela **CONTRATADA**, devendo a **CONTRATANTE** instaurar processo administrativo para extinção do **CONTRATO** e comunicar aos órgãos de fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da **CONTRATADA**, sem prejuízo da retomada dos pagamentos pelos fornecimentos efetivamente executados.

8.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras.

8.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Quando do pagamento, deverá ser efetuada a retenção do imposto sobre a renda, nos termos previstos na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, ou em norma que venha a substituí-la, além de outras retenções previstas na legislação tributária aplicável.

8.8. A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva da **CONTRATANTE**, a taxa de atualização financeira sobre os valores devidos à **CONTRATADA** será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

SIGLA **SIGNIFICADO/ DESCRIÇÃO**

EM **Encargos Moratórios**

N **Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.**

VP **Valor da parcela a se paga.**

TX **IPCA**

Índice de atualização financeira, assim apurado:

$$I = (TX100)^{365}$$

8.10. A atualização financeira será incluída na Nota Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

8.11. A **CONTRATADA** terá um prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após a realização da cirurgia, para apresentação da cobrança do material utilizado;

8.12. A cobrança deverá compreender uma relação com a descrição constante dos itens do edital respectivo, quantidade, valor unitário e valor total, acompanhada da 2ª via original da comanda, sem emendas e rasuras, devidamente assinada, datada e carimbada pelo médico responsável pela cirurgia e pelo representante da **CONTRATADA**;

8.13. As despesas de frete/embalagem deverão estar inclusas no preço proposto e em hipótese alguma poderão ser destacadas quando da emissão da Nota fiscal/fatura.

9. DAS SANÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

9.1. SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA FASE DE LICITAÇÃO

9.1.1. As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis durante a licitação e aquelas praticadas no período situado entre a adjudicação e a assinatura da ata de registro de preços serão previstas no Edital do presente certame.

9.2. SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA EXECUÇÃO DA ATA

9.2.1. As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis em relação à detentora da ata de registro de preços estarão previstas na Minuta da Ata, anexo do Edital do presente certame.

9.3. DAS SANÇÕES A SEREM APLICADAS DURANTE A CONTRATAÇÃO

9.3.1. As penalidades relativas a infrações cometidas no curso da contratação serão devidamente consignadas no presente Termo de Referência.

9.3.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a licitante ou a adjudicatária que:

- a) der causa à inexecução parcial do **CONTRATO**, deixando de cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento;
- b) der causa à inexecução parcial do **CONTRATO** que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do **CONTRATO**;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do **CONTRATO**;
- f) praticar ato fraudulento na execução do **CONTRATO**;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013;

9.3.3. Será aplicável a sanção de advertência quando a **CONTRATADA** descumprir deveres instrumentais ou der causa à inexecução parcial do contrato que não acarrete dano à Administração e que não justifique a imposição de penalidade mais grave.

9.3.4. Será aplicada multa moratória em razão do atraso no cumprimento das obrigações previstas no **Termo de Referência**, em especial as elencadas nos incisos III e IV do item 7.4, no percentual de até 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, a ser calculada sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do dia subsequente ao prazo estipulado para adimplemento da obrigação, independentemente de notificação do contratado para constituição em mora.

9.3.5. Após o 30º (trigésimo) dia de atraso injustificado, configura-se o descumprimento total da obrigação e a multa moratória se converterá em multa compensatória, a ser calculada no percentual de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, podendo dar ensejo à extinção do contrato e aplicação da penalidade de impedimento, se configurado grave dano à Administração.

9.3.6. A penalidade de multa compensatória será aplicada nos casos de descumprimento das obrigações contratuais pela **CONTRATADA**, sempre que deles decorrer inexecução parcial do **CONTRATO** que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, bem como retardamento injustificado à execução ou entrega do objeto contratado, nos termos das alíneas “b” e “d”, respectivamente, do item 9.3.2, de acordo com as seguintes regras:

- I. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre do valor anual ou total do **CONTRATO**, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem sofreu a penalidade de advertência e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s);
- II. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor mensal do **CONTRATO** ou sobre o valor da entrega/remessa inadimplida, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista nos subitens 7.4.1.1 e 7.4.1.2 do item 7.4 quando a situação não se enquadrar em obrigação contratual específica;
- III. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor da parcela/remessa ou sobre o valor mensal da entrega, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no subitem 7.4.1.5 do item 7.4;
- IV. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela ou sobre o valor mensal da entrega, quando a **CONTRATADA** deixar de cumprir a obrigação prevista no subitem 7.4.1.6 do item 7.4;
- V. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela transferida, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no subitem 7.4.1.7 do item 7.4;
- VI. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no subitem 7.4.1.13 do item 7.4 e não sanar a pendência no prazo estipulado;
- VII. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor mensal/parcela do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir as obrigações previstas nos subitens 7.4.1.14 e 7.4.1.15 do item 7.4.

9.3.7. As sanções de multa previstas no item 9.3.6. poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de 06 (seis) a 18 (dezoito) meses.

9.3.8. Na hipótese de inexecução total do **CONTRATO**, prevista na alínea “c” do item 9.3.2, será aplicável a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco pelo prazo 18 (dezoito) a 36 (trinta e seis) meses, além de multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

9.3.9. Quando do cometimento das infrações previstas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do item 9.3.2, ou quando praticadas as infrações descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, será aplicável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, pelo período de 03 (três) a 06 (seis) anos, além da multa compensatória de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

9.3.10. A aplicação das sanções previstas neste **CONTRATO** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CONTRATANTE**.

9.3.11. O valor da multa aplicada e das indenizações cabíveis será objeto de compensação com os pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, decorrentes do mesmo **CONTRATO** ou de outros contratos administrativos que a **CONTRATADA** possua com a **CONTRATANTE**.

9.3.12. Não havendo o pagamento integral da multa em sede administrativa, a processo será encaminhado à Procuradoria Geral do Estado para inscrição em Dívida Ativa e cobrança.

9.3.13. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual.

9.3.14. Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos para as demais sanções deverão ser observadas:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que o cometimento da infração ocasionar ao **CONTRATANTE**, ao funcionamento dos serviços públicos, aos seus usuários ou ao interesse coletivo;
- e) a vantagem auferida em virtude da infração;
- f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle interno.

9.3.15. Em caso de prática da mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (doze) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste contrato poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

9.3.16. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na Lei Estadual nº 16.309/2018.

9.3.17. A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste **CONTRATO** ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.3.18. A **CONTRATANTE** deverá comunicar as sanções aplicadas à Secretaria de Administração, para fins de inclusão da **CONTRATADA** nos sistemas E-fisco e PE-Integrado, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, observado o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

10.DAS DEMAIS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS AO FORNECIMENTO

10.1.O prazo de vigência deste Termo de Comodato inicia-se na data da sua assinatura e vigorará por até o final dos estoques adquiridos mediante o contrato de fornecimento principal.

ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Anexo A – Modelo de ordem de fornecimento

Anexo B – Modelo de proposta

Anexo C – Termo de comodato

Anexo D – Tabela dos quantitativos de materiais solicitados de cada unidade

EVANDRO FALCÃO

Gerente da Urologia

CRM 5105

ANEXO A

MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

Referente à NOTA DE EMPENHO nº _____

OBJETO:

LOTES	Material	CÓDIGO DO E-FISCO	Quantidade (Unidade de Fornecimento)
01			
02			
03			
(...)			

VALOR:

PRAZO DE ENTREGA:

LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA:

SERVIDOR DESIGNADO PARA RECEBIMENTO:

Os bens deverão ser entregues em conformidade com as especificações técnicas e demais condições exigidas no Termo de Referência.

Integram este instrumento o Edital de Pregão Eletrônico nº XXXXX e seus Anexos, bem como a Proposta apresentada na licitação, independentemente de transcrição.

Data: __/__/202__

Nome e assinatura do representante legal.

ANEXO B

MODELO DE PROPOSTA

(em papel timbrado do licitante)

Lote	Cód. E-fisco	Descrição do Item	Registro na ANVISA	Marca/ Fabricante	Unid	Qtde	Valor unitário máximo	Valor Total
1								
2								
Valor Total do Item								R\$

Validade da proposta: Conforme edital.

Demais condições comerciais: Conforme edital.

Data: __/__/202__

Nome e assinatura do representante legal

ANEXO C

TERMO DE COMODATO

O ESTADO DE PERNAMBUCO, através do(a) _____ (colocar nome do órgão/entidade), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____, nesta cidade, doravante designada **COMODATÁRIO**, neste ato representado pelo Sr. _____, no uso da competência conferida pelo _____, e a empresa _____, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº _____, estabelecida na _____, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº _____, representada neste ato pelo(a) Sr(a). _____ (nome e função que exerce na contratada), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, doravante designada **COMODANTE**, têm entre si justo e acordado, e celebram o presente **TERMO DE COMODATO**, mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e estabelecem, sujeitando-se às disposições previstas no Código Civil Brasileiro, na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas estaduais aplicáveis à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA—OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto o COMODATO, sem ônus para a COMODATÁRIA, dos seguintes equipamentos e acessórios e respectivas quantidades, que fica

vinculado à execução do fornecimento de xxx (incluir o objeto do contrato principal), de acordo com o Termo de Referência e demais documentos constantes do processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO XXX, PROCESSO Nº XXXX:

- PARA A EMPRESA GANHADORA DO LOTE 02
- CIRURGIAS DE VIDEOLAPAROSCOPIA
- O CONJUNTO DE VIDEOCIRURGIA COMPOSTO POR NO MÍNIMO:

A empresa ganhadora do **LOTE 2** deverá fornecer uma (1) torre de vídeo por com comodato que será disponibilizada para todos os procedimentos que se faça necessário o uso do referido equipamento.

EQUIPAMENTOS	Unid	Unid HGV	Unid HOF	Unid HRA	TOTAL POR TIPO DE EQUIPAMENTOS
monitor de vídeo, alta definição, tela plana e com boa resolução;	UNID	01	01	01	03
rack de videocirurgia;	UNID	01	01	01	03
câmera para videocirurgia com sistema de imagens de alta definição (Full HD);	UNID	01	01	01	03
cabo conector;	UNID	01	01	01	03
acoplador;	UNID	01	01	01	03
console para processamento de câmera;	UNID	01	01	01	03
fonte de luz com potência mínima de 300 watts;	UNID	01	01	01	03
cabo de fibra ótica;	UNID	01	01	01	03
insuflador eletrônico para laparoscopia;	UNID	01	01	01	03
Conector para tubo/mangueira;	UNID	01	01	01	03
Cabos de ligação para o cilindro de gás carbônico;	UNID	01	01	01	03
ótics rígidas de 30°;	UNID	03	03	03	09
BISTURI ULTRASSONICO Sistema de qualidade e precisão indicado para corte e coagulação de tecidos moles com amplo controle do sangramento e sem lesões térmicas periféricas e sem utilização de corrente elétrica através do paciente, certificado para uso em portadores de marca-passo sem uso de outros dispositivos (como ímãs), sem utilização de eletrodo de retorno à	UNID	01	01	01	03

terra (placa do paciente. • Ou sistema que possa utilizar os ganchos					
--	--	--	--	--	--

DOS INSTRUMENTAIS A SEREM CEDIDOS PELA EMPRESA FORNECEDORA LOTE 02

ACESSÓRIO	DESCRIÇÃO A empresa vencedora do LOTE 02 deverá fornecer os instrumentais em todos os procedimentos que se faça necessário para o uso da torre de vídeo.	UNIDADE DE MEDIDA	HGV	HOF	HRA
01	Trocater permanente de 11mm	UNID	06	06	06
02	Trocater permanente de 5mm	UNID	06	06	06
03	Pinça Maryland Longa	UNID	03	03	03
04	Pinças de apreensão longas atraumáticas Endoclinch	UNID	03	03	03
05	Pinças Grasper Atraumáticas	UNID	03	03	03
06	Pinças Hook Extremidade de Cerâmica	UNID	03	03	03
07	Pinça Dissectora Mixter	UNID	03	03	03
08	Aspirador Intercambiável com empunhadura universal tipo pistão	UNID	03	03	03
09	Pinça de Satinsky 10mm	UNID	03	03	03
10	Pinça Clamp Intestinal Atraumatica	UNID	03	03	03
11	Pinça Debakey	UNID	03	03	03
12	Tesoura de Metzenbaum curva de 5mm com eletrodo	UNID	03	03	03
13	Contra Porta Agulha de 5mm	UNID	03	03	03
14	Pinça de apreensão babcock	UNID	03	03	03

15	Pinça de apreensão grasper bico de pato	UNID	03	03	03
16	Pinça de apreensão grasper fenestrada	UNID	03	03	03
17	Pinça dissectora reta	UNID	03	03	03
18	Contra Porta Agulha laparoscopica reta	UNID	03	03	03
19	Clipador permanente para clip M/L	UNID	06	06	06
20	Pinça de apreensão alligator	UNID	03	03	03
21	Redutores para 5mm	UNID	03	03	03
22	Pinça bulldog	UNID	06	06	06

DOS INSTRUMENTAIS A SEREM CEDIDOS PELA EMPRESA FORNECEDORA LOTE 03

ACESSÓRIO	DESCRIÇÃO	UNID	HGV	HOF	HRA
01	Ureteroscópio semi-rígido ou cistoscópio (para passagem do catéter ureteral);	UNID	01	01	01
02	Nefroscópio;	UNID	01	01	01
03	Nefroscópio;	UNID	01	01	01
04	Pinça de coágulo;	UNID	01	01	01
05	Pinça Tridente;	UNID	01	01	01
06	Probe de Nefrolitotripsia Percutânea;	UNID	01	01	01
07	Litotridor Balístico para quebrar o cálculo;	UNID	01	01	01

DOS INSTRUMENTAIS A SEREM CEDIDOS PELA EMPRESA FORNECEDORA LOTE 04

ACESSÓRIO	DESCRIÇÃO	UNID MEDIDA	HGV	HOF	HRA
01	Ureteroscópio semi-rígido;	UNID	04	04	04
02	Probe do Litotritor;	UNID	01	01	01
03	Litotritor Balístico (para quebrar o cálculo);	UNID	01	01	01
04	Gerador de Energia laser;	UNID	01	01	01
05	Ureteroscópio flexível.	UNID	02	02	02

DOS INSTRUMENTAIS A SEREM CEDIDOS PELA EMPRESA FORNECEDORA LOTE 05

ACESSÓRIO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	HGV	HOF	HRA
01	Kit de ressectoscópio composto por: Mandril, elemento de trabalho, camisa externa, camisa interna bipolar, Autocon (usado para ressecção);	UNID	03	03	03
02	Kit de ressectoscópio composto por: Mandril, elemento de trabalho monopolar, camisa externa, camisa interna, cabo monopolar, bisturi elétrico para ressecção.	UNID	01	01	01

2. CLÁUSULA SEGUNDA– DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 2.1.O prazo de vigência deste Termo de Comodato inicia-se na data da sua assinatura e vigorará por até o final dos estoques adquiridos mediante o contrato de fornecimento principal.
- 2.2.O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando a vigência do contrato principal for prorrogada.
- 2.3.Os equipamentos e acessórios deverão ser recolhidos pela COMODANTE, em até 10 (dez) dias úteis, a contar do término da vigência deste Termo, sem custos ao COMODATÁRIO, conforme cronograma a ser enviado pelo COMODANTE.

3. CLÁUSULATERCEIRA - DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS

- 3.1. A entrega dos equipamentos acima relacionados será realizada no prazo previsto no item 3.2 do TR, na CENTRAL DE OPME do HOSPITAL GETULIO VARGAS, situado na Av. San Martin S/N, Cordeiro, Recife, PE mediante agendamento prévio através dos telefones (81) 3184-5879, no horário das 08:h00min às 12:00h00min e das 14:00h00min às 16:00h00min e em dias úteis de 2ª-feira a 6ª-feira , onde os materiais serão conferidos e recebidos.
- 3.2. A entrega dos equipamentos acima relacionados será realizada no prazo previsto no item 3.2 do TR, no HOSPITAL GERAL OTAVIO DE FREITAS situado na Rua Aprígio Guimarães S/N, Sancho, Recife, PE mediante agendamento prévio através dos telefones (81) 3182-8657, no horário das 08:h00min às 12:00h00min e das 14:00h00min às 16:00h00min e em dias úteis de 2ª-feira a 6ª-feira , onde os materiais serão conferidos e recebidos.
- 3.3. A entrega dos equipamentos acima relacionados será realizada no prazo previsto no item 3.2 do TR, no HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE, situado na Rodovia BR-232, Km 130, s/n – Indianópolis, Caruaru,PE mediante agendamento prévio através dos telefones (81) 9-9262-0489, no horário das 08:h00min às 12:00h00min e das 14:00h00min às 16:00h00min e em dias úteis de 2ª-feira a 6ª-feira , onde os materiais serão conferidos e recebidos.
- 3.4. A COMODANTE entregará os equipamentos no endereço indicado no item 3 para que sejam distribuídos, pelo COMODATÁRIO, às unidades do HOSPITAL GETULIO VARGAS, HOSPITAL GERAL OTAVIO DE FREITAS E HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE sendo facultado ao COMODANTE acompanhar a entrega a cada unidade.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS

4.1. O objeto do COMODATO será recebido:

- a) Provisoriamente, de forma sumária, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens recebidos com as especificações exigidas, no local, prazo e horário previstos no item 2.1 ;
- b) Definitivamente, após a verificação da compatibilidade dos bens com as especificações técnicas e exigências de qualidade e quantidade fixadas no Edital e seus anexos, bem como após a instalação e verificação do funcionamento, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento provisório.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA INSTALAÇÃO

5.1. A instalação do(s) equipamento(s) em cada unidade é de responsabilidade da COMODANTE e deverá ser agendada através dos seguintes canais de comunicação:

- A entrega dos equipamentos acima relacionados será realizada no prazo previsto no item 3.2 do TR, na CENTRAL DE OPME do HOSPITAL GETULIO VARGAS, situado na Av. San Martin S/N, Cordeiro, Recife, PE mediante agendamento prévio através dos telefones (81) 3184-5879, no horário das 08:h00min às 12:00h00min e das 14:00h00min às 16:00h00min e em dias úteis de 2ª-feira a 6ª-feira , onde os materiais serão conferidos e recebidos.
- A entrega dos equipamentos acima relacionados será realizada no prazo previsto no item 3.2 do TR, no HOSPITAL GERAL OTAVIO DE FREITAS situado na Rua Aprígio Guimarães S/N, Sancho, Recife, PE mediante agendamento prévio através dos telefones (81) 3182-8657, no horário das 08:h00min às 12:00h00min e das 14:00h00min às 16:00h00min e em dias úteis de 2ª-feira a 6ª-feira , onde os materiais serão conferidos e recebidos.
- A entrega dos equipamentos acima relacionados será realizada no prazo previsto no item 3.2 do TR, no HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE, situado na Rodovia BR-232, Km 130, s/n – Indianópolis, Caruaru, PE mediante agendamento prévio através dos telefones (81) 9-9262-0489, no horário das 08:h00min às 12:00h00min e das 14:00h00min às 16:00h00min e em dias úteis de 2ª-feira a 6ª-feira , onde os materiais serão conferidos e recebidos.

5.2.A instalação deverá ser efetuada nas unidades do(a) órgão/entidade, nos seguintes endereços:

- A entrega dos equipamentos acima relacionados será realizada no prazo previsto no item 3.2 do TR, na CENTRAL DE OPME do HOSPITAL GETULIO VARGAS, situado na Av. San Martin S/N, Cordeiro, Recife, PE mediante agendamento prévio através dos telefones (81) 3184-5879, no horário das 08:h00min às 12:00h00min e das 14:00h00min às 16:00h00min e em dias úteis de 2ª-feira a 6ª-feira , onde os materiais serão conferidos e recebidos.
- A entrega dos equipamentos acima relacionados será realizada no prazo previsto no item 3.2 do TR, no HOSPITAL GERAL OTAVIO DE FREITAS situado na Rua Aprígio Guimarães S/N, Sancho, Recife, PE mediante agendamento prévio através dos telefones (81) 3182-8657, no horário das 08:h00min às 12:00h00min e das 14:00h00min às 16:00h00min e em dias úteis de 2ª-feira a 6ª-feira , onde os materiais serão conferidos e recebidos.
- A entrega dos equipamentos acima relacionados será realizada no prazo previsto no item 3.2 do TR, no HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE, situado na Rodovia BR-232, Km 130, s/n – Indianópolis, Caruaru, PE mediante agendamento prévio através dos telefones (81) 9-9262-0489, no horário das 08:h00min às 12:00h00min e das 14:00h00min às 16:00h00min e em dias úteis de 2ª-feira a 6ª-feira , onde os materiais serão conferidos e recebidos.

5.3.A instalação deverá ser comprovada por TERMO CIRCUNSTANCIADO, assinado em conjunto com o responsável indicado pelo COMODATÁRIO.

6. CLÁUSULA SEXTA – EQUIPAMENTOS E RESULTADOS

6.1 Os equipamentos disponibilizados deverão ser capazes de desempenhar as atividades descritas no Termo de Referência (O Hospital realiza uma média de 100 (cem) cirurgias e/ou procedimentos de **urologia** por mês. Os cálculos para obtenção das quantidades de **OPMEs do tipo insumos para o serviço de urologia** solicitadas foram realizados com base no histórico de consumo médio mensal obtido através de média aritmética em anos anteriores (Doc. SEI 54608521). É importante destacar que existe uma variabilidade deste consumo médio, pois depende da demanda de pacientes atendidos no mês e de possíveis variações no quantitativo de leitos no Hospital., e de cumprir a rotina programada para sua utilização diária, considerando turnos de 12 (doze) horas de trabalho.

7. CLÁUSULA SÉTIMA –MANUTENÇÃO E TREINAMENTO

7.1. A COMODANTE deverá disponibilizar, no ato da instalação dos equipamentos, o cronograma de manutenção preventiva e calibração acordado com o SERVIÇO DE ENGENHARIA CLINICA de tal forma que não haja prejuízo da rotina dos serviços realizados pelas unidades.

7.2 O cronograma de Manutenção e Calibração deverá contemplar manutenção preventiva e calibrações acordado com o serviço de ENGENHARIA CLINICA , de modo não apresentar prejuízos a realização dos procedimentos nos equipamentos cedidos, conforme programação pertinente.

7.3. As manutenções corretivas de baixa e de alta complexidade serão estabelecidas pelo COMODATÁRIO no Termo de Referência.

7.4. A COMODANTE deverá prestar os serviços de manutenção corretiva até 06 (seis) horas após solicitação documentada pela ENGENHARIA CLINICA, bem como promover, caso necessário, a reposição de peças sem qualquer ônus para a COMODATÁRIA.

7.5. A COMODANTE deverá substituir definitivamente o equipamento no prazo de 05 (cinco)dias,após solicitação da COMODATÁRIA, quando comprovado o seu mau funcionamento.

7.6. Ao término de cada manutenção corretiva e preventiva, compromete-se a COMODANTE a enviar para cada unidade participante, telefone disponível no item 5.1 , solicitando e-mail para contato enviando um relatório analítico detalhando o equipamento, atividade executada, as peças substituídas e o técnico responsável.

7.7. A COMODANTE deverá realizar treinamento gratuito de todos os profissionais do COMODATÁRIO que manuseiam os produtos licitados e operem os equipamentos, inclusive quando da instalação do(s) equipamento(s), bem como promover reciclagem anual e garantir assessoria científica contínua do(s) mesmo(s).

7.8.Após o treinamento, a COMODANTE deverá encaminhar ao COMODATÁRIO o COMPROVANTE DE TREINAMENTO OPERACIONAL, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos após a data da realização do treinamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1.DO COMODATÁRIO.

- 8.1.1 . Disponibilizar, em suas Unidades, instalações elétricas adequadas às características requeridas e com capacidade compatível para a instalação dos **EQUIPAMENTOS**.
- 8.1.2. Abster-se de efetuar qualquer tipo de reparo no **EQUIPAMENTO**, bem como toda e qualquer manutenção que se fizer necessária, que ficarão a cargo da **COMODANTE**
- 8.1.3. Utilizar os **EQUIPAMENTOS** de acordo com as orientações prestadas durante o treinamento e com o manual de operações.
- 8.1.4. Realizar o recebimento, conferência, instalação e testes dos equipamentos disponibilizados pela **COMODANTE**.
- 8.1.5. Agendar com a **COMODANTE** a retirada dos equipamentos ao término da vigência do contrato.

8.2.DA COMODANTE

- 8.2.1. Responsabilizar-se pelo suporte técnico para o pleno funcionamento dos **EQUIPAMENTOS**, que inclui instalação, treinamento dos usuários, execução das manutenções corretivas, preventivas e calibração, sem qualquer ônus para o **COMODATÁRIO**.
- 8.2.2. Substituir definitivamente **EQUIPAMENTO** inoperante por outro de mesma característica, no prazo de 05 (cinco) dias, após solicitação do **COMODATÁRIO**, quando comprovado seu mau funcionamento.
- 8.2.3. Responder por todos os custos relacionados à troca de peças nos **EQUIPAMENTOS**, de caráter corretivo e preventivo, incluindo os casos de falhas fortuitas relacionadas a possível variação na rede elétrica.
- 8.2.4. Registrar todas as visitas de ordem técnica para manutenção ou inspeção do **EQUIPAMENTOS**, formalizando-as através de um documento (ordem de serviço e/ou "checklist"), que deverá ser entregue à ENGENHARIA CLINICA do **COMODANTE** ao final do serviço.
- 8.2.5. Identificar o **EQUIPAMENTO** ao final de cada manutenção preventiva, com etiqueta à prova d'água ou protegida, contendo, no mínimo, as seguintes informações: data da execução, data da próxima visita (validade), nome da empresa que revisou o equipamento e a identificação e assinatura do profissional responsável.
- 8.2.6. Responsabilizar-se por qualquer suspensão da rotina de serviço do **COMODATÁRIO** motivada pela falta dos **EQUIPAMENTOS**, por um período superior a 06 horas.
- 8.2.7. A **COMODANTE** deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital, de seus anexos e da proposta apresentada na licitação e, ainda:
- a) Fornecer os bens nas quantidades e especificações exigidas, salvo se obtiver por escrito prévia anuência do **COMODATÁRIO** para alteração nas condições do fornecimento;
 - b) Fornecer os bens acondicionados de forma adequada, de modo a garantir seu perfeito estado de conservação;
 - c) Cumprir o prazo de entrega estabelecido neste Termo de Referência;
 - d) Substituir, corrigir, reparar ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado da respectiva notificação, ou no prazo assinalado pelo fiscal da contratação, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou qualquer irregularidade;
 - e) Programar, com a necessária antecedência, data e hora para entrega do objeto contratado, inclusive quando esta ocorrer através de empresa transportadora, comunicando ao **COMODATÁRIO**, até 02 (dois) dias antes, qualquer impedimento à entrega, devidamente comprovado;
 - f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **COMODATÁRIO**, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
 - g) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação;
 - h) Comunicar ao **COMODATÁRIO**, em tempo hábil e por escrito, a superveniência de fatos que venham a prejudicar o adequado fornecimento dos medicamentos, de modo a se viabilizar a correção da situação apresentada;
 - i) Designar preposto para representá-la perante o **COMODATÁRIO** sempre que for necessário, indicando o respectivo telefone e e-mail para futuras contratações;
 - j) Prestar os necessários esclarecimentos sobre o fornecimento solicitados pelo **COMODATÁRIO**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação;
 - k) Enviar sem ônus, no prazo assinalado pelo fiscal, amostra para análise de aceitabilidade dos produtos quanto à satisfação de uso por parte do seu corpo funcional, se houver solicitação do **COMODATÁRIO**;
 - l) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **COMODATÁRIO** e não poderá onerar o objeto da contratação, sendo que eventual pessoal alocado ao contrato (ou instrumento equivalente) não terá qualquer vínculo empregatício com o **COMODATÁRIO**;
 - m) Emitir documento fiscal com a discriminação expressa do percentual de isenção do ICMS, quando se tratar de operação abrangida pelo art. 63 do Anexo 7 do Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04);
 - n) Manter, durante o prazo de vigência do contrato (ou instrumento equivalente), todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;
 - o) Comprovar, quando for o caso, no início da execução contratual e sempre que solicitado pelo fiscal, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, durante toda a vigência da contratação, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
 - p) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da contratação e cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do contrato ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;
 - q) Comunicar ao **COMODATÁRIO**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, qualquer alteração no Contrato Social ou no endereço comercial;

- r) O **COMODATÁRIO** deverá fornecer e utilizar, na execução do objeto contratual, mão de obra, instrumentais, equipamentos, insumos e materiais adequados e de boa qualidade, necessários à perfeita e integral execução dos fornecimentos, discriminados neste Termo que deverão satisfazer os padrões aconselhados pela técnica moderna e atender a todas as exigências das normas Brasileiras ABNT e INMETRO vigentes, bem como especificações dos fabricantes.
- s) O **COMODATÁRIO** ficará responsável pelo treinamento dos funcionários do hospital que utilizarão os equipamentos e treinamento dos profissionais que realizarão a limpeza e esterilização dos materiais e instrumentais de apoio.
- t) O **COMODATÁRIO**, durante o fornecimento cederá os equipamentos e instrumentais cirúrgicos específicos para implantação, modelagem e extração dos mesmos em quantidades necessárias para o procedimento.
- u) Atender aos chamados para reposição imediata dos produtos utilizados;
- v) O orientador técnico não terá vínculo empregatício com o órgão contratante, respondendo ao **COMODATÁRIO** por todos os direitos trabalhistas e previdenciários;
- x) Responsabilizar-se por qualquer suspensão da rotina de serviço do **COMODATÁRIO** motivada pela falta do INSTRUMENTAL E OU EQUIPAMENTOS, por um período superior a 06 (seis) horas, o que implicará a notificação à administração superior competente para providências cabíveis.

9. CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para os litígios decorrentes deste contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

9.2. E, por estarem assim justas e acordadas, lavrou-se o presente Termo, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes.

Recife, ____ de

_____ de _____.

ÓRGÃO/ENTIDADE
CNPJ _____
COMODANTE

REPRESENTANTE DA EMPRESA
CNPJ _____
COMODATÁRIA

ANEXO D

TABELA DOS QUANTITATIVOS DOS MATERIAIS SOLICITADOS DAS UNIDADES PARTICIPANTES

QUANTITATIVO DO HOSPITAL OTAVIO DE FREITAS

Item	Descritivo do Item	Unid. Medida	HOF
1	(1188437) - CATETER URETRAL DUPLO J - POLIURETANO, ,, EXTREMIDADE EM DUPLO J, 6,0CH X 25CM, COM GUIA, ESTERIL E APIROGENICO, ROTULAGEM RESPEITANDO O DECR.LEI 79094/77 COMBINADO COM O ART.31 L.8078/90, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO E PROCEDENCIA, APRESENTACAO CONFORME DECR. LEI 79094/77 ART.31 L.8078/90 PORT.CONJ.N.1 DE 23/1/96- M.SAUDE, CONTENDO DADOS DE VALIDADE, LOTE E REGISTRO DO MS	UN	1.512,00
2	(1503880) - FIO GUIA - EM ZEBRA EM NITINOL, REVESTIDO EM PTFE, HIDROFILICO E RADIOPACO, COMPRIMENTO DE DIAMETRO DE 0,035 E COMPRIMENTO DE 150 CM, ROTULAGEM RESPEITANDO O DECRETO LEI 79094/77 ROTULAGEM RESPEITANDO O DECRETO LEI N- 79094/77, APRESENTACAO CONFORME DECRETO LEI 79094/77 EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRURGICO.	UN	1.800,00
3	(1970453) - TESOURA - ULTRA-SONICA P/ CIR.VIDEO,CURVA,CONTROLE MANUAL MIN/MAX,36CM COMP.5MM DIAMETRO DA HASTE,P/VASOS 5MM.	UN	72
4	(3900134) - TROCARTER PARA VIDEOSCOPIA - DESCARTAVEL, DE POLICARBONATO DIAMETRO DE 12MM E COMPRIMENTO 100 MM, COM REDUTOR INTEGRADO DE 5/12 MM,POSSUI PONTA DILATADORA E PLANA DE ACO INOXIDAVEL AISI 304, CANULA TRANSPARENTE COM RANHURAS E TORNEIRA DE INSUFLACO DE ACRILICO,COM PONTA DILATADORA E SISTEMA DE ESTABILIDADE 5MM, SISTEMA EXCLUSIVO DE RETENCAO E ESTABILIDADE,CANULA COM ROSCA ESTABILIZADORA EMBUTIDA, LAMINA EM FILETE, QUE ELIMINE A NECESSIDADE DE DISPOSITIVOS PARA FIXACAO DO TROCATER, EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM DADOS DE IDENTIFICACAO E PROCEDENCIA. REGISTRO - MINISTERIO DA SAUDE	UN	180
5	(3900118) - TROCARTER PARA VIDEOSCOPIA - DESCARTAVEL, DE POLICARBONATO DIAMETRO DE 5MM E COMPRIMENTO 100 MM,POSSUI PONTA DILATADORA E PLANA DE ACO INOXIDAVEL AISI 304, CANULA TRANSPARENTE COM RANHURAS E TORNEIRA DE INSUFLACO DE ACRILICO,COM PONTA DILATADORA E SISTEMA DE ESTABILIDADE 5MM, SISTEMA EXCLUSIVO DE RETENCAO E ESTABILIDADE,CANULA COM ROSCA ESTABILIZADORA EMBUTIDA, LAMINA EM FILETE, QUE ELIMINE A NECESSIDADE DE DISPOSITIVOS PARA FIXACAO DO TROCATER, EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM DADOS DE IDENTIFICACAO E PROCEDENCIA. REGISTRO - MINISTERIO DA SAUDE	UN	36

6	(4024966) - SACO - COLETOR PARA PROCEDIMENTO CIRURGICO ENDOSCOPICOS, TAMANHO DO SACO DE 15MM DE DIAMETRO,COM FINALIDADE PARA RETIRADA DE ESPECIMES ATRAVES DE TROCATER. CONFORME LEGISLACAO VIGENTE DO MINISTRIO DA SAUDE	UN	24
7	(4160002) - FIO DE SUTURA POLIDIOXANONA - MONOFILAMENTAR,ABSORVIVEL, SINTETICO, FARPADO, ESPIRAL, BIDIRECIONAL, VIOLETA,MEDINDO: 14X14CM,CALIBRE 2-0,COM 2 AGULHAS CILINDRICA DE 26MM COM CURVATURA 1/2,INVOLUCRO INDIVIDUAL,ROTULO N. LOTE, DATA FABRICACAO/VALIDADE E PROCEDECENCIA	UN	48
8	(2715198) - DILATADOR - DILATADOR TIPO AMPLATZ,COMPONETES DILATADORES POLIURETANO COM CALIBRES DE 6 A 30 FR, APLICACAO CAMISA AMPLATZ,EM POLIURETANO,GARANTIA DE NO MINIMO 10 ANOS, REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE, CERTIFICADO DE BOAS PRATICAS DE FABRICACAO DA ANVISA.	UN	72
9	(2755041) - AGULHA DE CHIBA - AGULHA ESTERELIZADA A OXIDO DE ETILENO, PARA ASPIRACAO,18G X 25CM	UN	180
10	(1510029) - CATETER URETERAL - EM POLIURETANO, PONTA COM PONTA ABERTA, COM ADAPTADOR LUER LOCK, DE 6 FR, MEDINDO 70 CM, MARCACAO RADIOPACA, SEM GRADUACAO, PARA PROCEDIMENTOS UROLOGICOS, RADIOPACO, ESTERIL, EMBALADO INDIVIDUAL, APRESENTACAO RESPEITANDO DECRETO LEI 79094/77 ART. 31 DA LEI 8078/98	UN	72
11	(1198602) - PINCA BASKET - EM ACO INOX, DESMONTAVEL, PARA RETIRADA DE CALCULO URETERAL,, COM 04 FIOS LAMINADOS DE 16MM DE DIAMETRO, PONTA "O",90CM DE COMPRIMENTO, 3.0 FR, COM STORZ, EM AUTOCLAVE OU OXIDO DE ETILENO	UN	1.728,00
12	(2717115) - BASKETS - EM NITINOL,COM 115CM DE COMPRIMENTO E 1,5 A 2,2 FR DE DIAMETRO,NAO TRAUMATICO SEM PONTAS E COM HASTE FLEXIVEL,COMPATIVEL COM URETEROSCOPIO FLEXIVEL	UN	240
13	(2715058) - FIBRA OPTICA - SONDAS DE FIBRA OPTICA COM FILAMENTOS FLEXIVEIS COMPOSTO DE QUARTZO QUE CONDUZEM A ENERGIA GERADA PELO LASER ATE A AREA CIRURGICA DESEJADA (TECIDO, TUMOR, CALCULO), SAO APLICAVEIS TANTO EM ENDOSCOPIOS FLEXIVEIS QUANTO EM SEMI-RIGIDOS,PERMITINDO ALCANCAR ESTRUTURAS OU CALCULOS VIRTUALMENTE EM QUALQUER PARTE DO SISTEMA URINARIO,HOMIUM LASER ODYSSEY 30,FIBRA DE USO UNICO (DESCARTAVEL),TAMANHO 365 MICROMETROS	UN	876
14	(2715023) - FIBRA OPTICA - SONDAS DE FIBRA OPTICA COM FILAMENTOS FLEXIVEIS COMPOSTO DE QUARTZO QUE CONDUZEM A ENERGIA GERADA PELO LASER ATE A AREA CIRURGICA DESEJADA (TECIDO, TUMOR, CALCULO), SAO APLICAVEIS TANTO EM ENDOSCOPIOS FLEXIVEIS QUANTO EM SEMI-RIGIDOS, PERMITINDO ALCANCAR ESTRUTURAS OU CALCULOS VIRTUALMENTE EM QUALQUER PARTE DO SISTEMA URINARIO,HOMIUM LASER ODYSSEY 30,FIBRA DE USO UNICO (DESCARTAVEL),NO DIAMETRO 273 MICROMETROS.	UN	48
15	(2527421) - CATETER DUPLO J - TAMANHO 4.8 FR.EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO,, PROCEDENCIA, LOTE, VALIDADE,DATA DEESTERILIZACAO E REGISTRO NO MS.	UN	540
16	(2715120) - BAINHA PARA ENDOSCOPIO - BAINHA PARA ACESSO URETRAL PARA FACILITAR A DILATACAO DA URETRA, SENDO INTERNAMENTE DE ACO E EXTERNAMENTE DE NYLON COM COBERTURA HIDROFILICA PARA FACILITAR SUA INTRODUCAO, COM DILATADOR DE POLIURETANO, COM SISTEMA DE TRAVAMENTO, DE 35 A 55CM DE COMPRIMENTO E DE 09 A 16FR.,COMPATIVEL COM ENDOSCOPIOS E INSTRUMENTAIS	UN	132
17	(4166728) - ELETRODO - ALCA DE RESSECCAO BIPOLAR, TIPO BOLA (COAGULACAO), UMA ENTRADA DE 24,00CH,,PARA USO EM RESSECCOES TRANSURETRAIS COM SOLUCAO SALINA	UN	96
18	(1034022) - EVACUADOR DE ELLIK - DE PVC, COMPOSTO DE BOMBA DE SUCCAO E FRASCO COLETOR, MANUAL, PARA SUCCAO DE MATERIAL PROSTATICO	UN	300
19	(3691632) - ELETRODO - TIPO ALCA DE RESECCAO BIPOLAR, PARA USO EM CIRURGIAS - CORTE ECOAGULACAO,PARA LAPAROSCOPIO, UMA ENTRADA DE 24,00 CH, PARA USO EM RESECCOES TRANSURETRAIS COM SOLUCAO SALINA,ADAPTADO A RESECTOSCOPIO DE MARCA STORZ	UN	240
21	(3145751) - PROTESE DE SILICONE PARA TESTICULO - CONSTITUIDA EM GEL SOLIDIFICADO DE SILICONE ENCAPSULADO,NO TAMANHO PEQUENO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 31,00MM X 23,00MM, ESTERIL	UN	12
22	(4667395) - PROTESE PENIANA - CONFECCIONADA EM SILICONE,DIAMETRO: 9,0MM / 10MM / 11MM,COMPRIMENTO A SER DEFINIDO NO ATO CIRURGICO,ESTERIL	UN	12
23	(3145603) - SISTEMA DE SUSPENSÃO URETRAL SINTETICO - EM TELA DE POLIPROPILENO MONOFILAMENTAR, COM COLUNA DE SILICONE CIRURGICO,SISTEMA DE CORRECAO PARA INCONTINENCIA URINARIA, APRESENTADO NA FORMA DE SLING TRANSOBTURATORIO FEMININO,TELA ESPECIFICA PARA USO EM CAVIDADE VAGINAL, DE APLICACAO REAJUSTAVEL, COM TROCATER DESCARTAVEL E ESTERIL	UN	12

24	(3145760) - PROTESE DE SILICONE PARA TESTICULO - CONSTITUIDA EM GEL SOLIDIFICADO DE SILICONE ENCAPSULADO,NO TAMANHO MEDIO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 37,00MM X 28,00MM, ESTERIL	UN	12
25	(3145778) - PROTESE DE SILICONE PARA TESTICULO - CONSTITUIDA EM GEL SOLIDIFICADO DE SILICONE ENCAPSULADO,NO TAMANHO GRANDE, MEDINDO APROXIMADAMENTE 42,00MM X 32,00MM, ESTERIL	UN	12
26	(5308488) - KIT DE PROCEDIMENTO - SISTEMA PARA CORRECAO DE INCONTINENCIA URINARIA, MASCULINO,ACOMPANHA FAIXA EM POLIPROPILENO MONOFILAMENTAR,MODELO SUPORTE SUBURETRAL, ESTERIL,USO UNICO	UN	4
27	(4043065) - KIT ESFINCTER URINARIO - ESFINCTER URINARIO ARTIFICIAL AMS 800,.....	UN	12

QUANTITATIVO DO HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE

ITEM	CATMAT	EFISCO/DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADEANUAL
10	458289	(1510029) - CATETER URETERAL - EM POLIURETANO, PONTA COM PONTA ABERTA, COM ADAPTADOR LUER LOCK, DE 6 FR, MEDINDO 70 CM, MARCACAO RADIOPACA, SEM GRADUACAO, PARA PROCEDIMENTOS UROLOGICOS, RADIOPACO, ESTERIL, EMBALADO INDIVIDUAL, APRESENTACAO RESPEITANDO DECRETO LEI 79094/77 ART. 31 DA LEI 8078/98	UN	130
11	428902	(1198602) - PINCA BASKET - EM ACO INOX, DESMONTAVEL, PARA RETIRADA DE CALCULO URETERAL,, COM 04 FIOS LAMINADOS DE 16MM DE DIAMETRO, PONTA "0",90CM DE COMPRIMENTO, 3.0 FR, COM STORZ, EM AUTOCLAVE OU OXIDO DE ETILENO	UN	110
12	428889	(2717115) - BASKETS - EM NITINOL,COM 115CM DE COMPRIMENTO E 1,5 A 2,2 FR DE DIAMETRO,NAO TRAUMATICO SEM PONTAS E COM HASTE FLEXIVEL,COMPATIVEL COM URETEROSCOPIO FLEXIVEL	UN	70
14	395254	(2715023) - FIBRA OPTICA - SONDAS DE FIBRA OPTICA COM FILAMENTOS FLEXIVEIS COMPOSTO DE QUARTZO QUE CONDUZEM A ENERGIA GERADA PELO LASER ATE A AREA CIRURGICA DESEJADA (TECIDO, TUMOR, CALCULO), SAO APLICAVEIS TANTO EM ENDOSCOPIOS FLEXIVEIS QUANTO EM SEMI-RIGIDOS, PERMITINDO ALCANCAR ESTRUTURAS OU CALCULOS VIRTUALMENTE EM QUALQUER PARTE DO SISTEMA URINARIO,HOMIUM LASER ODYSSEY 30,FIBRA DE USO UNICO (DESCARTAVEL),NO DIAMETRO 273 MICROMETROS.	UN	60
15	398979	(2527421) - CATETER DUPLO J - TAMANHO 4.8 FR.EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO,, PROCEDENCIA, LOTE, VALIDADE,DATA DEESTERILIZACAO E REGISTRO NO MS.	UN	60
16	448141	(2715120) - BAINHA PARA ENDOSCOPIO - BAINHA PARA ACESSO URETRAL PARA FACILITAR A DILATACAO DA URETRA, SENDO INTERNAMENTE DE ACO E EXTERNAMENTE DE NYLON COM COBERTURA HIDROFILICA PARA FACILITAR SUA INTRODUCAO, COM DILATADOR DE POLIURETANO, COM SISTEMA DE TRAVAMENTO, DE 35 A 55CM DE COMPRIMENTO E DE 09 A 16FR.,COMPATIVEL COM ENDOSCOPIOS E INSTRUMENTAIS	UN	130

QUANTITATIVOS DE MATERIAIS DO HOSPITAL GETULIO VARGAS

LOTE 1: TODAS AS CIRURGIAS

E-FISCO	MATERIAL	UNID
1188437	CCATETER URETRAL DUPLO J – Poliuretano, ., Extremidade em duplo j, 6,0ch x 25 cm, com guia, Estéril e apirrogênico, Rotulagem respeitando o decr. lei 79094/77 combinado com o art.31 l.8078/90, contendo dados de identificação e procedência, Apresentação conforme decr. lei 79094/77 art.31 l.8078/90 port.conj.n.1 de 23/1/96-m.saude, contendo dados de validade, lote e registro do ms	420
1503880	FFIO GUIA – Em zebra em nitinol, revestido em ptfe, hidrofílico e radiopaco, Comprimento de diâmetro de 0,035 e comprimento de 150 cm, Rotulagem respeitando o decreto-lei n- 79094/77, Apresentação conforme decreto-lei 79094/77 embalagem individual em papel grau cirúrgico.	400

LOTE 2CIRURGIAS DE VIDEOLAPAROSCOPIA

E-FISCO	MATERIAL	UNID
	Prostatectomia, Nefrectomia, Pieloplastia	
1970453	TESOURA - Ultrassônica p/cir.video, curva,controle manual min/max,36cm comp.5mm diâmetro da haste,p/vasos 5 mm.	250
3900134	Trocarter Para Videoscopia - Descartável, De Policarbonato Diam. 12 mmTROCARTER PARA VIDEOSCOPIA - Descartável, de policarbonato diâmetro de 12 mm e comprimento 100 mm, com redutor integrado de 5/12 mm, Possui ponta dilatadora e plana de aço inoxidável aisi 304, cânula transparente com ranhuras e torneira de insuflado de acrílico, Com ponta dilatadora e sistema de estabilidade 5mm, sistema exclusivo de retenção e estabilidade, Cânula com rosca estabilizadora embutida, lâmina em filete, que elimine a necessidade de dispositivos para fixação do trocater, Embalagem individual, Com dados de identificação e procedência. Registro - ministério da saúde	500
3900118	TROCARTER PARA VIDEOSCOPIA – Descartável, de policarbonato diâmetro de 5 mm e comprimento 100 mm, Possui ponta dilatadora e plana de aço inoxidável aisi 304, canula transparente com ranhuras e torneira de insuflado de acrílico, Com ponta dilatadora e sistema de estabilidade 5 mm, sistema exclusivo de retenção e estabilidade, Cânula com rosca estabilizadora embutida, lâmina em filete, que elimine a necessidade de dispositivos para fixação do trocater, Embalagem individual, Com dados de identificação e procedência. Registro - ministério da saúde	200
4024966	SACO – Coletor para procedimentos cirúrgicos endoscópicos, tamanho do saco de 15 mm de diâmetro, Com finalidade para retirada de espécimes através de trocater. Conforme legislação vigente do ministério da saúde	125
4160002	FIO DE SUTURA POLIDIOXANONA - Monofilamentar, absorvível, sintético, farpado, espiral, bidirecional, violeta, medindo: 14x14cm, Calibre 2-0, Com 2 agulhas cilíndrica de 26 mm com curvatura 1/2,involucro individual, rotulo n. lote, data fabricação/validade e procedência	100

LOTE 3 PERCUTANEA

E-FISCO	MATERIAL	UNID
2715198	DILATADOR – Dilatador tipo amplatz, Componentes dilatadores poliuretano com calibres de 6 a 30 fr, aplicação camisa amplatz, Em poliuretano, Garantia de no mínimo 10 anos, registro no ministério da saúde, certificado de boas praticas de fabricação da anvisa.	225
2755041	AGULHA DE CHIBA – Agulha esterilizada a oxido de etileno, para aspiração, 18 g x 25 cm	225
1510029	CATETER URETERAL – Em poliuretano, Ponta com ponta aberta, Com adaptador luer lock, De 6 Fr, Medindo 70 cm, Marcação radiopaca, Sem graduação, Para procedimentos urológicos, Radiopaco, Estéril, Embalado individual, Apresentação respeitando decreto-lei 79094/77 art. 31 da lei 8078/98	225
LOTE 4 URETERORRENO		
E-FISCO	MATERIAL	UNID
	Rígida, Semirrígida, Flexível Com Laser Feminino E Masculino	
1198602	Pinça Basket - Em Aço Inox, Desmontável, Para Retirada De Calculo Ureteral,, Com 04 Fios Laminados De 16 mm De Diâmetro, Pona "0",90cm De Comprimento, 3.0 Fr, Com Storz, Em Autoclave Ou Oxido De Etileno PINCA BASKET – Em aço inox, desmontável, para retirada de calculo ureteral,, Com 04 fios laminados de 16 mm de diâmetro, ponta "0",90cm de comprimento, 3.0 fr, Com storz, Em autoclave ou oxido de etileno	250
2717115	BASKETS – EM NITINOL, COM 115CM DE COMPRIMENTO E 1,5 A 2,2 FR DE DIAMETRO, NAO TRAUMATICO SEM PONTAS E COM HASTE FLEXIVEL, COMPATIVEL COM URETEROSCOPIO FLEXIVEL	200
2715058	FIBRA OPTICA – Sondas de fibra óptica com filamentos flexíveis composto de quartzo que conduzem a energia gerada pelo laser ate a área cirúrgica desejada (tecido, tumor, calculo), são aplicáveis tanto em endoscópios flexíveis quanto em semirrígidos, permitindo alcançar estruturas ou cálculos virtualmente em qualquer parte do sistema urinário, Homium laser odyssey 30, Fibra de uso único (descartável), Tamanho 365 micrômetros	150
2715023	FIBRA OPTICA - Sondas de fibra optica com filamentos flexiveis composto de quartzo que conduzem a energia gerada pelo laser ate a área cirúrgica desejada (tecido, tumor, calculo), são aplicáveis tanto em endoscópios flexíveis quanto em semirrígidos, permitindo alcançar estruturas ou cálculos virtualmente em qualquer parte do sistema urinario, Homium laser odyssey 30, Fibra de uso único (descartável), No diâmetro 273 micrômetros.	100
2527421	Cateter Duplo J – Tamanho 4.8 Fr. Embalagem Com Dados De Identificação	200
2715120	BAINHA PARA ENDOSCOPIO – BAINHA para acesso uretral para facilitar a dilatação da uretra, sendo internamente de aço e externamente de nylon com cobertura hidrofílica para facilitar sua introdução, com dilatador de poliuretano, com sistema de travamento, de 35 a 55 cm de comprimento e de 09 a 16fr., Compatível com endoscópios e instrumentais,	100
LOTE 5 RTU		
E-FISCO	MATERIAL	UNID
	RTU BIPOLAR E Monopolar	
4166728	ELETRODO - Alca de ressecao bipolar, tipo bola (coagulação), uma entrada de 24,00ch,, Para uso em resseccoes transuretrais com solução salina	10
1034022	EVACUADOR DE ELLI.De pvc, Composto de bomba de succao e frasco coletor, Manual, Para succao de material prostático	350
3691632	ELETRODO – Tipo alca de reseccão bipolar, para uso em cirurgias - corte e coagulação, Para laparoscópio, uma entrada de 24,00 ch, para uso em resseccoes transuretrais com solução salina, Adaptado a ressectoscópio de marca storz, ,	350
2527472	ALCA DE RESSECCAO DE PROSTATA – Em aço tungstênio, Com calibre – 26 Fr com 01 (um) filamento	180
LOTE 6 PROTESES		
E-FISCO	MATERIAL	UNID
	PROTESES	
3145751	PROTESE DE SILICONE PARA TESTICULO – Constituida em gel solidificado de silicone encapsulado, No tamanho pequeno, medindo aproximadamente 31,00 mm x 23,00 mm, estéril	10
4667395	PROTESE PENIANA – Confeccionada em silicone, Diâmetro: 9,0 mm / 10 mm / 11 mm, Comprimento a ser definido no ato cirúrgico, Estéril	40
3145603	SISTEMA DE SUSPENSÃO URETRAL SINTETICO – Em tela de polipropileno monofilamentar, com coluna de silicone cirúrgico, Sistema de correção para incontinência urinaria, apresentado na forma de sling transobturatorio feminino, Tela especifica para uso em cavidade vaginal, de aplicação reajustável, com trocater descartável e estéril	40
3145760	PROTESE DE SILICONE PARA TESTICULO – Constituida em gel solidificado de silicone encapsulado, No tamanho médio, medindo aproximadamente 37,00 mm x 28,00 mm, estéril	30
3145778	PROTESE DE SILICONE PARA TESTICULO – Constituida em gel solidificado de silicone encapsulado, No tamanho grande, medindo aproximadamente 42,00 mm x 32,00 mm, estéril	30

LOTE 7 INCONTINÊNCIA URINÁRIA		
E-FISCO	MATERIAL	UNID
5308488	KIT DE PROCEDIMENTO – Sistema para correção de incontinência urinaria, masculino, Acompanha faixa em polipropileno monofilamentar, Modelo suporte suburetral, estéril, Uso Único	12
4043065	KIT ESFINCTER URINARIO – Esfincter urinário artificial ams 800	10

LOTE 8 TELA PARA PROLAPSO

E-FISCO	MATERIAL	UNID
5272262	CONJUNTO DE IMPLANTE – Em polipropileno, composto de 01 agulha de sutura com ilhos, 03 ancoragens com sutura de polipropileno e 01 guia de inserção, Para fixação ao ligamento sacroespinhoso (ls) por via vaginal, Utilizado em cirurgia minimamente invasiva com acesso prolapso apical anterior e posterior	10

TOTAL DOS MATERIAIS DO HGV+HOF+HRA

Item	Código	Descrição	Quantidade	Unidade de medida
1	1188437	(1188437) - CATETER URETRAL DUPLO J - POLIURETANO, ., EXTREMIDADE EM DUPLO J, 6,0CH X 25CM, COM GUIA, ESTERIL E APIROGENICO, ROTULAGEM RESPEITANDO O DECR.LEI 79094/77 COMBINADO COM O ART.31 L.8078/90, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO E PROCEDENCIA, APRESENTACAO CONFORME DECR. LEI 79094/77 ART.31 L.8078/90 PORT.CONJ.N.1 DE 23/1/96-M.SAUDE, CONTENDO DADOS DE VALIDADE, LOTE E REGISTRO DO MS	1.932,00	UN
2	1503880	(1503880) - FIO GUIA - EM ZEBRA EM NITINOL, REVESTIDO EM PTFE, HIDROFILICO E RADIOPACO, COMPRIMENTO DE DIAMETRO DE 0,035 E COMPRIMENTO DE 150 CM, ROTULAGEM RESPEITANDO O DECRETO LEI 79094/77 ROTULAGEM RESPEITANDO O DECRETO LEI N- 79094/77, APRESENTACAO CONFORME DECRETO LEI 79094/77 EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRURGICO.	2.200,00	UN
Item	Código	Descrição	Quantidade	Unidade de medida
1	1970453	(1970453) - TESOURA - ULTRA-SONICA P/CIR.VIDEO,CURVA,CONTROLE MANUAL MIN/MAX,36CM COMP.5MM DIAMETRO DA HASTE,P/VASOS 5MM.	322,00	UN
2	3900134	(3900134) - TROCARTER PARA VIDEOSCOPIA - DESCARTAVEL, DE POLICARBONATO DIAMETRO DE 12MM E COMPRIMENTO 100 MM, COM REDUTOR INTEGRADO DE 5/12 MM,POSSUI PONTA DILATADORA E PLANA DE ACO INOXIDAVEL AISI 304, CANULA TRANSPARENTE COM RANHURAS E TORNEIRA DE INSUFLACO DE ACRILICO,COM PONTA DILATADORA E SISTEMA DE ESTABILIDADE 5MM, SISTEMA EXCLUSIVO DE RETENCAO E ESTABILIDADE,CANULA COM ROSCA ESTABILIZADORA EMBUTIDA, LAMINA EM FILETE, QUE ELIMINE A NECESSIDADE DE DISPOSITIVOS PARA FIXACAO DO TROCATER,EMBALAGEM INDIVIDUAL,COM DADOS DE IDENTIFICACAO E PROCEDENCIA. REGISTRO - MINISTERIO DA SAUDE	680,00	UN
3	3900118	(3900118) - TROCARTER PARA VIDEOSCOPIA - DESCARTAVEL, DE POLICARBONATO DIAMETRO DE 5MM E COMPRIMENTO 100 MM,POSSUI PONTA DILATADORA E PLANA DE ACO INOXIDAVEL AISI 304, CANULA TRANSPARENTE COM RANHURAS E TORNEIRA DE INSUFLACO DE ACRILICO,COM PONTA DILATADORA E SISTEMA DE ESTABILIDADE 5MM, SISTEMA EXCLUSIVO DE RETENCAO E ESTABILIDADE,CANULA COM ROSCA ESTABILIZADORA EMBUTIDA, LAMINA EM FILETE, QUE ELIMINE A NECESSIDADE DE DISPOSITIVOS PARA FIXACAO DO TROCATER,EMBALAGEM INDIVIDUAL,COM DADOS DE IDENTIFICACAO E PROCEDENCIA. REGISTRO - MINISTERIO DA SAUDE	236,00	UN
4	4024966	(4024966) - SACO - COLETOR PARA PROCEDIMENTO CIRURGICO ENDOSCOPICOS, TAMANHO DO SACO DE 15MM DE DIAMETRO,COM FINALIDADE PARA RETIRADA DE ESPECIMES ATRAVES DE TROCATER. CONFORME LEGISLACAO VIGENTE DO MINISTERIO DA SAUDE	149,00	UN
5	4160002	(4160002) - FIO DE SUTURA POLIDIOXANONA - MONOFILAMENTAR,ABSORVIVEL, SINTETICO, FARPADO, ESPIRAL, BIDIRECIONAL, VIOLETA,MEDINDO: 14X14CM,CALIBRE 2-0,COM 2 AGULHAS CILINDRICA DE 26MM COM CURVATURA 1/2,INVOLUCRO INDIVIDUAL,ROTULO N. LOTE, DATA FABRICACAO/VALIDADE E PROCEDENCIA	148,00	UN
Item	Código	Descrição	Quantidade	Unidade de medida

1	2715198	(2715198) - DILATADOR - DILATADOR TIPO AMPLATZ,COMPONETES DILATADORES POLIURETANO COM CALIBRES DE 6 A 30 FR, APLICACAO CAMISA AMPLATZ,EM POLIURETANO,GARANTIA DE NO MINIMO 10 ANOS, REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE, CERTIFICADO DE BOAS PRATICAS DE FABRICACAO DA ANVISA.	297,00	UN
2	2755041	(2755041) - AGULHA DE CHIBA - AGULHA ESTERELIZADA A OXIDO DE ETILENO, PARA ASPIRACAO,18G X 25CM	405,00	UN
3	1510029	(1510029) - CATETER URETERAL - EM POLIURETANO, PONTA COM PONTA ABERTA, COM ADAPTADOR LUER LOCK, DE 6 FR, MEDINDO 70 CM, MARCACAO RADIOPACA, SEM GRADUACAO, PARA PROCEDIMENTOS UROLOGICOS, RADIOPACO, ESTERIL, EMBALADO INDIVIDUAL, APRESENTACAO RESPEITANDO DECRETO LEI 79094/77 ART. 31 DA LEI 8078/98	427,00	UN
Item	Código	Descrição	Quantidade	Unidade de medida
1	1198602	(1198602) - PINCA BASKET - EM ACO INOX, DESMONTAVEL, PARA RETIRADA DE CALCULO URETERAL,, COM 04 FIOS LAMINADOS DE 16MM DE DIAMETRO, PONTA "0",90CM DE COMPRIMENTO, 3.0 FR, COM STORZ, EM AUTOCLAVE OU OXIDO DE ETILENO	2.088,00	UN
2	2717115	(2717115) - BASKETS - EM NITINOL,COM 115CM DE COMPRIMENTO E 1,5 A 2,2 FR DE DIAMETRO,NAO TRAUMATICO SEM PONTAS E COM HASTE FLEXIVEL,COMPATIVEL COM URETEROSCOPIO FLEXIVEL	510,00	UN
3	2715058	(2715058) - FIBRA OPTICA - SONDAS DE FIBRA OPTICA COM FILAMENTOS FLEXIVEIS COMPOSTO DE QUARTZO QUE CONDUZEM A ENERGIA GERADA PELO LASER ATE A AREA CIRURGICA DESEJADA (TECIDO, TUMOR, CALCULO), SAO APLICAVEIS TANTO EM ENDOSCOPIOS FLEXIVEIS QUANTO EM SEMI-RIGIDOS,PERMITINDO ALCANCAR ESTRUTURAS OU CALCULOS VIRTUALMENTE EM QUALQUER PARTE DO SISTEMA URINARIO,HOMIUM LASER ODYSSEY 30,FIBRA DE USO UNICO (DESCARTAVEL),TAMANHO 365 MICROMETROS	1.026,00	UN
4	2715023	(2715023) - FIBRA OPTICA - SONDAS DE FIBRA OPTICA COM FILAMENTOS FLEXIVEIS COMPOSTO DE QUARTZO QUE CONDUZEM A ENERGIA GERADA PELO LASER ATE A AREA CIRURGICA DESEJADA (TECIDO, TUMOR, CALCULO), SAO APLICAVEIS TANTO EM ENDOSCOPIOS FLEXIVEIS QUANTO EM SEMI-RIGIDOS, PERMITINDO ALCANCAR ESTRUTURAS OU CALCULOS VIRTUALMENTE EM QUALQUER PARTE DO SISTEMA URINARIO,HOMIUM LASER ODYSSEY 30,FIBRA DE USO UNICO (DESCARTAVEL),NO DIAMETRO 273 MICROMETROS.	208,00	UN
5	2527421	(2527421) - CATETER DUPLO J - TAMANHO 4.8 FR.EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO,, PROCEDENCIA, LOTE, VALIDADE,DATA DEESTERILIZACAO E REGISTRO NO MS.	800,00	UN
6	2715120	(2715120) - BAINHA PARA ENDOSCOPIO - BAINHA PARA ACESSO URETRAL PARA FACILITAR A DILATACAO DA URETRA, SENDO INTERNAMENTE DE ACO E EXTERNAMENTE DE NYLON COM COBERTURA HIDROFILICA PARA FACILITAR SUA INTRODUCAO, COM DILATADOR DE POLIURETANO, COM SISTEMA DE TRAVAMENTO, DE 35 A 55CM DE COMPRIMENTO E DE 09 A 16FR.,COMPATIVEL COM ENDOSCOPIOS E INSTRUMENTAIS	362,00	UN

Item	Código	Descrição	Quantidade	Unidade de medida
1	4166728	(4166728) - ELETRODO - ALCA DE RESSECCAO BIPOLAR, TIPO BOLA (COAGULACAO), UMA ENTRADA DE 24,00CH,,PARA USO EM RESSECCOES TRANSURETRAIS COM SOLUCAO SALINA	106,00	UN
2	1034022	(1034022) - EVACUADOR DE ELLIK - DE PVC, COMPOSTO DE BOMBA DE SUCCAO E FRASCO COLETOR, MANUAL, PARA SUCCAO DE MATERIAL PROSTATICO	650,00	UN
3	3691632	(3691632) - ELETRODO - TIPO ALCA DE RESECCAO BIPOLAR, PARA USO EM CIRURGIAS - CORTE ECOAGULACAO,PARA LAPAROSCOPIO, UMA ENTRADA DE 24,00 CH, PARA USO EM RESECCOES TRANSURETRAIS COM SOLUCAO SALINA,ADAPTADO A RESECTOSCOPIO DE MARCA STORZ	590,00	UN
4	2527472	(2527472) - ALCA DE RESSECCAO DE PROSTATA - EM ACO TUNGSTENIO, COM CALIBRE - 26 FR COM 01 (UM) FILAMENTO	180,00	UN
Item	Código	Descrição	Quantidade	Unidade de medida
1	3145751	(3145751) - PROTESE DE SILICONE PARA TESTICULO - CONSTITUIDA EM GEL SOLIDIFICADO DE SILICONE ENCAPSULADO,NO TAMANHO PEQUENO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 31,00MM X 23,00MM, ESTERIL	22,00	UN
2	4667395	(4667395) - PROTESE PENIANA - CONFECCIONADA EM SILICONE,DIAMETRO: 9,0MM / 10MM / 11MM,COMPRIMENTO A SER DEFINIDO NO ATO CIRURGICO,ESTERIL	52,00	UN
3	3145603	(3145603) - SISTEMA DE SUSPENSAO URETRAL SINTETICO - EM TELA DE POLIPROPILENO MONOFILAMENTAR, COM COLUNA DE SILICONE CIRURGICO,SISTEMA DE CORRECAO PARA INCONTINENCIA URINARIA, APRESENTADO NA FORMA DE SLING TRANSOBTURATORIO FEMININO,TELA ESPECIFICA PARA USO EM CAVIDADE VAGINAL, DE APLICACAO REAJUSTAVEL, COM TROCATER DESCARTAVEL E ESTERIL	52,00	UN
4	3145760	(3145760) - PROTESE DE SILICONE PARA TESTICULO - CONSTITUIDA EM GEL SOLIDIFICADO DE SILICONE ENCAPSULADO,NO TAMANHO MEDIO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 37,00MM X 28,00MM, ESTERIL	42,00	UN
5	3145778	(3145778) - PROTESE DE SILICONE PARA TESTICULO - CONSTITUIDA EM GEL SOLIDIFICADO DE SILICONE ENCAPSULADO,NO TAMANHO GRANDE, MEDINDO APROXIMADAMENTE 42,00MM X 32,00MM, ESTERIL	42,00	UN

Item	Código	Descrição	Quantidade	Unidade de medida
1	5308488	(5308488) - KIT DE PROCEDIMENTO - SISTEMA PARA CORRECAO DE INCONTINENCIA URINARIA, MASCULINO,ACOMPANHA FAIXA EM POLIPROPILENO MONOFILAMENTAR,MODELO SUPORTE SUBURETRAL, ESTERIL,USO UNICO	16,00	UN
2	4043065	(4043065) - KIT ESFINCTER URINARIO - ESFINCTER URINARIO ARTIFICIAL AMS 800,,,,,,	22,00	UN
Item	Código	Descrição	Quantidade	Unidade de medida
1	5272262	(5272262) - CONJUNTO DE IMPLANTE - EM POLIPROPILENO, COMPOSTO DE 01 AGULHA DE SUTURA COM ILHOS, 03 ANCORAGENS COM SUTURA DE POLIPROPILENO E 01 GUIA DE INSERCAO,PARA FIXACAO AO LIGAMENTO SACROESPINHOSO (LS) POR VIA VAGINAL,UTILIZADO EM CIRURGIA MINIMAMENTE INVASIVA COM ACESSO PROLAPSO APICAL ANTERIOR E POSTERIOR	10,00	UN

ANEXO II

DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ SSP/ _____ e CPF nº _____, sob as penas da lei e para os fins dispostos neste Edital:

DECLARA que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

DECLARA que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei Federal 14.133/2021;

DECLARA que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei Federal 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação.

DECLARA que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Recife, data da assinatura eletrônica.

REPRESENTANTE DA EMPRESA
CNPJ/MF Nº

ANEXO III

MODELO DE FOLHA DE ROSTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2994.2024.AC-47.PE.0604.SAD.HGV
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 0604.SAD.HGV

FOLHA DE ROSTO

O Estado de Pernambuco, por intermédio da XXXXXXXXXXXX, torna público, para conhecimento dos interessados, a abertura da licitação, a ser realizada por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – Internet, no local e horário a seguir:

INFORMAÇÕES GERAIS

ABERTURA DAS PROPOSTAS ATÉ: XX minutos antes do horário previsto para o início da sessão de disputa de preços

SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: **PE-INTEGRADO** ou **COMPRAS.GOV.BR**
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.peintegrado.pe.gov.br ou www.gov.br/compras

DADOS PARA CONTATO

AGENTE DE CONTRATAÇÃO:

FONE: E-MAIL:

E-MAIL ALTERNATIVO:

ENDEREÇO:

Os períodos para recebimento de propostas e para início da sessão de disputa de preços estarão indicados no aviso de abertura do certame.
OBSERVAÇÃO 1: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente adotado o horário de Brasília – DF.
OBSERVAÇÃO 2: Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.

ANEXO IV
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ARP Nº _____

O ESTADO DE PERNAMBUCO, por intermédio da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, neste ato representado pelo HOSPITAL GETÚLIO VARGAS, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, com sede na Avenida General San Martin, s/nº, Cordeiro, Recife/PE, CEP 50.630.060, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.572.048/0005-51, neste ato representada pela **Dra. THAIS CAVALCANTI DE ALMEIDA**, Diretora Geral, portadora da matrícula funcional nº 246304-0, no uso da competência conferida pelo Ato nº nº 774, publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, edição do dia 10/02/2024, nos termos do que dispõem a Lei Federal nº 14.133/2021, e os Decretos Estaduais nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, face ao resultado obtido no Pregão Eletrônico nº 0604.2024, homologado através do Ato de Homologação (Doc. SEI), resolve formalizar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com a(s) empresa(s) _____, doravante denominada(s) **DETENTORA(S) DA ATA**, CNPJ nº _____, com sede em _____, neste ato, representada por _____, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem como objeto a aquisição eventual de **OPME(s) do tipo insumos para o serviço de urologia, com cessão de equipamentos cirúrgicos em regime de comodato**, conforme as especificações técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital) e da proposta da **DETENTORA DA ATA**, para atender às demandas dos órgãos participantes indicados no item 2 desta Ata de Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga os órgãos participantes a firmar contratações com a **DETENTORA DA ATA** ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhes facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada à **DETENTORA DA ATA** a preferência em igualdades de condições.

2. DOS PARTICIPANTES E DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

2.1. Figuram como **PARTICIPANTES** da presente Ata de Registro de Preços os seguintes órgãos e entidades administrativas, **Hospital Getúlio Vargas, Hospital Otávio de Freitas e do Hospital Regional do Agreste**, com os quantitativos estimados abaixo definidos:

LOTE	CÓDIGO E-FISCO	DESCRIÇÃO DO LOTE	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE TOTAL	QUANTIDADE HGV	QUANTIDADE HOF	QUANTIDADE HRA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	MARCA

VALOR TOTAL DO LOTE: R\$ XXXXXXX

2.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecidos nesta Ata.

2.3. Os quantitativos previstos poderão ser remanejados pelo **GERENCIADOR** entre os **PARTICIPANTES**, desde que haja prévia anuência do **PARTICIPANTE** que vier a sofrer redução de seu saldo.

2.4. A **DETENTORA DA ATA** poderá aceitar ou não o remanejamento proposto no caso de envolver órgãos ou entidades localizados em regiões distintas com impacto sobre a execução do objeto.

3. DO PREÇO

3.1. A **DETENTORA DA ATA** se compromete a fornecer o(s) lote(s) registrados, de acordo com os seguintes preços:

LOTE	CÓDIGO E-FISCO	DESCRIÇÃO DO LOTE	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	MARCA

VALOR TOTAL DO LOTE: R\$ XXXXXXX

3.2. Os preços registrados abrangerão os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos, encargos trabalhistas e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DA PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência da Ata será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, facultada a renovação dos quantitativos previstos, inclusive para fins de adesão por não participantes, desde que seja comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

4.2. A prorrogação fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de preço a ser realizada com a utilização dos parâmetros estabelecidos no art. 5º da Portaria SAD nº 2.679/2021.

5. DO REAJUSTE

5.1. O preço registrado nesta Ata apenas poderá ser reajustado após decorrido 1 (um) ano da data de elaboração do orçamento estimado da licitação, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, fornecido pelo IBGE, nos termos da Lei Estadual nº 17.555/2021, e do Decreto Estadual nº 52.153/2022.

5.2. A **DETENTORA DA ATA** deverá apresentar o pedido formal de reajuste ao **GERENCIADOR** durante a vigência da Ata e antes da data de eventual formalização da prorrogação do seu prazo de vigência, sob pena de preclusão do direito ao reajustamento.

5.3. O pedido de reajuste deverá ser analisado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e será formalizado mediante apostilamento.

5.4. Aplicado o reajuste na Ata, os contratos formalizados posteriormente à sua concessão já serão firmados com o preço reajustado.

6. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de efeitos incalculáveis, e for inviável a manutenção da Ata nas condições originalmente pactuadas, o **GERENCIADOR** convocará a **DETENTORA DA ATA** para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. A recusa da **DETENTORA DA ATA** em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.1. implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços e a liberação da **DETENTORA DA ATA**, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.2. Quando o preço registrado se tornar superior em virtude da criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, com comprovada repercussão sobre a Ata, o **GERENCIADOR** convocará a **DETENTORA** para proceder à redução dos preços de acordo com os novos encargos.

6.2.1. A recusa da **DETENTORA DA ATA** em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.2 implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços, com aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

6.3. Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado, é facultado à **DETENTORA DA ATA** requerer a revisão dos valores, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- a) Comprovação do motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fato da Administração ou fato imprevisível ou previsível de efeitos incalculáveis;
- b) Demonstração, por meio da apresentação de planilha de custos ou memória de cálculo, quando couber, acompanhada de documentação comprobatória correlata, de que os preços registrados estão desatualizados e se tornaram inviáveis.

6.3.1. O **GERENCIADOR** decidirá sobre o pedido de revisão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de conclusão da instrução do requerimento.

6.3.2. Durante o período de análise do pedido, o **GERENCIADOR**, mediante solicitação da **DETENTORA DA ATA**, poderá suspender as novas autorizações de consumo/adesão à Ata de Registro de Preços.

6.3.3. Indeferido o pedido de revisão, por ausência de prova efetiva dos requisitos previstos no item 6.3, a **DETENTORA DA ATA** fica obrigada a manter os compromissos assumidos pelos preços originalmente registrados, sob pena de cancelamento do registro de preços e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

6.3.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados, a Ata poderá ser revisada e, caso a **DETENTORA DA ATA** não aceite os novos preços indicados, o Registro de Preços será, parcial ou integralmente, cancelado e a **DETENTORA DA ATA** liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4. O registro de preços também poderá ser revisado se a **DETENTORA DA ATA** formular proposta superveniente para redução dos preços registrados.

6.5. Qualquer revisão nos preços registrados deve ser formalizada mediante termo aditivo e requer a apresentação de nova proposta de preço e/ou nova planilha de custos e formação de preço, conforme o caso, seguindo o modelo constante do edital.

6.6. A revisão dos preços registrados em Ata será aplicada automaticamente aos contratos formalizados posteriormente à sua implantação.

7. DA ORDEM DE PREFERÊNCIA NO CONSUMO DA ATA

7.1. O consumo da Ata deverá ocorrer primeiro no lote mais vantajoso, consumindo-se os demais lotes nessa sequência apenas quando exaurido o quantitativo daquele.

7.2. Se a mesma empresa vencer a licitação nas cotas ampla e reservada, ou vencer em mais de um lote espelhado, com preços distintos, o consumo da Ata deve ocorrer primeiro no lote mais vantajoso, devendo ser contratados os demais lotes em sequência apenas após o esgotamento dos quantitativos registrados mais vantajosos.

7.3. Se empresas distintas vencerem cotas ampla e reservada com preços iguais, a cota reservada terá prioridade de contratação.

7.4. Se empresas distintas vencerem lotes espelhados com preços iguais, as microempresas, empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais terão direito de preferência na contratação.

7.5. Na impossibilidade de se aplicar o critério previsto no item 7.4, o **GERENCIADOR** deverá realizar sorteio para a definição da ordem de preferência na contratação.

8. DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

8.1. A **DETENTORA DA ATA** está obrigada a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.

8.2. As contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante assinatura de termo de contrato, conforme modelo constante do Anexo IV do Edital, respeitado o prazo de vigência da Ata.

8.3. A **DETENTORA DA ATA** será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de **05 (cinco) dias úteis** a contar da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

8.4. O prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da **DETENTORA DA ATA** antes do decurso do prazo assinalado e desde que ocorra motivo justo, aceito pela Administração.

8.5. O não comparecimento ou a recusa injustificada da **DETENTORA DA ATA** em assinar o contrato ou retirar a ordem de fornecimento no prazo assinalado enseja o cancelamento do registro de preços e a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços.

8.5.1. A instauração do processo de apuração e de aplicação de penalidades compete ao órgão ou entidade interessada na contratação.

8.6. Por ocasião da convocação para retirada da ordem de fornecimento, o órgão ou entidade interessada na contratação deverá consultar a regularidade da **DETENTORA DA ATA** perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e verificar a validade dos documentos de habitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.

8.6.1. Se não for possível atualizar os documentos por meio eletrônico, a **DETENTORA DA ATA** será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair o direito à contratação e haver o cancelamento do registro de preços.

8.7. Nas hipóteses do item 8.5 e 8.6, o **GERENCIADOR** poderá convocar os **integrantes do cadastro de reserva, se houver**, ou os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura de nova Ata, observado o disposto no art. 90, §§ 2º e 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.8. A contratação individual de itens registrados em lotes de forma aglutinada somente será admitida se o edital previu critério de aceitabilidade dos preços unitários máximo e se for comprovada a vantajosidade da aquisição mediante prévia pesquisa de mercado ou demonstração de que o deságio obtido no valor do item é igual ou superior ao do lote globalmente considerado.

8.9. Os Participantes poderão fazer a contratação individual de itens registrados de forma aglutinada, ficando dispensada a comprovação da vantajosidade mediante pesquisa de preço.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA

9.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR deverá:

9.1.1. Assinar, gerenciar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços;

9.1.2. Divulgar a Ata e suas eventuais alterações, durante toda a sua vigência, no Sistema PE Integrado e no Portal Nacional de Contratações Públicas;

9.1.3. Autorizar e gerenciar pedidos de consumo dos órgãos participantes e pedidos de adesão dos não participantes;

9.1.4. Observar os quantitativos e limites estabelecidos para os órgãos participantes e não participantes;

9.1.5. Remanejar os quantitativos da Ata, quando cabível;

9.1.6. Analisar pedidos de reajuste e revisão dos preços registrados, conduzindo as renegociações necessárias;

- 9.1.7.** Instaurar processo de apuração e aplicação de penalidade, garantida a ampla defesa e o contraditório, em caso de cometimento de ilícitos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- 9.1.8.** Formalizar a prorrogação do prazo de vigência da Ata, quando cabível;
- 9.1.9.** Convocar os integrantes do Cadastro de Reserva, se houver, em caso de cancelamento parcial ou integral do registro de preços.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

10.1. A DETENTORA DA ATA obriga-se a:

- 10.1.1.** Manter o preço registrado e demais condições previstas durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços;
- 10.1.2.** Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e de eventuais contratações decorrentes, as condições de habilitação exigidas para participação na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;
- 10.1.3.** Assinar os contratos decorrentes desta Ata da Registro de Preços no prazo assinalado.
- 10.1.4.** Prestar as informações solicitadas pelo GERENCIADOR, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação.
- 10.1.5.** Designar preposto para representá-la perante o GERENCIADOR, sempre que for necessário.

11. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

- 11.1.** A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado dos procedimentos iniciais da licitação para o registro de preços, doravante denominado NÃO PARTICIPANTE, mediante anuência do GERENCIADOR, atendidas as condições previstas no art. 86, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e neste Edital.
- 11.2.** Cada órgão ou entidade NÃO PARTICIPANTE poderá aderir a **até 50% (cinquenta por cento)** do quantitativo dos itens registrados na Ata de Registro de Preços.
- 11.3.** A soma de todas as adesões por NÃO PARTICIPANTES **não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item** registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- 11.4.** A adesão do NÃO PARTICIPANTE requer anuência do GERENCIADOR e da DETENTORA DA ATA e será autorizada desde que não haja prejuízo para as obrigações decorrentes desta Ata.
- 11.5.** A adesão deverá seguir as condições previstas no Edital e seus anexos, sendo efetivada na forma prevista no item 8.2, em até 90 (noventa) dias a contar da autorização do GERENCIADOR, admitida a prorrogação excepcional e justificada, desde que observado o prazo de vigência desta Ata.
- 11.6.** Os PARTICIPANTES poderão utilizar o quantitativo passível de adesão previsto nos itens 11.2 e 11.3, após esaurido o quantitativo total registrado, desde que haja concordância da DETENTORA DA ATA.

12. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O registro de preços da DETENTORA DA ATA será cancelado quando esta:

- 12.1.1.** Descumprir as condições nela previstas;
- 12.1.2.** Não mantiver as condições de habilitação exigidas na licitação;
- 12.1.3.** Recusar-se injustificadamente a assinar os contratos decorrentes desta Ata;
- 12.1.4.** Recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de este tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
- 12.1.5.** Tiver sua falência decretada ou for dissolvida;
- 12.1.6.** Sofrer penalidade administrativa que impeça sua contratação no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, salvo se a sanção não ultrapassar o prazo de vigência desta Ata e não for o GERENCIADOR o responsável por sua aplicação, hipótese em que o registro de preços poderá ser mantido pelo prazo remanescente, após cumprida a penalidade, mediante decisão fundamentada do GERENCIADOR.
- 12.2.** A Ata de Registro de Preços será cancelada também por razões de interesse público ou em decorrência de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações definidas nesta Ata de Registro de Preços, devidamente comprovados e justificados.
- 12.3.** A **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** poderá ser cancelada em caso de extinção antecipada do contrato dela decorrente firmado pelo **GERENCIADOR**.
- 12.4.** Será assegurado o contraditório e a ampla defesa antes do cancelamento do registro de preços, ressalvada a hipótese de que trata o item 12.1.6.

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa a DETENTORA DA ATA que:

13.1.1. não assinar o contrato decorrentes desta Ata dentro do prazo estipulado;

13.1.2. recusar-se a reduzir os preços registrados diante da superveniente criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais com comprovada repercussão sobre a Ata;

13.1.3. recusar-se a manter os preços registrados após indeferimento do seu pedido de revisão.

13.2. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

13.2.1. Multa de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 13.1.1 desta Ata;

13.2.2. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata, observado o valor mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada em caso do cometimento das infrações previstas nos itens 13.1.2 e 13.1.3. desta Ata.

13.3. Além da multa aplicada, é aplicável a penalidade de Impedimento de licitar e contratar com o Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:

13.3.1. na infração prevista no item 13.1.1: de 6 a 12 meses;

13.3.2. nas infrações previstas nos itens 13.1.2. e 13.1.3: até 6 meses.

13.4. Na fixação da dosimetria das sanções previstas nesta Ata, serão observados os mesmos critérios e diretrizes fixados no edital da licitação.

13.5. A aplicação das sanções deverá ser precedida de processo administrativo, garantidos os princípios da ampla defesa e contraditório, a ser instaurado no âmbito do órgão PARTICIPANTE, no caso de cometimento da infração prevista no item 13.1.1, e do GERENCIADOR, quando se tratar das infrações previstas nos itens 13.1.2 e 13.1.3.

14. DA PUBLICAÇÃO

14.1. Esta Ata de Registro de Preço será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no Sistema PE-Integrado como condição de sua eficácia, devendo a sua divulgação ser mantida durante toda a vigência.

15. DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para os litígios decorrentes deste instrumento que não puderem ser compostos pela Câmara de Negociação, Conciliação e Mediação da Administração Pública Estadual instituída pela Lei Complementar do Estado nº 417/2019.

Recife, data

da assinatura eletrônica.

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS
CNPJ/MF nº 10.572.048/0005-51
ÓRGÃO GERENCIADOR

REPRESENTANTE DA EMPRESA

CNPJ/MF nº

DETENTORA DA ATA

ANEXO DA ATA

DECLARAÇÃO DE ACEITE PARA PARTICIPAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, domiciliada na Rua _____ (INCLUIR TELEFONE DE CONTATO E E-MAIL), por intermédio do seu representante legal, Sr. (a) _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____, expedida pelo(a) _____, DECLARA, para atender ao disposto no art. 17 do Decreto nº 54.700/2023, que aceita participar do cadastro de reserva da Ata de Registro de Preços proveniente do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2994.2024.AC-47.PE.0604.SAD.HGV**, registrando os mesmos preços e condições da proposta vencedora dos **Lotes** _____, conforme abaixo transcrito.

LOTE XXX					
LOTES	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO E-FISCO	QUANTIDADE ESTIMADA ANUAL	PREÇO UNITÁRIO DA MELHOR PROPOSTA OFERTADA	VALOR ANUAL DA MELHOR PROPOSTA OFERTADA

TOTAL DA MELHOR PROPOSTA OFERTADA: R\$					

*reproduzir preços e condições da proposta vencedora disponível no painel de licitações.

Local e data.

Nome e assinatura do representante legal.

ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE PERNAMBUCO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, NESTE ATO REPRESENTADO PELO HOSPITAL GETÚLIO VARGAS, EM DECORRÊNCIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0604.SAD.HGV, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2994.2024.AC-47.PE.0604.SAD.HGV.

O ESTADO DE PERNAMBUCO, através da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, neste ato representado pelo HOSPITAL GETÚLIO VARGAS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.572.048/0005-51, com sede na Avenida General San Martin, s/nº, Cordeiro, Recife/PE, CEP 50.630.060, doravante designada CONTRATANTE, neste ato representada pela Dra. THAIS CAVALCANTI DE ALMEIDA, Diretora Geral, portadora da matrícula funcional nº 246304-0, no uso da competência conferida pelo Ato nº nº 774, publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, edição do dia 10/02/2024, e a empresa _____, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº _____, sediada em _____, representada neste ato por _____ (nome e função que exerce na contratada), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, doravante designada CONTRATADA, têm entre si justo e acordado, e celebram o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e estabelecem, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, nos Decretos Estaduais nº 53.384/2022, nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente CONTRATO o fornecimento de OPME(s) do tipo insumos para o serviço de urologia, com cessão de equipamentos cirúrgicos em regime de comodato, conforme especificações técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital), da proposta da CONTRATADA e dos demais documentos constantes do processo licitatório.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO

São partes integrantes deste CONTRATO e vinculam a contratação, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, o processo relativo ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE.0604.SAD.HGV, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2994.2024.AC-47.PE.0604.SAD.HGV e todos os seus anexos, em especial a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2025, assim como a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo de vigência do CONTRATO é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período estipulado, ressalvada, no caso de culpa da CONTRATADA, a opção pela extinção do CONTRATO.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A prorrogação decorrente de atraso por culpa da CONTRATADA se dará sem prejuízo das providências previstas no art. 111, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUARTO: A prorrogação automática de que trata esta cláusula não dispensa o apostilamento do novo cronograma de entregas do CONTRATO, com as devidas informações orçamentárias, se necessário, onde também devem constar as razões do atraso no fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____), conforme detalhamento abaixo descrito):

LOTE	CÓDIGO DO EFISCO	DESCRIÇÃO DO LOTE	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01					R\$	R\$
02					R\$	R\$

03

R\$ R\$

VALOR TOTAL DO LOTE

PARÁGRAFO SEGUNDO: O valor do **CONTRATO** compreende os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas necessárias ao cumprimento integral da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As despesas decorrentes deste **CONTRATO** encontram-se previstas no Plano Plurianual (PPA) e estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado de Pernambuco para o presente exercício de 2024, na classificação abaixo:

Unidade Gestora:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Nota de Empenho:

PARÁGRAFO SEGUNDO: No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender as despesas de mesma natureza, cujo empenho será objeto de termo de apostilamento no início de cada exercício financeiro.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A inexistência de créditos orçamentários no início de cada exercício financeiro impede a continuidade do ajuste, devendo a CONTRATANTE promover a extinção do CONTRATO, sem ônus.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE E DA REVISÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data de elaboração do orçamento estimado, ocorrida em __/__/__.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O preço do **CONTRATO** será reajustado em periodicidade anual contada a partir da data de elaboração do orçamento estimado, utilizando-se, para tanto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pelo IBGE, que incidirá exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos da Lei Estadual nº 17.555/2021 e do Decreto Estadual nº 52.153/2022.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATADA** deverá pleitear formalmente o reajuste de preços durante a vigência do contrato, no prazo de até 12 (doze) meses após completado o período aquisitivo da anualidade, nos contratos de vigência inicial plurianual, e antes de eventual prorrogação, sob pena de, não o fazendo tempestivamente, ocorrer a preclusão do seu direito ao reajuste.

PARÁGRAFO QUARTO: O pedido de reajustamento deverá ser analisado e respondido pela Administração no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido analisado o pedido de reajuste tempestivamente formulado, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajustamento, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO SEXTO: O reajustamento será formalizado mediante apostilamento, exceto se a sua concessão coincidir com a prorrogação contratual, quando poderá ser formalizado por termo aditivo.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O direito ao reajustamento poderá ser objeto de renúncia expressa, parcial ou integral, bem como de negociação entre as partes, com vistas a garantir a vantajosidade da manutenção do ajuste para o interesse público, nos termos do art. 6º da Lei Estadual nº 17.555, de 2021.

PARÁGRAFO OITAVO: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste concedido ou objeto de renúncia.

PARÁGRAFO NONO: Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do **CONTRATO** nas hipóteses de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do **CONTRATO** tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no **CONTRATO**.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do **CONTRATO** e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO** deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A extinção do **CONTRATO** não configura óbice para o reconhecimento do direito ao reajuste ou ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**, desde que requerido tempestivamente, hipóteses em que serão concedidos a título de indenização por meio de Termo de Quitação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os bens deverão ser entregues nos locais e horários estabelecidos no item **3.2.1** do Termo de Referência, observando-se as condições de entrega indicadas no item **3.3**, também do Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A entrega dos bens será realizada de forma parcelada, nos quantitativos estimados previstos no quadro abaixo (reproduzir conforme previsão no TR), no prazo de até 08 (oito) dias úteis, contados da notificação da emissão da Ordem de Fornecimento para cada uma das parcelas.

LOTE	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PARCELA
------	-----------	------------	---------

PARÁGRAFO TERCEIRO: A Ordem de Fornecimento poderá ser emitida em quantitativo inferior ao estimado, sendo o saldo verificado entre a quantidade estimada e aquela efetivamente solicitada incorporado nas Ordens de Fornecimento subsequentes.

PARÁGRAFO QUARTO: Até o final do prazo de entrega, deverá ser solicitado o quantitativo integralmente contratado, ressalvada a possibilidade de aditivo de supressão, na forma prevista neste **CONTRATO**.

PARÁGRAFO QUINTO: A **CONTRATANTE** poderá autorizar a alteração dos prazos de entrega mediante prévia e justificada solicitação da **CONTRATADA**, com antecedência mínima de 03 (três) dias, devendo o cronograma atualizado ser devidamente apostilado.

PARÁGRAFO SEXTO: Em caso de culpa da **CONTRATADA**, será ela constituída em mora e aplicadas as penalidades cabíveis, sem prejuízo da continuidade do **CONTRATO**, nos termos do art. 111, parágrafo único, II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Em situações de caso fortuito ou força maior, impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do **CONTRATO**, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO. É dever da **CONTRATANTE** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, em especial:

- I. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- II. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, através de servidor designado para este fim;
- III. Informar à **CONTRATADA** as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para entrega dos bens;
- IV. Verificar a conformidade dos bens entregues com as especificações e quantidades exigidas, inclusive quanto à marca indicada na proposta;
- V. Promover o recebimento provisório e definitivo do objeto, cumpridas as condições estabelecidas na **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** deste **CONTRATO**;
- VI. Comunicar por escrito à **CONTRATADA** qualquer vício, defeito ou irregularidade no objeto fornecido, solicitando a substituição, o reparo ou complementação do bem entregue, às suas expensas, no prazo fixado para o cumprimento da determinação;
- VII. Recusar o recebimento do bem que não atenda aos requisitos elencados nas especificações indicadas se, após o prazo fixado para substituição, reparo ou complementação, não for sanada a irregularidade verificada, comunicando à **CONTRATADA** o fato por escrito;
- VIII. Analisar e atestar as Faturas e Notas Fiscais emitidas e efetuar os respectivos pagamentos nas condições e nos prazos estabelecidos;
- IX. Liberar o pagamento da parcela incontestada da execução do objeto contratado, quando houver controvérsia sobre a dimensão, qualidade e quantidade do objeto executado;
- X. Comunicar à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;
- XI. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA** relacionados à execução contratual;
- XII. Aplicar as penalidades previstas na lei e neste **CONTRATO**;
- XIII. Notificar, nos termos do §4º do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.;
- XIV. Proferir, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período, decisão explícita sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente **CONTRATO**, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- XV. Responder a pedidos de reajustamento no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa dos respectivos requerimentos;
- XVI. Cumprir a Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital, de seus anexos e da proposta apresentada na licitação e, ainda:

- I. Fornecer o bem contratado, nas quantidades e especificações exigidas, salvo se obtiver por escrito prévia anuência da **CONTRATANTE** para alteração nas condições do fornecimento;
- II. Fornecer o bem acondicionado de forma adequada, de modo a garantir seu perfeito estado de conservação e funcionamento;
- III. Cumprir o prazo de entrega estabelecido no contrato;
- IV. Substituir, corrigir, reparar ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado da respectiva notificação, ou no prazo assinalado pelo fiscal do **CONTRATO**, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou qualquer irregularidade;
- V. Programar, com a necessária antecedência, data e hora para entrega do objeto contratado, inclusive quando esta ocorrer através de empresa transportadora, comunicando à **CONTRATANTE**, até 02 (dois) dias antes, qualquer impedimento à entrega, devidamente comprovado;
- VI. Entregar o manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, conforme o caso;
- VII. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), bem como por todo e

qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela **CONTRATANTE**, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

VIII. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do **CONTRATO**, ressalvadas as hipóteses de subcontratação autorizada no Termo de Referência e neste **CONTRATO**;

IX. Comunicar à **CONTRATANTE**, em tempo hábil e por escrito, a superveniência de fatos que venham a prejudicar o adequado fornecimento dos bens, de modo a se viabilizar a correção da situação apresentada;

X. Designar preposto para representá-la perante a **CONTRATANTE** sempre que for necessário, indicando o respectivo telefone e e-mail para futuros contatos;

XI. Prestar os necessários esclarecimentos sobre a execução do objeto contratual solicitados pela **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação;

XII. Enviar sem ônus, no prazo assinalado pelo fiscal, amostra para análise de aceitabilidade dos produtos quanto à satisfação de uso por parte do seu corpo funcional, se houver solicitação da **CONTRATANTE**;

XIII. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do **CONTRATO**, sendo que eventual pessoal alocado ao **CONTRATO** não terá qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**;

XIV. Emitir documento fiscal com a discriminação expressa do percentual de isenção do ICMS, quando se tratar de operação abrangida pelo art. 63 do Anexo 7 do Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04);

XV. Manter, durante o prazo de vigência do **CONTRATO**, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;

XVI. Comprovar, quando for o caso, no início da execução contratual e sempre que solicitado pelo fiscal, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, durante toda a vigência do **CONTRATO**, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

XVII. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do **CONTRATO** e cumprir a Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

XVIII. Comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, qualquer alteração no Contrato Social ou no endereço comercial;

XIX. A CONTRATADA deverá fornecer e utilizar, na execução do objeto contratual, mão de obra, instrumentais, equipamentos, insumos e materiais adequados e de boa qualidade, necessários à perfeita e integral execução dos fornecimentos, discriminados neste Termo que deverão satisfazer os padrões aconselhados pela técnica moderna e atender a todas as exigências das normas Brasileiras ABNT e INMETRO vigentes, bem como especificações dos fabricantes;

XX. A CONTRATADA ficará responsável pelo treinamento dos funcionários do hospital que utilizarão os equipamentos e treinamento dos profissionais que realizarão a limpeza e esterilização dos materiais e instrumentais de apoio;

XXI. A CONTRATADA, durante o fornecimento cederá os equipamentos e instrumentais cirúrgicos específicos para implantação, modelagem e extração dos mesmos em quantidades necessárias para o procedimento;

XXII. Atender aos chamados para reposição imediata dos produtos utilizados;

XXIII. O orientador técnico não terá vínculo empregatício com o órgão contratante, respondendo a CONTRATADA por todos os direitos trabalhistas e previdenciários.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do presente **CONTRATO** deverá ser fiscalizada pela **CONTRATANTE**, não excluindo nem reduzindo, por tal fato, a integral responsabilidade da **CONTRATADA**, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATANTE** designa _____ como servidor responsável pela fiscalização do **CONTRATO**, que, dentre outras, terá as seguintes atribuições:

- a) Fiscalizar a regularidade e adequação do fornecimento;
- b) Disponibilizar toda a infraestrutura necessária à entrega do objeto, conforme o caso, nas condições e prazos estabelecidos;
- c) Verificar a conformidade dos bens fornecidos com as especificações contidas no Edital e seus anexos, recusando o fornecimento de objeto diverso, salvo quando de qualidade superior e devidamente aceito pela **CONTRATANTE**;
- d) Receber o objeto contratual e atestar as respectivas faturas e notas fiscais, encaminhando-as ao gestor do **CONTRATO** para pagamento;
- e) Registrar no histórico de execução do **CONTRATO** todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da contratação, notificando a **CONTRATADA** para determinar as medidas e os prazos necessários à regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- f) Comunicar por escrito ao gestor do **CONTRATO** a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou a modificação da forma de sua execução, em razão de fato superveniente, bem como eventuais irregularidades cometidas pela **CONTRATADA** que exijam decisão ou providências que ultrapassem a sua competência;
- g) Comunicar imediatamente ao gestor do **CONTRATO** as ocorrências que possam inviabilizar a execução do **CONTRATO** nas datas pactuadas, com vistas à atualização do cronograma;
- h) Verificar a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- i) Comunicar ao gestor do **CONTRATO**, em tempo hábil, o término do **CONTRATO** sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- j) Comunicar por escrito ao gestor do **CONTRATO** as faltas cometidas pela **CONTRATADA** que sejam passíveis de aplicação de penalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATANTE** designa _____ como servidor responsável pela gestão do **CONTRATO**, que, dentre outras, terá as seguintes atribuições:

- a) coordenar e atualizar o processo de acompanhamento e fiscalização do **CONTRATO**, elaborando relatórios, quando for o caso, e promovendo os registros formais no histórico de gerenciamento do **CONTRATO** de todas as ocorrências relacionadas a alterações e prorrogações contratuais;
- b) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais, bem como os registros realizados pelo fiscal do **CONTRATO** acerca de todas as ocorrências relacionadas à execução do **CONTRATO** e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à **CONTRATADA**;
- d) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais do **CONTRATO**;
- e) Providenciar o pagamento das notas fiscais/faturas emitidas pela **CONTRATADA**, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- f) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do **CONTRATO** não seja ultrapassado.

PARÁGRAFO QUARTO: A ciência da designação deverá ser assinada pelos servidores indicados para atuar como fiscal e gestor do **CONTRATO**, conforme termo de ciência anexo.

PARÁGRAFO QUINTO: A substituição do fiscal e do gestor designados, por razões de conveniência ou interesse público, será realizada mediante simples apostilamento ao presente **CONTRATO**, devendo o substituto assinar novo termo de ciência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O objeto do **CONTRATO** deverá ser recebido pelo fiscal do **CONTRATO**, à vista da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, nos seguintes termos:

I - Provisoriamente, de forma sumária, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens recebidos com as especificações exigidas;

II - Definitivamente, após a verificação da compatibilidade dos bens com as especificações técnicas e exigências de qualidade e quantidade fixadas no Edital e seus anexos, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para a solução, pela **CONTRATADA**, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

PARÁGRAFO QUARTO: No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, comunicando-se a **CONTRATADA** para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

PARÁGRAFO QUINTO: O recibo e o termo circunstanciado deverão conter a identificação funcional do servidor responsável e respectiva assinatura.

PARÁGRAFO SEXTO: Fica assegurado à **CONTRATANTE** o direito de devolver ou recusar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as especificações exigidas, ficando a **CONTRATADA** obrigada a substituir, complementar, e/ou reparar os itens irregulares, no prazo de até 08 (oito) dias úteis, a contar da sua notificação formal, sem ônus para a **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Será considerada recusa formal se a **CONTRATADA** não substituir ou reparar o bem após o prazo fixado no **PARÁGRAFO TERCEIRO** da presente Cláusula Contratual, configurando inexecução do **CONTRATO**, passível de aplicação da penalidade prevista no Edital.

PARÁGRAFO OITAVO: A não complementação do quantitativo dos bens entregues após o prazo fixado no **PARÁGRAFO TERCEIRO** da presente Cláusula Contratual configura inexecução parcial do **CONTRATO**, passível de aplicação da penalidade prevista no Edital.

PARÁGRAFO NONO: O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do **CONTRATO**, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da incorreta execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O pagamento será feito diretamente pela **CONTRATANTE**, no prazo de até 30 (trinta) dias, por meio de ordem bancária para crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, à vista de termo de recebimento definitivo dos bens acompanhado dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista e da apresentação da fatura e da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente atestados pelo fiscal do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção de imposto de renda estabelecidas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, de acordo com as alíquotas constantes do Anexo I da referida norma, ou em observância à norma que venha a substituí-la, sob pena de devolução do documento para as correções cabíveis ou de retenção no valor total do documento fiscal, caso não realizadas as correções, nos termos do art. 4º do Decreto Estadual nº 55.069/2023.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando não for possível verificar diretamente no CADFOR-PE, a regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA** será comprovada mediante a apresentação das seguintes certidões:

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da **CONTRATADA**;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

PARÁGRAFO QUARTO: Caso não seja(m) apresentado(s) quaisquer dos documentos de regularidade ou os documentos encaminhados contenham pendências, a **CONTRATADA** terá 10 (dez) dias para sanar a ausência identificada, prazo em que o pagamento correspondente ao mês em referência ficará suspenso.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso não seja sanada a pendência no prazo estipulado, estará configurada a não manutenção das condições de habilitação pela **CONTRATADA**, devendo a **CONTRATANTE** instaurar processo administrativo para extinção do **CONTRATO** e comunicar aos órgãos de fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da **CONTRATADA**, sem prejuízo da retomada dos pagamentos pelos fornecimentos efetivamente executados.

PARÁGRAFO SEXTO: Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras.

PARÁGRAFO SÉTIMO: No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do pagamento, deverá ser efetuada a retenção do imposto sobre a renda, nos termos previstos na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, ou em norma que venha a substituí-la, além de outras retenções previstas na legislação tributária aplicável.

PARÁGRAFO NONO: A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e

contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva da **CONTRATANTE**, a taxa de atualização financeira sobre os valores devidos à **CONTRATADA** será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

SIGLA	SIGNIFICADO/ DESCRIÇÃO
EM	Encargos Moratórios
N	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP	Valor da parcela a se paga.
TX	IPCA
I	Índice de atualização financeira, assim apurado: $I = (TX100)365$

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A atualização financeira será incluída na Nota Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** deverá prestar garantia de execução contratual, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total ou anual do **CONTRATO**, nos termos dos artigos 96 a 98 da Lei Federal nº 14.133/ 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso a **CONTRATADA** opte pela modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ser apresentada antes da assinatura do **CONTRATO**, ficando assegurado o prazo mínimo de 1 (um) mês entre a homologação da licitação e a assinatura deste instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Caso a **CONTRATADA** opte por uma das demais modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será prestada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do presente CONTRATO, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa aceita pela **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO QUARTO: A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação das sanções administrativas previstas neste instrumento e poderá ensejar a extinção do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO QUINTO: A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do **CONTRATO** e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e
- multas moratórias e compensatórias aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEXTO: A garantia deverá ter validade durante toda a execução do **CONTRATO** e após 90 (noventa) dias do término do prazo de vigência contratual.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Nos casos de prorrogação do prazo de vigência do **CONTRATO** ou de alteração do seu valor, por acréscimos, reajuste ou revisão de preços, a garantia deverá ser renovada ou complementada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

PARÁGRAFO OITAVO: Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação ou de multas e indenizações, a **CONTRATADA** obriga-se a fazer a respectiva reposição/complementação no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada pela **CONTRATANTE**, sendo possível a prorrogação por igual período mediante justificativa aceita pela **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO NONO: Na hipótese de suspensão do **CONTRATO** por ordem ou inadimplemento da Administração, a **CONTRATADA** ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia:

- A apólice permanecerá em vigor mesmo que a **CONTRATADA** não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- A apólice deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do **CONTRATO** principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- Será permitida a substituição da apólice na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no **PARÁGRAFO NONO**.
- ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662/2022.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do **CONTRATANTE**, em conta específica _____, com correção monetária.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de

liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Na modalidade de fiança bancária, a garantia deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A **CONTRATADA** autoriza a **CONTRATANTE** a reter e executar, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste **CONTRATO**.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do **CONTRATO**, mediante termo circunstanciado de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do **CONTRATO**, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: O emitente da garantia ofertada pela **CONTRATADA** deverá ser notificado pela **CONTRATANTE** quanto à instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades, mas o garantidor não é parte legítima para figurar no respectivo processo.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo da **CONTRATANTE**, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese de haver acordo entre as partes, as supressões poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

PARÁGRAFO TERCEIRO: As alterações contratuais serão obrigatoriamente formalizadas mediante celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme art. 132 da Lei Federal nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUARTO: Registros que não caracterizam alteração do **CONTRATO** podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Não será admitida a subcontratação do objeto do **CONTRATO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O **CONTRATO** somente se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes ou depois do prazo inicialmente estipulado para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará automaticamente prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração apostilar a readequação do cronograma físico-financeiro do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando a não conclusão do **CONTRATO** no prazo inicialmente estipulado decorrer de culpa da **CONTRATADA**:

- a) ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do **CONTRATO** e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO QUARTO: Constituem motivos para extinção do **CONTRATO**, independentemente do prazo ou das obrigações nele estipuladas, as situações descritas no art. 137 da Lei Federal 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUINTO: A extinção consensual e a extinção determinada por ato unilateral da **CONTRATANTE** serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEXTO: Aplica-se à extinção do **CONTRATO** a disciplina dos arts. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O termo de extinção, sempre que possível, será instruído com os seguintes documentos:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a **CONTRATADA** que:

- a) der causa à inexecução parcial do **CONTRATO**, deixando de cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento;

- b) der causa à inexecução parcial do **CONTRATO** que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do **CONTRATO**;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do **CONTRATO**;
- f) praticar ato fraudulento na execução do **CONTRATO**;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Será aplicável a sanção de advertência quando a **CONTRATADA** descumprir deveres instrumentais ou der causa à inexecução parcial do contrato que não acarrete dano à Administração e que não justifique a imposição de penalidade mais grave, em especial pelo descumprimento das obrigações previstas nos itens **VI, IX, X, XI, XIV, XVII e XVIII** da **CLÁUSULA NONA** deste **CONTRATO** ("Das Obrigações da Contratada").

PARÁGRAFO TERCEIRO: Será aplicada multa moratória em razão do atraso no cumprimento das obrigações previstas neste **CONTRATO**, em especial as elencadas nos incisos III e IV do **CLÁUSULA NONA**, no percentual de até 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, a ser calculada sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do dia subsequente ao prazo estipulado para adimplemento da obrigação, independentemente de notificação do contratado para constituição em mora.

PARÁGRAFO QUARTO: Após o 30º (trigésimo) dia de atraso injustificado, configura-se o descumprimento total da obrigação e a multa moratória se converterá em multa compensatória, a ser calculada no percentual de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, podendo dar ensejo à extinção do contrato e aplicação da penalidade de impedimento, se configurado grave dano à Administração.

PARÁGRAFO QUINTO: A penalidade de multa compensatória será aplicada nos casos de descumprimento das obrigações contratuais pela **CONTRATADA**, sempre que deles decorrer inexecução parcial do **CONTRATO** que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, bem como retardamento injustificado à execução ou entrega do objeto contratado, nos termos das alíneas "b" e "d", respectivamente, do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, de acordo com as seguintes regras:

- I. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor anual ou total do **CONTRATO**, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem sofreu a penalidade de advertência e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s);
- II. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), sobre o valor da garantia, no caso de descumprimento da obrigação prevista no inciso XIX da **CLÁUSULA NONA**.
- III. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor mensal do **CONTRATO** ou sobre o valor da entrega/remessa inadimplida, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso I e II da **CLÁUSULA NONA** quando a situação não se enquadrar em obrigação contratual específica;
- IV. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor da parcela/remessa ou sobre o valor mensal da entrega, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso V da **CLÁUSULA NONA**;
- V. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela ou sobre o valor mensal da entrega, quando a **CONTRATADA** deixar de cumprir a obrigação prevista no inciso VII da **CLÁUSULA NONA**;
- VI. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela transferida, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso VIII da **CLÁUSULA NONA**;
- VII. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso XV da **CLÁUSULA NONA** e não sanar a pendência no prazo estipulado;
- VIII. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor mensal/parcela do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir as obrigações previstas nos incisos XVI e XVII da **CLÁUSULA NONA**;
- IX. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor da parcela mensal do **CONTRATO** ou da primeira entrega/remessa, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso XII da **CLÁUSULA NONA**;

PARÁGRAFO SEXTO: As sanções de multa previstas no **PARÁGRAFO QUINTO** poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de 06 (seis) a 18 (dezoito) meses.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Na hipótese de inexecução total do **CONTRATO**, prevista na alínea "c" do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, será aplicável a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco pelo prazo 18 (dezoito) a 36 (trinta e seis) meses, além de multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do cometimento das infrações previstas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, ou quando praticadas as infrações descritas nas alíneas "b", "c" e "d" que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, será aplicável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, pelo período de 03 (três) a 06 (seis) anos, além da multa compensatória de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO NONO: A aplicação das sanções previstas neste **CONTRATO** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O valor da multa aplicada e das indenizações cabíveis será objeto de compensação com os pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, decorrentes do mesmo **CONTRATO** ou de outros contratos administrativos que a **CONTRATADA** possua com a **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Se o valor da multa for superior ao dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, a diferença será descontada da garantia contratual prestada, se houver, ou será cobrada administrativamente na forma prevista na Lei Estadual nº 13.178/2006.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Não havendo o pagamento integral da multa em sede administrativa, a processo será encaminhado à Procuradoria Geral do Estado para inscrição em Dívida Ativa e cobrança.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos para as demais sanções deverão ser observadas:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;

- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que o cometimento da infração ocasionar ao **CONTRATANTE**, ao funcionamento dos serviços públicos, aos seus usuários ou ao interesse coletivo;
- e) a vantagem auferida em virtude da infração;
- f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle interno.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Em caso de prática da mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste contrato poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste **CONTRATO** ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: A **CONTRATANTE** deverá comunicar as sanções aplicadas à Secretaria de Administração, para fins de inclusão da **CONTRATADA** nos sistemas E-fisco e PE-Integrado, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, observado o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** se compromete a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei Federal nº 12.846/2013, a Lei Federal nº 9.613/1998 e a Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** (i) declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018; (ii) se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATADA**, no desempenho das atividades objeto deste **CONTRATO**, compromete-se perante a **CONTRATANTE** a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei Federal nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

PARÁGRAFO QUARTO: Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e de suas regulamentações, por parte da **CONTRATADA**, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

I - Instauração do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, nos termos da Lei Estadual nº 16.309/2018 e do Decreto Estadual nº 46.967/2018, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis;

II – Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei Federal nº 12.846/2013 e do artigo 39 da Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO QUINTO: Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, a **CONTRATADA** se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (I) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e (II) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

PARÁGRAFO SEXTO: A **CONTRATADA** se obriga a notificar a **CONTRATANTE**, imediatamente, por escrito, a respeito de qualquer suspeita ou violação das legislações anticorrupção vigentes, bem como nos casos em que obtiver ciência de qualquer prática de suborno ou corrupção.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a extinção deste **CONTRATO**, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e nas normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

Nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, o presente instrumento contratual será publicado no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP) em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, bem como no Sistema PE Integrado como condição de sua eficácia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As controvérsias administrativas e litígios decorrentes deste **CONTRATO** deverão ser preferencialmente submetidos à composição da Câmara de Negociação, Conciliação e Mediação da Administração Pública Estadual, conforme art. 11 da Lei Complementar nº 417/2019.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para dirimir os litígios decorrentes deste **CONTRATO** que não puderem ser compostos pela conciliação, obedecidos os termos do art. 92, §1º, da Lei Federal 14.133/2021.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento contratual, o qual depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes.

Recife, data

da assinatura eletrônica.

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS
CNPJ/MF nº 10.572.048/0005-51
CONTRATANTE

REPRESENTANTE DA EMPRESA
CNPJ/MF nº
CONTRATADA

ANEXO I

TERMO DE CIÊNCIA DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTRATO

INTRODUÇÃO

< O Termo de Ciência visa a obter o comprometimento formal e a ciência do encargo por parte daqueles indivíduos designados para atuar como fiscal ou gestor do contrato >

Referência: Art. 17, III, do Decreto Estadual nº 51.651/2021.

1. IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº: _____/2024

OBJETO: <objeto do contrato>

CONTRATADA: <nome da contratada>

CNPJ: xxxxxxxxxxxx

GESTOR DO CONTRATO OU FISCAL DO CONTRATO: <Nome do gestor do Contrato OU fiscal do Contrato>

MATRÍCULA: xxxxxxxxxxxx

2. CIÊNCIA

EU, _____, matrícula _____, ocupante do cargo _____, pelo presente termo, DECLARO QUE: Estou ciente da minha designação para atuar como gestor/fiscal (indicar conforme o caso) do **CONTRATO** nº _____/2024;

Comprometo-me a cumprir as atribuições declinadas na Cláusula XXX do **CONTRATO** nº _____/2024;

Estou ciente de que minha substituição poderá ser realizada pela autoridade competente, por razões de conveniência ou interesse público, mediante apostilamento ao **CONTRATO**.

Recife, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Jacilene Eustáquio da Silva**, em 23/12/2024, às 13:48, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **60589008** e o código CRC **853CBAD6**.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Av. Antônio de Goes, 194, - Bairro Pina, Recife/PE - CEP 51010-000, Telefone: 3183-0998